

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E CULTURA

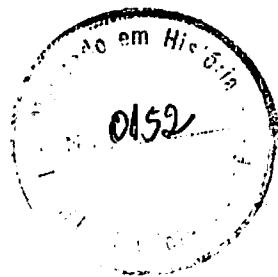
GRADUACAO EM HISTÓRIA DAS IDEIAS E RELIGIÃO

ORIENTADORA: PROF. Dra. DALISIA ELIZABETH MARTINEZ DORES

ESTUDO: RIBALDO DOS SANTOS

"DESENVOLVIMENTO DA CRISTIÃO E NEOPRÉFACÕES NAS RELAÇÕES
DE RIBALDO DO SANTO EM 1603/45 - 1604/1645"

Dissertação apresentada no Curso
de Pós-Graduação em História
como requisito parcial à obtenção
do grau de Mestre.



GONÇALVES, 1992

GRACIAS A TODOS

O desenvolvimento é a parte subjetiva mais rica do meu trabalho. Não só no sentido de este sentimento que se perdeu e que transmiti-lhe, o tornam por elas também merecidos.

Em primeiro lugar, a paciente e calma convivência com minha esposa, que todos os momentos esteve ao lado dela e por mim sempre apoiou e defendeu. Mais tarde, em seu retorno, a mesma, sempre contente, estimulante e prestativa.

Em segundo lugar, aos codessos mestrandos e professores que pontualmente contribuíram para o desenvolvimento da dissertação.

Hos. trabalhadores e servidores de bibliotecas, em especial da UFG, UFSC e UNE, que muito contribuíram e facilitaram o trabalho de pesquisa. Hos. trabalhadores vinculados à FETAEG, IBGE e INCRA, que assim também o fizeram.

Em último, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para elaboração desta, estando eximidos de qualquer equívoco ou desacordo.

INTRODUÇÃO

O nesse trabalho procura, como objetivo central, caracterizar os traços principais do desenvolvimento do capitalismo e as modificações das relações de trabalho no campo em Goiás, no período de 1970 a 1980. Esse período foi escolhido em razão de ser a fase de maiores transformações nas estruturas agrárias da Região Centro-Oeste e antecede a criação do Estado do Tocantins (11/01/1980).

No Capítulo I analisaremos as pre-condições históricas do desenvolvimento do capitalismo e seu papel na modificação das relações de trabalho, levando em consideração as variáveis fatoriais do imperialismo e o processo concentrador e monopolizador da vida mundial e a divisão internacional do trabalho. Num segundo momento, a função da América Latina nesta divisão internacional e a sua integração aos países centrais. E, por último, a adaptação do Brasil a essa ordem imperialista.

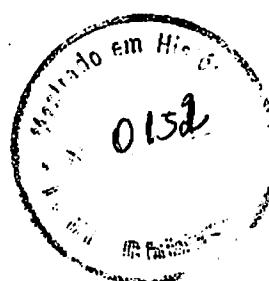
No capítulo II abordaremos as características gerais das alterações na agropecuária e seus reflexos na modificação das relações de trabalho.



No Capítulo 3 caracterizaremos o desenvolvimento do capitalismo e as mudanças nas relações de trabalho no campo em Goiás (1970-85), tendo como base material a distribuição espacial da população, estrutura agrária e a evolução da agropecuária. Após estas condições pre-estabelecidas, infermos as principais modificações nas relações de trabalho familiar, dos sem terra, parceiros, arrendatários, trabalhadores assalariados permanentes e temporários, e elementos acerca da produtividade do trabalho.

E, finalmente, numa análise conclusiva, pontuaremos a essência da expansão capitalista, sua consolidação e as consequências nas relações de trabalho.

As tabelas, gráficos e mapas do trabalho têm como objetivo metodológico-técnico dar uma visualização nominal-numérica, gráfica e disposição territorial dos fenômenos da expansão capitalista e das modificações nas relações de trabalho.



ESTRUTURA

1. AS PRE-CONDICÕES HISTÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E SEU PAPEL NA MODIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	01
1.1. Características do desenvolvimento.....	01
1.2. Biografia Lafaiete.....	01
1.3. No Brasil.....	07
1.4. Goiás: frente de expansão.....	23
Notas de referências - 1	24
2. CARACTERÍSTICAS DAS ALTERAÇÕES NA AGRICULTURA E SEUS REFLEXOS NA MODIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	25
2.1. O papel da agroindústria na modificação das relações de trabalho.....	22
2.2. Outras modificações importantes na agricultura brasileira.....	38
Notas de referências - 2	41
3. O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E AS MODIFICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO EM GOIÁS (1970-85)	43
3.1. Distribuição espacial da população.....	44
3.1.1. Norte de Goiás.....	48
3.1.2. Centro-sul de Goiás.....	49
Notas de referências - 3 e 3.1	51
Tabelas, Gráficos e mapas - 3.1	52
3.2. Estrutura Agrária.....	52
3.2.1. Evolução da área dos estabelecimentos	56
3.2.2. Grau de ocupação do Estado.....	63

3.2.4. Distribuição espacial da estrutura agrária e espaços reestruturados pelas políticas	65
Notas de referências - 3.2.	67
Tabelas, Gráficos e mapas - 3.2.	69
3.3. Evolução da agropecuária	80
3.3.1. Características predominantes	80
Notas de referências - 3.3.	86
Tabelas, gráficos e mapas - 3.3.	88
3.4. Modificações nas relações de trabalho no campo	104
3.4.1. Evolução da mão-de-obra	106
3.4.2. Composição da mão-de-obra em Goiás	109
3.4.2.1. Arrendamento e parceria	109
3.4.2.2. Mão-de-obra familiar	115
3.4.2.3. Produtores sem terra	121
3.4.2.4. Trabalho assalariado	123
3.4.3. Produtividade do trabalho e salários	134
Notas de referências - 3.4.	143
Tabelas, gráficos e mapas - 3.4.	150
4. CONCLUSÃO	160
BIBLIOGRAFIA	167

1.3. 研究方法：基于文本的语义分析模型

Finally, the following section provides a brief summary of the main findings of this study.

existiu entre os ferreiros e os empregados, e que a luta de classes se realizou por intermédio dos empregados da fábrica, que lutaram contra os donos da fábrica. Fazia parte deles o Sindicato dos Ferreiros, que era presidido por José Gómez Latorre, importante dirigente do Partido Socialista, que lutava contra a ditadura de Vargas, que defendia a liberdade de associação das pequenas empresas, pelas quais poderiam exercer seu direito ao trabalho em grandes empresas e concorrer.

Essas gigantescas estruturas são construídas mediante
métodos de fundação comuns. Devido ao seu peso, elas
não podem ser levantadas por um único homem. As
maiores estruturas que já foram erguidas são feitas
com blocos de pedra que pesam dezenas de toneladas.
As pessoas que trabalham nessas estruturas
precisam usar equipamentos especiais para
manipular os blocos. A construção é realizada
em etapas, com cada bloco sendo colocado
no topo do anterior. Isso requer muita
coordenação entre os trabalhadores e
o uso de técnicas avançadas de engenharia.

Using the I-Spline Method to Estimate

"Eyes - I can't bring you - do - correct - etc
misplaced - do - eyes - bring - do - references - make
up - off - there - place - do - bring - do - make
up - off - there - place - do - bring - do - make
up - off - there - place - do - bring - do - make

united persons, according to my idea.

Na sua teoria, o capitalismo é um sistema capitalista de classes que se desenvolveu ao longo do tempo, com a introdução de novas leis gerais e fundamentais da vida social, determinadas pelo capitalismo.

O imperialismo é o resultado da capitalização de uma classe dominante que controla economicamente e politicamente a maioria da população, em particular os camponeses, trabalhadores rurais e urbanos, e os intelectuais, seguindo as linhas deLenin. Em outras palavras, o imperialismo é a expressão do fenômeno mais típico e usual, que determina a fisionomia, a essência essenciais do imperialismo. As pequenas e médias empresas são subordinadas nesses países, estando na dependência direta das multinacionais. Recebem proteção direta deles, tratamento para a sua sobrevivência, credito, compras, proteções aduaneiras, etc., isto é, fundado num processo contínuo de exploração.

Na fundação da fábrica, o governo concedeu uma licença industrial, com direito a pagar impostos e contribuições de 10% sobre a produção de 100 mil toneladas de açúcar por ano, que se estendeu ao longo de 10 anos.

Esta concentração da produção e do capital assumiu dimensões colossais, sobretudo após a II Guerra Mundial, com a ampliação e desenvolvimento do capitalismo monopolista estatal.

O capitalismo monopolista de Estado representa a submissão do aparelho estatal aos monopólios, seu pleno domínio sobre a vida econômica, política e social do país. Através dele, o Estado interfere diretamente na economia, no interesse da oligarquia financeira, para garantir o máximo de lucro para a classe no poder, por meio da exploração de todos os trabalhadores.

A Propriedade monopolista estatal, enquanto elemento básico mais característico do capitalismo monopolista de Estado, não representa a propriedade de um capitalista ou grupo de capitalistas, mas a propriedade do Estado capitalista, a propriedade da classe burguesa no poder. Trata-se de uma tendência estimulada e levada à prática, inclusive, pelo Mercado Comum Europeu, e outros agrupamentos, que representam a união dos monopólios de diferentes potências.

Ao analisar tais formas das monopólios internacionais, Lênin referiu-se, em seu tempo, aos cartéis e sindicatos. Nas condições atuais, em que a concentração da produção e do capital alcançou enormes dimensões, a burguesia monopolista encontrou novas formas de exploração do trabalho, as multinacionais.

O capitalismo imperialista produzem terras e bens para os ricos e os monopolistas, podendo assim ganhar prazer, não degradando a terra é muito barata e com pouco dinheiro podem comprar grandes extensões. Isto é, fundos que na medida das suas, juntamente com as terras e o trabalho, é o melhor tempo. Isto significa que desenvolvem a agricultura e a tecnologia para seu próprio interesse, para monopolizar os lucros obtidos da exploração dos recursos e a utilização da força de trabalho e de matéria-prima, etc.

Outra característica das fases históricas econômicas fundamentais do capitalismo, Lênin definiu também seu lugar histórico. Acreditou que o imperialismo é não só a fase superior, mas, também, a última fase do capitalismo, assim dizendo:

"O imperialismo é uma fase histórica específica do capitalismo... é capitalismo monopolista, capitalismo parasitário ou em decomposição; capitalismo agonizante." (84)

A realidade do mundo capitalista atual confirma plenamente esta conclusão. Conforme demonstrou Lênin, o monopólio é a base econômica de todas as relações econômico-sociais do imperialismo. Lênin observava claramente o parasitismo e a decomposição do imperialismo como a tendência do monopólio para frear, enganar, o desenvolvimento desproporcional das raízes culturais e régios do planeta.

and every institution has its own particular way of doing things. The best way to learn about your organization is to ask questions and observe what goes on. You can also read reports and publications, attend meetings, and speak with people who work there. This will give you a better understanding of how your organization operates and what it does.

• 18 •

卷之三

卷之三十一

111

— 10 —

中国科学院植物研究所 1996-1997-1998-1999

1997-1998
1998-1999
1999-2000
2000-2001
2001-2002
2002-2003
2003-2004
2004-2005
2005-2006
2006-2007
2007-2008
2008-2009
2009-2010
2010-2011
2011-2012
2012-2013
2013-2014
2014-2015
2015-2016
2016-2017
2017-2018
2018-2019
2019-2020
2020-2021
2021-2022
2022-2023
2023-2024

ANSWER

CRESCIMENTO DO PIB: 1955-1995, PESQUISA DE SEUROS (UTDOS)

卷之三

BRUNNEN Verlag

— 3 —

¹ See also the discussion of the relationship between the two concepts in the section on "The Concept of Social Capital."

Journal of Health Politics, Policy and Law, Vol. 35, No. 4, December 2010
 Copyright © by The University of Chicago, 2010
 10.1086/653750

REFERENCES AND NOTES

Pelos dados acima, demonstrativos de uma alta concentração de riqueza nos países (quadro 1, 1a. parte) desenvolvidos, e um processo de queda no crescimento do PIB (quadro 2), e por outro lado, dados que traçam um quadro drástico, o qual passamos a analisar.

Em 1990, o Banco Mundial (BM) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) publicaram de forma aparentemente surpreendente, reconhecendo talvez a maior mazela do sistema capitalista atual:

"Em 1985 mais de 1 bilhão de pessoas, quase um terço da população total do mundo em desenvolvimento, mantinha-se com menos de US\$ 370 dólares per capita ao ano." (05)

Note-se que o nível de pobreza considerado pelo Banco Mundial é extremamente baixo, cerca de 66 mil cruzeiros, de dezembro de 1990, ao ano, ou perto de meio salário mínimo brasileiro por mês (06). Se ampliarmos este limite de extrema pobreza para algo em torno de um salário mínimo brasileiro por mês, infere-se pelas estatísticas do Banco, que 68% da espécie humana é muito pobre, com tendência a ficar cada vez mais pobre.

Segundo as estatísticas (06) do BM, a população de todo o mundo é estimada 4 bilhões 736,2 milhões de habitantes (dados de 1988). Destes, 751,1 milhões (15,86% do total) vivem nos países ricos.

Por outro lado, a produção de bens e serviços foi avaliada em 17,018 trilhões de dólares. Deste total, os países ricos se apropriaram de 13,603 trilhões de dólares; sobrando para o resto do mundo, com quase 4 bilhões de pessoas, somente 3,415 mil bilhões de dólares ao ano. Em resumo, 15,86% da população do planeta – que vive nos países ricos – apropria-se de 79,93% da produção mundial, enquanto a parte dos países pobres, 84,14%, percebe somente 20,07% desta produção.

No campo dos indicadores sociais, as disparidades também são enormes. Na população entre 20 e 24 anos de idade, 38% nos países desenvolvidos está matriculada em cursos superiores. No Brasil esta taxa cai para 11%, no Chile 18% e nos países ainda mais pobres, cai para cerca de 3%. Nos países desenvolvidos, somam-se 450 habitantes para cada médico. No resto do mundo temos a média de 7.891,3 habitantes por médico.

A teoria marxista há tempos vem relacionando o aprofundamento da pobreza no mundo com a espoliação imperialista. Cabe-nos estudarmos a evolução mais recente do domínio imperialista nos marcos da grave crise financeira que o mundo capitalista atravessa e a relação deste fenômeno e a divisão internacional do trabalho.

Journal of Health Politics, Policy and Law, Vol. 33, No. 3, June 2008
DOI 10.1215/03616878-33-3-631 © 2008 by The University of Chicago

En el año de 1970, cuando se realizó la tercera reunión entre los representantes de las autoridades superiores de los países y de las organizaciones internacionales dependientes de la Comisión Económica para América Latina, se estableció que

Então, o Brasil que cresce é a economia doméstica e o comércio exterior dependente da política econômica das multinacionais, que privilegia os preços de importação sobre os preços nacionais.

Na sua finalidade mundial, as multinacionais importam bens econômicos para fazer grandes empresas financeiras que dirigem os países industriais da América Latina, que controlam a economia e a política econômica.

No Brasil, o resultado da dependência é a crise. Tudo se desenvolveu desordenadamente, por que não existe uma estrutura sócial sólida. Em decorrência, tiveram que ser feitas mudanças drásticas, que aumentaram a concentração social, que não possui solidade e eficiência. Na dependência da política econômica e da interferência direta do imperialismo, criou-se na América Latina uma oligarquia, que grande burguesia monopolista, bastante poderosa, que controla o poder militante com os grandes senhores de terra e, sempre com o apoio do imperialismo, em especial, norteamericano, operando e explorando impiedosamente a classe operária, o campesinato e as demais camadas trabalhadoras.

Pode-se observar pelo quadro abaixo que o processo de ajustamento iniciado em 1982 na América Latina, cujas consequências já trouxeram ditadura do capitalismo externo, implicou uma queda considerável no prejuízo nacional (entre 1982 e 1987 investimento na indústria das primeiras da região, em especial no Brasil), onde o Brasil aparece com uma alta taxa média de desemprego de trabalho,

Segue abaixo tabela de uso de crédito de instituições públicas e privadas e o retorno em pagamento de dívida externa:

AMÉRICA LATINA (1): DÍVIDA EXTERNA DESEMBOLSADA, 1978-85

PERCENTAGENS

	CURTO USO DE		LONGO PRAZO (2)			TOTAL (7)	
	PRAZO CRÉDITO	PRIVAT	PÚBLI				
			(3)	DO FMI (4)	DA (5)		
1978	28,4	0,8	19,9	58,9	78,8	100,0	
1979	23,2	0,8	18,6	57,5	76,1	100,0	
1980	28,2	0,5	17,8	53,5	71,2	100,0	
1981	28,8	0,5	20,8	50,6	70,7	100,0	
1982	27,6	0,9	18,7	52,8	71,5	100,0	
1983	17,0	2,5	19,2	61,4	80,5	100,0	
1984	13,4	3,1	17,4	66,1	83,5	100,0	
1985	11,8	3,5	14,3	70,3	84,6	100,0	

1 Vinte e quatro países, exceto Suriname

2 mais de um ano

3 um ano ou menos

4 exceto Bahamas

5 Contruída pelo setor privado residente, sem garantia do setor público. Exceto Bahamas e Nicarágua

6 Contruída pelo setor público ou privado residente, com garantia do setor público

7 Soma de dívidas de curto e longo prazo e uso de crédito do FMI. Inclui o Suriname

Fonte: Banco Mundial e estimativas próprias - Relatório de 1989, pág. 26.

É de se descrever como a maior parte da economia familiar é gerida por um proprietário individual e bastante unidimensional, que inclui tanto o produtor rural, e os casais de trabalhadores, representando metade da população, quanto também os donos de pequenos e médios estabelecimentos familiares, que representam 10% da população rural.

Entre 1960 e 1970, o PIB per capita do Brasil cresceu 1,7%, enquanto que o PIB per capita da Argentina cresceu 2,9%.

PAÍS	POUPARDA FAMILIAR		POP. (Censo)	MUDANÇA DA PARTICIPA- ÇÃO (%)
	URBANA OCUPADA	TOTAL HABITAÇÃO E SERVIÇOS		
ARGENTINA	77,6	88,9 84,4	46,9 43,7	-18,3 -2,9
BRASIL	47,8	47,8 53,4	48,1 43,6	-10,7 +1,3
CHILE	70,6	70,1 77,5	45,1 40,7	-16,4 -4,3
COLÔMBIA	55,9	51,8 57,7	47,3 39,8	-11,3 -6,1
MÉXICO	61,8	45,7 50,6	47,8 44,1	-13,1 -5,4
PÉRSIA	49,2	47,8 50,2	52,7 47,9	-11,5 +4,8
PERU	72,3	65,8 73,4	76,1 77,6	-20,5 +14,3

Fonte: Estimativa elaborada pelo CEPAL, Estudos econômicos, n.º 17, p. 46, 1966.

1) CEPAL, Estudos econômicos, 1970, pág. 56.

FORTE, Lucio Henrique, Capitalismo e marginalidade na América Latina, Rio de Janeiro, 1991, p. 1, pág. 141.

A partir desses dados e de estudos já realizados (10 e 11), podemos observar uma tendência de inserção maior das formas marginais a uma divisão social do trabalho mais definida.

Neste sentido, CELSO FURTADO (10) analisa que o estudo do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos vem despertando crescente interesse tanto na Europa e nos Estados Unidos, como nos países do terceiro mundo em geral, pela sua característica de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho, como exportadores de matérias primas, em economias chamadas subdesenvolvidas.

Este aspecto é importante quando se aborda as políticas de desenvolvimento na fase atual. Permite-nos uma visão global da formação e do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. E, essa realidade demonstra um processo de absorção dos sistemas agrários latino-americanos aos pré-existentes na Europa e Estados Unidos.

Nesse sentido não é difícil estabelecer uma coincidência geral entre as sucessivas fases do surto e da contração do comércio latino-americano com a conjuntura econômica dos países industrializados. CIRO FLAMARION e HECTOR PÉREZ BRIGNOLI (11), ao estabelecerem esta relação, traçam um quadro em que o crescimento do comércio se inscreve em um contexto capitalista expansionista (12).

Na América Latina esta fase coincide, em quase todos os países, com uma aceleração dos processos de reordenamento interno. Até o final desta fase consolida o que TULIO HALPERIN DONGHI chama a "ordem neo-colonial" (12), ou seja, a vinculação permanente das economias exportadoras de matérias-primas elementares a um sistema mundial dominado pelas potências industriais. E, os mencionados processos de transição completam-se em um bom número de países. Porém, caracterizado por um ritmo mais lento da expansão das exportações, não afetaram muito este processo, contrabalanceado com uma forte queda dos fretes marítimos e os termos de intercâmbio favoráveis aos produtos primários.

No alinhamento do novo século, a expansão voltou com força inusitada, para ser interrompida pela 1a. Guerra Mundial e por suas sequelas. Contudo, o surto dos anos 20 foi, evidentemente, transitório. Na América Latina exportadora, e também nos centros industriais, havia se chegado provavelmente a um limite de crescimento (12), que a vindoura crise de 29 demonstraria com dureza implacável.

As transformações que se operam entre 1929-1950 podem ser comparadas às reacomodações do período 1873-1890 (12). Estas profundas transformações na dinâmica do capitalismo podem ser resumidas em duas expressões: fracasso do laissez-faire e intervencionismo do Estado.

Contudo, a ordem econômica internacional oriunda da depressão dos anos trinta e da Segunda Guerra mundial era muito diferente daquela consolidada entre 1850 e 1873. Para os países exportadores de produtos primários, a nova situação ofereceu escassas vantagens. A demanda nos países desenvolvidos sofreu importantes modificações. Substituição em certas matérias primas (estanho e borrachas, por exemplo), e o consumo de alimentos cresceu, em termos relativos, com muita lentidão. Apareceram novos competidores (Estados Unidos com grandes estoques de matérias-primas).

Desde 1945 até os dias de hoje, a situação do conjunto da América Latina pode ser resumida em poucas palavras: comportamento mediocre das exportações (exceto curtos e localizados episódios) e pressões cada vez mais fortes pelo lado das importações (12).

Por estes componentes é possível analisarmos a integração da América Latina ao mercado mundial. Ou seja, a expansão mundial do capitalismo baseou-se em um fluxo internacional de mercadorias, capitais e recursos humanos, que se distribuiu muito desigualmente nas áreas periféricas. Isto nos permite entender um aspecto básico do comércio de produtos primários, a concentração. Concentração esta baseada em áreas geográficas especializadas na produção de matérias-primas de natureza primária.

1.3. NO BRASIL

A adaptação do Brasil à nova ordem imperialista se processou sem modificações substanciais do caráter fundamental da economia do País. Isto é, a produção precípua de gêneros destinados ao comércio exterior (13).

Neste sistema voltado, preponderantemente, para a produção de gêneros exportáveis, e mal aparelhados para servir ao mercado interno, a expansão capitalista teve de ser atendida por importações crescentes, o que tornará cada vez mais difícil pelo desequilíbrio financeiro que provoca (desvalorização cambial da moeda, instabilidade financeira geral, etc).

Na agricultura assistimos a uma diversificação progressiva de atividades, e a par dos poucos gêneros exportáveis que dantes representavam a massa da produção brasileira, aparece toda uma gama de artigos de consumo interno.

Essas e outras circunstâncias levaram a economia brasileira para novos rumos. Ou seja, Deixar de ser simples fornecedor do comércio e dos mercados internacionais, porém, forças poderosas contêm o seu ritmo. Não só os interesses fundados na ordem passada, mas sobretudo a manutenção dos objetivos de um Brasil produtor de gêneros exportáveis.

SUPPOSED ORIGIN

durante a fase do planejamento e de implementação, não houve bloco de interesses, que funcionou como uma rede de proteção para os beneficiários. Isto é, a estrutura industrial estabelecida não só criou um ambiente industrial estabelecido para o desenvolvimento da indústria, mas também criou um ambiente político que protegeu os beneficiários. Isto é, a estrutura industrial estabelecida não só criou um ambiente industrial estabelecido para o desenvolvimento da indústria, mas também criou um ambiente político que protegeu os beneficiários. Isto é, a estrutura industrial estabelecida não só criou um ambiente industrial estabelecido para o desenvolvimento da indústria, mas também criou um ambiente político que protegeu os beneficiários.

Copyright © 2010 Pearson Education, Inc., or its affiliates. All Rights Reserved.

“我可真不懂，为什么他这样想，我也不懂。”

Por outro lado, no período Júnior o setor dominante foi o de bens de produção (14), desempenhando a instalação do setor de duráveis de consumo (15) um papel subordinado, ainda que importante. No período recente, deu-se o inverso. O eixo de acumulação passou a repousar sobre o setor de bens duráveis de consumo - basicamente automóveis e construção civil.

As transformações na agricultura brasileira, do mesmo modo, ficaram bastante afetadas pela necessidade de um bom desempenho do setor externo. Tratava-se de estimular, a todo custo, a diversificação das exportações agrícolas, o que foi feito através de fixação de preços mínimos sistematicamente favoráveis à concessão de crédito fortemente subsidiado etc. À produção rentável dos bens exportáveis, especialmente a aos artigos com cotação no mercado internacional, houve exigiu mecanização em larga escala, uso de herbicidas e adubos, em suma, uma elevação de investimento e do nível de gastos correntes, o que lentamente acelera a destruição de formas de produção pré-capitalistas. É claro que as transformações viriam, desde que o prosseguimento do desenvolvimento capitalista implicasse, necessariamente, em "industrializar" o campo e unificar o mercado de trabalho. E já eram entrevistas, claramente, no período anterior, a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963). Mas é indiscutível que a violência e a rapidez com que se processaram, patentes hoje pela existência de milhares de "tôias-frias", deveu-se a uma deliberada política econômica.

Ou seja, os últimos cinquenta anos foram marcados por situações cuja interpretação, sem dúvida, tem suscitado várias controvérsias. Porém, a nossa análise não será exaustiva dos múltiplos aspectos da evolução da sociedade brasileira, limitaremos às características básicas do capitalismo dependente.

Esta interpretação se caracteriza por uma fase que alcança nos anos 30 e que se estende até o começo da década de 50. É o período áureo do desenvolvimento do nacionalismo populista, da afirmação do poder hegemônico da burguesia industrial, da decadência do velho poder oligárquico-burguês (16), da consolidação da classe operária, da expansão das classes médias e da frustração e marginalização política e econômica do campesinato e dos trabalhadores rurais. Interpretação desenvolvida por Vania Bambirra e Theotonio dos Santos (17).

Neste mesmo período, começa a gestar-se a partir do pós-guerra e que se caracteriza por uma mudança de qualidade no funcionamento da estrutura do sistema de dominação dependente, uma nova fase. A penetração e expansão intensa do capital estrangeiro, especialmente, na indústria manufatureira produzem a desnacionalização dos principais meios de produção, aprofunda a dependência e frustra qualquer aspiração a um desenvolvimento nacional independente.

é o final do nacionalismo populista frente à reificação de um novo pacto de poder da burguesia local com o imperialismo. O golpe militar de 1964 foi a escada decisiva no velho esquema de dominação populista, a partir da qual tratou-se de conceder ao país um regime ditatorial, destinado a manter o capitalismo dependente.

Há continuidade entre a deposição do capitalismo e nível internacional. No inicio de 1974 e 1975 todos os países capitalistas estiveram afetados de maneira intensa pela crise. A sociedade brasileira permeável de ponta a ponta aos infortúnios do capitalismo metropolitano viu-se altamente afetada.

Mais ainda, o regime militar brasileiro é o precursor de uma nova etapa política na América Latina. Ou seja, as forças armadas como instituição assumem a responsabilidade da gestão do Estado. Contudo, os interesses das velhas oligarquias, fundamentalmente, dos latifundiários são também satisfeitos, na medida em que se mantêm as suas bases de dominação, a propriedade monopolista da terra.

Esses elementos caracterizam o regime brasileiro dos militares. Além de que, do ponto de vista econômico, a incrementação de suas políticas exportadoras com objetivos de captar divisas para renunciar o capital estrangeiro foi amplamente adotada.

Desse conjunto, as tendências estruturais do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro acentuam-se, cada vez mais, como necessidade de sobrevivência do sistema, a exclusão das imensas maiorias dos frutos deste desenvolvimento. A intensificar progressivamente a já extrema vinculação das classes dominantes nacionais com os imperialistas estrangeiros, dentre os quais o principal é definitivamente brasileira.

Portanto, é de fato a tese que analisaremos o desenvolvimento e modificação da força de trabalho tendo como pressuposto toda uma política econômica estruturada.

1.4. GOIÁS: FRENTE DE EXPANSÃO

A ocupação de Goiás se realiza inicialmente por duas fases bem distintas. Numa primeira fase assistimos ao processo de conquista do território e descoberta de minas de ouro e pedras preciosas. Com a decadência da mineração assistiu-se a um processo de regressão à economia de subsistência e crescente isolamento. A única atividade econômica mais regular de fixação da população na região foi a pecuária extensiva (18).

Uma segunda fase do processo de ocupação se inicia nas primeiras décadas deste século sob o impacto do desenvolvimento da economia cafeeira. Criam-se as bases para uma segunda fase de ocupação agrícola, quando a industrialização do centro-sul do país impulsiona um movimento em direção à Amazônia, conhecido como "marcha para o oeste" (19).

Este movimento da fronteira econômica foi acompanhado pela construção das estradas de ferro e posteriormente pela rápida expansão da rede ferroviária. A partir dos meados da década de 60 se inicia uma nova etapa no processo de desenvolvimento agrícola da região.

A partir da década de 70, as relações capitalistas, pela mediação do Estado, não só se generalizam atingindo o norte do estado e enormes áreas de cerrado antes mantidas fora do processo produtivo, mas também se intensificam a nível das relações de produção. Aumenta o volume do capital empregado na atividade agropecuária, através de tecnologia moderna como mecanização, adubação, irrigação, uso de defensivos químicos, etc. e o assalariamento da mão-de-obra passa a predominar sobre as relações de produção não-capitalistas (parceria, etc.).

Estas características próprias do desenvolvimento de Goiás materializaram-se como traço central na substituição da força de trabalho nos moldes de relações não-capitalistas para aquelas eminentemente capitalistas, que são o coração de nossa abordagem.

Aspectos estes que foram catalizados pela criação da nova capital de Goiás (Goiânia) e de Brasília. Elementos estes que impulsionaram o crescimento recente da economia goiana, o processo de migração e absorção-expulsão da força de trabalho rural. Traços estes que serão analisados a seguir.

NOTAS DE REFERENCIA - 1

61. LEBLON, M. I. OBREGÓN. Ed. Havanese. Vol. 227. pág. 437.
62. Idem. pág. 241.
63. Idem. pág. 247.
64. Idem. pág. 122.
65. Relatório do Banco Mundial. 1990. pág. 1.
66. SILVA JR. Agenor. Revista Principes. 18 (20). pág. 30
atual de 1991.
67. CRETORIUS, Cornelius. A INSTITUCIONALISATION DA
SOCIEDADE. Ed. Paz e Terra. 1991.
68. FURTADO, Celso. A ECONOMIA LATINAMERICANA. Coop.
Ed. Nacional. SP. 1986. pág. 51 e 52.
69. FLAMARION, Ciro e BRIGNOLI, Héctor Pérez. História
económica da América Latina. RJ. 1984.
70. FURTADO, Celso. Ob. cit.
71. FLAMARION, Ciro e BRIGNOLI, Héctor Pérez. Ob. cit.
72. Idem. Págs. 239 a 242.
73. FURTADO, Celso. Ob. cit. cap. XII.
74. Os bens e serviços de produção satisfazem
indiretamente as necessidades, pois são usados para
produzir os bens de consumo (Dic. Cienc. Sociais pág. 122).
75. São os que em sua forma final são consumidos. Usados
diretamente (Dic. Cienc. Sociais pág. 122).
76. Termo utilizado por Dário Barboza para caracterizar
as estruturas rurais.
77. BARBOSA, Dário e SANTOS. Theatro do Brasil. América
Latina: 500 anos de História. Coleção. UFRJ 1989.
78. ESTADO, Mato G. Região Centro-Oeste. Vol. 01. Ed.
Ministério da Agricultura. FGRI. 06/88.
79. COLEÇÃO DE CEDOCES (SUL). 14 (01) Rev. Unesp. 01/24.

2. CARACTERÍSTICAS DAS ALTERAÇÕES NA AGRICULTURA E SEUS REFLEXOS NA MODIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Estas alterações no processo de produção agrícola representam uma transformação na base técnica - chamada de modernização (01). Esse processo representa a subordinação da natureza ao capital. Levando essa modernização a uma forma de "industrialização".

Entendem alguns autores (02) que existem diferenças básicas entre a modernização da agricultura e este processo de "industrialização". Primeira diferença, não se trata apenas de usar crescentemente insumos modernos, mas também, e principalmente, de mudar as relações de trabalho. Mesmo com a modernização havia espaço para a pequena produção independente onde o proprietário (ou parceiro ou arrendatário), utilizando insumos modernos, seguia produzindo de maneira artesanal. Ele modernizava seu processo de produção e estabelecia uma nova divisão de trabalho dentro da família. Na agricultura industrializada, a relação de trabalho é basicamente uma relação de trabalho coletivo (cooperativo), não há mais o trabalhador individual (03). O trabalhador não cuida mais do plantar, do colher, ele se especializa. São turmas que plantam, são turmas que colhem. Existe uma divisão do trabalho, com uma posição dentro da empresa para o trabalhador braçal, para o técnico, com diferentes níveis de qualificação, mas é um trabalho coletivo.

A segunda mudança qualitativa é a mecanização. A modernização da agricultura brasileira no pós-guerra é basicamente pelo trator, que passa, de substituto da força animal, para substituto da mão do homem, da força de trabalho. Ai, há então um salto qualitativo no processo de produção. As atividades passam a ser mecanizadas, não mais em função da substituição da força física, mas substituindo, por exemplo, a habilidade manual, a destreza do trabalhador. Este salto qualitativo no processo de modernização da agricultura brasileira ocorre nos anos 60, quando se introduz a mecanização de todo o processo produtivo, do plantio à colheita (inclusive carregamento e transporte) e à mecanização dos tratos culturais se soma a quimificação.

A terceira transformação qualitativa no processo de modernização da agricultura brasileira nos anos 60, já citado anteriormente, é a internalização da "industrialização", ou seja, dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura. Em seu início, a modernização se viabiliza por meio de importações, de forma que a capacidade de modernização da agricultura brasileira estava limitada pela sua capacidade de exportar.

Com a implantação da indústria de base (siderurgia, petroquímica, borracha, plásticos, química fina, bioquímica, etc), nos anos 50-60, os setores que produzem insumos modernos, máquinas e equipamentos para agricultura foram penetrando no país, e a partir daí, a capacidade de modernização da agricultura passou a ser interna.

Em todo esse processo existe um elemento aglutinador que são as políticas econômicas do Estado Brasileiro e as novas funções do mesmo. Entendendo que a principal dinâmica da agricultura brasileira e seus reflexos nas modificações das relações de trabalho passam pela compreensão da passagem do chamado complexo rural (84), para uma dinâmica comandada pelos complexos agroindustriais. Esse processo envolve a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agropecuária e a substituição das exportações pelo mercado interno, como elemento central da alocação de recursos produtivos neste setor (85).

A partir daí, completa-se o processo geral de industrialização da agricultura, qual seja, o de montagem do desenvolvimento industrial agrícola e do proletariado rural, que sustentam a nova dinâmica da acumulação do capital no campo.

O novo centro dinâmico da economia - a indústria e a vida urbana - impõe suas demandas ao setor agropecuário e passa a condicionar suas transformações, que vão culminar, no período recente, com a constituição dos complexos agroindustriais.

Podemos observar abaixo a consolidação do mercado interno brasileiro nestas mudanças através do consumo interno:

CONSUMO INTERMEDIÁRIO NA AGRICULTURA, PELA % DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO - BRASIL 1939-1980

ANO	CONSUMO INTERNO	TAXA ANUAL DE VARIAÇÃO
1939	10,8	
1949	11,1	1,0
1954	13,2	3,5
1959	14,3	1,6
1965	21,5	7,0
1968	25,1	5,3
1970	27,6	4,9
1975	34,4	4,5
1980	38,7	2,4

Fonte: Ajustamento linear dos dados de Ribeiro Gheventer (1983) a partir de estimativas de Kageyama (1986), com base nos censos agropecuários (86).

A tabela mostra o crescimento do consumo interno. De pouco mais de 18% em 1949, ele passa a representar 25% no final dos anos 60, saltando para quase 40% em 1980. Note-se que a intensificação do crescimento do consumo interno na agricultura dá-se a partir de meados dos anos 60, já na fase, comumente chamada de "industrialização da agricultura". Entre 1959 e 1965 o índice cresce 7% ao ano, principalmente porque a base em 1959 é ainda pequena. Após 1965 nota-se um crescimento mais firme do índice, partindo de uma base maior. É nesse período que a "industrialização do campo" deslancha, com efeitos qualitativamente mais complexos sobre os processos de produção e as modificações nas relações de trabalho. E, o Estado desempenhou um papel importante nesta arrancada. De um lado estimulando a expansão das indústrias por meio de vários incentivos, de outro, assegurando lhes mercados por meio da política de financiamento rural (87).

Este processo é marcado pela situação em que a produção deixa de ser em grande medida artesanal, o trabalho deixa de ser individual para se tornar coletivo, no sentido de que o trabalho agrícola converte-se em parte aliquota do trabalho social e seu produto parte aliquota do valor global produzido na sociedade. A terra deixa de ser o "laboratório natural", para se converter em mercadoria. Os equipamentos utilizados passam a ser, além de instrumentos de trabalho, parte do capital valorizado (88).

A produção agrícola, pela divisão geral do trabalho, passa a ser ramo da produção geral, um elo de uma cadeia, desembocando nos complexos agroindustriais, interligada ao conjunto dinâmico da indústria, ao domínio do capital industrial e financeiro e ao sistema global de acumulação. Isto é, o chamado processo de integração de capitais (09), centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., que se fundem em sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais, etc.

Esta industrialização da agricultura tem ainda como um dos seus resultados visíveis, além da mudança da base técnica, mudanças do ponto de vista da reorganização do processo de trabalho (a nível da unidades produtivas, uso e posse temporária da terra, pela divisão técnica e especialização) e a nível social pela criação de um proletariado rural desqualificado. Este substitui as formas antigas de relações familiares e dependência pessoal. Esses assalariados, além de se diferenciarem pelo aspecto formal da relação assalariada, estão inseridos no processo produtivo de forma distinta dos antigos colonos, parceiros, etc. Os assalariados estão em geral vinculados a somente algumas fases específicas do processo de produção (especialização) e destinados ou a manejar máquinas ou a colher produtos manualmente. O ritmo é imposto para conseguir a diária mínima.

Fatores econômicos e sociais em determinação da
estruturação das organizações que permitem a criação de
um verdadeiro produtorismo rural, estendendo-se à
possibilidade de reprodução de formas independentes da
pequena produção em escala que os trabalhadores
mantêm o controle do processo de trabalho. Em contraste
palavras, a estrutura organizacional agropecuária determina a
possibilidade de utilização socializada das terras e estruturando-a
diretamente para a exploração agrícola.

2.1. O PAPEL DA AGROINDÚSTRIA NA MODIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Podemos dizer, sem margem de erro, que a agroindústria está na base da industrialização brasileira, tendo representado até a fase de substituição das importações 50% da produção industrial brasileira (10). No entanto, já no final da segunda Grande Guerra, pesados investimentos estatais e estrangeiros em setores de base e na produção de bens de consumo durável levam a crescente diversificação dos setores industriais.

Estas mudanças de orientação do setor agroindustrial corresponde também a uma fase de grande internacionalização de ativos justamente nos subsetores mais dinâmicos. Neste período a entrada do capital estrangeiro em alguns ramos do subsetor de alimentos, moagem, fumo, carnes, laticínios etc, já vai permitir o ensaio de alguns movimentos de integração indústria-agricultura em substituição à integração agricultura-indústria (01), até então dominante.

A perda de posição relativa da agroindústria na produção industrial se aprofunda nas décadas posteriores. Segundo os censos (11), a participação da agroindústria processadora se reduz a 30,8%, 25,4% e 21,0% para 1960, 1970 e 1974, respectivamente, sobre o total da indústria.

Em termos de pessoal ocupado e número de estabelecimentos a redução é menos acelerada, o que denota a manutenção de uma importante característica do setor agroindustrial, que é a incidência de processos de produção tradicionais ou intensivos em mão-de-obra. Mais recentemente observa-se uma retomada do dinamismo da agroindústria processadora, mantendo posição em relação aos demais setores da indústria, reduzindo, porém, radicalmente o número de estabelecimentos e o pessoal ocupado, sempre em relação aos demais setores industriais.

Esta agroindústria representava, em 1975, pouco mais de 20% do valor da produção global da indústria de transformação no Brasil, embora entre 1949 e 1970 a agroindústria tenha crescido a ritmo inferior ao total da indústria (6,0% e 8,2% ao ano, respectivamente). No período mais recente (75/80), a agroindústria como um todo expandiu em cerca de 45% seu valor real de produção, em 22% o pessoal ocupado e apenas 0,9% o nº de estabelecimentos, o que reflete um enorme aumento do tamanho médio das empresas, ao lado do crescimento da produtividade, associado a um processo de monopólio de vários segmentos da agroindústria (12). Os exemplos mais significativos da formação de grandes estabelecimentos produtores são o das indústrias de papel, de açúcar e álcool, de óleos vegetais em bruto. Apenas no processamento de madeira observou-se redução do tamanho médio dos estabelecimentos.

No geral, o movimento de formação de grandes estabelecimentos (um dos componentes da monopolização) foi significativo em todos os ramos industriais. Podemos observar pela tabela abaixo a variação do tamanho médio dos principais ramos da agroindústria brasileira.

TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIALIS NO BRASIL (75/80) - VALOR MÉDIO PRODUÇÃO/ESTABELECIMENTO

SETORES	VP/ESTABELECIMENTO		VARIAÇÃO(%)
	1975	1980	
MADEIRA	1.876	666	-38,1
PAPEL	24.669	53.614	117,3
BORRACHA	29.399	41.128	39,9
COURS E PELES	3.749	4.754	26,8
ALCOOL	6.648	25.635	285,6
ÓLEOS BRUTOS	19.454	69.458	257,8
TEXTIL	12.703	14.156	11,4
CAFÉ E CEREAIS	1.737	2.390	37,6
AÇUCAR	14.677	27.052	84,3
ÓLEO REFINADO	62.192	99.788	60,5
CARNE E PESCA	7.656	8.989	17,4
LATICÍNIOS	11.211	12.312	9,8
BEBIDAS	2.810	3.982	41,7
FUMO	29.670	31.611	6,5
TOTAL DA AGROINDÚSTRIA	3.746	5.375	43,4

É interessante destacar que nesse período os setores que "puxaram" o crescimento da agroindústria, como um todo, foram exatamente aqueles que apresentaram maior tamanho médio por estabelecimento e que também elevaram significativamente esse tamanho. Assim, enquanto o conjunto da agroindústria elevou em 51% seu valor real de produção, observamos os seguintes crescimentos setoriais: papel, 106,8%; álcool, 454,8%; óleos vegetais brutos, 150,6% e óleos refinados, 74,6%. Paralelamente, os setores menos dinâmicos da agroindústria são aqueles em que a presença de pequenos estabelecimentos é mais generalizada: madeira, laticínios, carnes e pescado, têxtil (14).

Entretanto, os setores onde predominam pequenos estabelecimentos tecnologicamente tradicionais ainda têm peso expressivo no conjunto da agroindústria brasileira. Os ramos de processamento de madeira, couros e peles, cereais e farinhas, e bebidas ainda eram responsáveis, em 1980, por cerca de 27% (15) do valor total da produção agroindustrial. Isto nos coloca uma contradição: a heterogeneidade interna da agroindústria, com o movimento global em direção à modernização tecnológica e à concentração.

Dentre as consequências mais importantes desta modernização da agricultura é a definição de uma nova articulação agricultura-indústria, diferente daquela apresentada para o início do século (16).

O primeiro, mais moderno e industrializado, é integrado verticalmente (produção, processamento e a agroindústria). Destacam-se neste segmento: os complexos avícolas (milho-racções-aves-frigoríficos), açúcar e álcool (implementos agrícolas, carregadeiras mecânicas cana-usina e destilaria), as carnes, soja, trigo, milho híbrido e o arroz irrigado. O segundo, está também integrado à frente, porém não mantém vínculos específicos com as indústrias. São exemplos as fibras (algodão), as frutas (laranja para suco), os laticínios, parte dos grãos (milho) e oleaginosas (amendoim), legumes (tomate, ervilhas). O terceiro segmento, que depende do fornecimento de máquinas e insumos extra-setoriais, sem estabelecer soldagens específicas, isto é, sem tomar a forma de complexos. Estão neste grupo, o feijão em São Paulo, o arroz no Centro-Oeste, a cebola, hortaliças e frutas de mesa, e café (18). E, por último, o resto da agricultura, ainda não modernizado, nem com ligações intersetoriais fortes (mandioca, banana, e alimentos básicos).

Portanto, o movimento de modernização e industrialização da agricultura, em 1970, já havia transformado a atividade agrícola num dos eixos do sistema agroindustrial, cuja dinâmica só pode ser percebida, levando em conta todas as partes. Mesmo aí, persiste um alto grau de diferenciação, devendo-se procurar identificar os casos de atividades parcialmente integrados nesses circuitos.

2.2. OUTRAS MUDANÇAS IMPORTANTES NA AGRICULTURA BRASILEIRA

Nas últimas duas décadas, o mercado mundial de produtos agrícolas passou por intensas transformações que romperam o antigo padrão norte-sul de trocas e tornaram difícil a posição de muitos países, tradicionalmente exportadores. E por outro lado, a política agrícola dos países centrais aliada ao protecionismo e a outras práticas comerciais também restritivas foram fatores que contribuíram fortemente para isso. Em maior ou menor grau esta política dos países com grande mercado importador potencial tendeu a isolar a produção rural doméstica da competição internacional. Outro resultado, estreitamente relacionado ao anterior, é a crescente tendência ao aparecimento de fortes excedentes de produtos agrícolas que se dirigem ao mercado internacional, deprimindo os preços e deslocando produtores tradicionais (19).

As consequências deste protecionismo e a mudança na estrutura da demanda mundial, dificultando a inserção de certos países, refletem-se numa das características da expansão do comércio mundial que gostaríamos de destacar: a sensível alteração dos fluxos do comércio de produtos agrícolas (20).

Embora rápida e pouco profunda, essa apreciação da cota comercial agrícola trazidas pelo aumento do comércio mundial de produtos agrícolas evoluiu, entretanto, por condições bastante restritivas que penalizaram a participação de muitos países. Por outro lado, o comércio agrícola brasileiro parece não ter sentido esse grande rigor dessas regras. No contrário, o Brasil conseguiu conquistar um lugar de destaque no comércio internacional, como é demonstrado na Tabela abaixo.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS IMPORTAÇÕES DA CEE ORTUINAS DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO - 1979/82 (%)

	1979	1980	1981	1982
ALIMENTOS/BEBIDAS	72,5	72,4	74,9	79,2
CAFÉ	16,9	24,3	18,6	21,5
CACAU	3,7	9,2	7,4	5,9
TABACO	26,6	17,1	18,7	20,3
FRUTAS/VERDURAS	2,5	3,2	5,5	6,1
PEIXES	1,4	1,5	0,6	0,4
RACÓES PARA ANIMAIS	14,8	27,9	45,8	55,8
AÇUCAR	7,8	10,8	7,0	6,5
CARNES EM CONSERVAS	10,2	16,3	16,3	35,9
SÓLIO	94,2	95,3	25,5	H.D.
HETERÓSIS EM BRUTO	11,6	16,1	H.D.	13,7
OLEOS E GORDURAS	10,3	4,6	8,8	7,9
MADEIRA	2,8	5,2	5,4	7,7
PODE	0,0	0,3	62,9	60,9
FOLHETOS TÉCNICOS - 1983			56,1	

Esta realidade é explicada, em certa medida, pelo comportamento de elementos e mecanismos não econômicos com a produção doméstica dos países centrais e em cuja produção o país conta com vantagens de custos, eventualmente naturais ("abundância" e "qualidade") das recursos naturais e as particularidades do mercado de trabalho. Embora contribua, isso não explica totalmente a inserção da agricultura do Brasil no sistema internacional, que é a ligação e aparelhamento. Na realidade, na exportação de produtos agrícolas processados ou, de um lado, as vantagens naturais são relativizadas e, de outro, o protecionismo é maior.

A performance destas exportações agrícolas coincidiram no tempo e, em larga medida, também no espaço territorial com as profundas alterações na estrutura da agricultura, cujas contornos geralmente já foram apresentados. Essa coincidência provavelmente explica as diversas tentativas de buscar as fontes da dinâmica recente da agricultura no comportamento do mercado interno ou do mercado externo.

Tiramos como idéias técnicas básicas destas tendências a interligação dos segmentos servidores aos setores industriais fornecedores de instrumentos e processadores de produtos agrícolas. Ou seja, o Brasil vem perdendo suas características de exportador de produtos agrícolas tropicais "in natura" para se tornar como exportador de produtos elaborados de origem agropecuária.

NOTAS DE REFERÉNCIAS - 2

(01) O termo modernização tem tido uma utilização muito ampla, referindo-se ora às transformações capitalistas na base técnica da produção ora à passagem de uma agricultura "natural" para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente. E, posteriormente a indústria agrária.

(02) KAGEYAMA, Angela (coord.). O NOVO PADRÃO AGRÍCOLA BRASILEIRO: DO COMPLEXO RURAL AOS COMPLEXOS AGRO INDUSTRIAIS. Cópia, out/87, pág. 81.

(03) "A divisão do trabalho, em sua forma capitalista, não é mais do que um método particular de produzir a mais-valia relativa, ou de se fazer aumentar, às custas do operário, os lucros do capital - e o que chamam de riqueza nacional. As custas do trabalhador, desenvolve-se a força coletiva do trabalho em prol do capitalista. Essa forma de divisão do trabalho é uma fase necessária na formação econômica, é um meio civilizado e refinado de exploração" (CARLO CAFIERO, O Capital. Polis, 3a. ed., pág. 54.).

(04) IDEM. Págs. 3 e 4.

(05) IDEM. Pág. 4.

(06) (07). Pág. 9.

- (08) KAGEYAMA, Angela. idem pág. 10.
- (09) DELGADO, Guilherme. CAPITAL FINANCEIRO E AGRICULTURA NO BRASIL. Ed. Icone/UNICAMP, SP, 1985, pág. 134.
- (10) KAGEYAMA, Angela (cord.). Ob. cit. pág. 68.
- (11) IDEM. pág. 69.
- (12) IDEM. PAG. 69.
- (13) IDEM. pág. 70.
- (14) IDEM. PAG. 69 e 70.
- (15) IDEM. pág. 70 e 71.
- (16) IDEM. pág. 71.
- (17) IDEM. págs. 81-84
- (18) IDEM. pág. 82
- (19) IDEM. págs. 100 e 101
- (20) IDEM. pág. 102

3. O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E AS MODIFICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO EM GOIÁS (1970-85) - (81)

Para compreendermos as modificações nas relações de trabalho, é preciso analisar a realidade concreta e objetiva do desenvolvimento capitalista no campo, em nosso estudo, voltado para Goiás. Abordaremos aspectos relativos à distribuição espacial da população, estrutura agrária, evolução da agropecuária, consequentemente, as modificações nas relações de trabalho, tendo como eixo fundamental, a transformação do complexo rural "agropecuário" para o complexo agroindustrial (80).

3.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Quando falamos de Goiás, é inevitavelmente, fazemos comparações em termos de região centro-oeste, como alio do processo de expansão da fronteira agrícola (VIEIRA).

Verifica-se expressamente na medida respeitante ao incremento populacional, expresso nos números do censo demográfico de um lado, o elevado ritmo de urbanização regional = 67,75% - inferior apenas ao encontrado no Região Sudeste = 82,79% - e semelhante ao constatado para o país = 67,57% (04) - que na década de 70, passou a apoiar-se, principalmente, na concentração populacional dos centros urbanos mais desenvolvidos da região, como, também, no surgimento de novos núcleos em áreas até então subocupadas.

Por outro lado, em Goiás, na década de 50 e 60, é que se configuram as maiores taxas de crescimento populacional 57,48%, sendo que na década de 1970/80 baixou para 31,54%. Já nesta década o quadro da dinâmica populacional se altera, consideravelmente, pois, um contingente de 243.458 mil pessoas sai da zona rural (tabelas 1 e 2, gráfico 1). Em 1980, 62,2% da população já é urbana e 37,8% constitui a população rural. E, relativo ao censo demográfico de 1970 a população urbana cresceu 94,1% e a população rural decresceu 14,3%.

Entre desordenações da propriedade rural é verificada com maior intensidade nos municípios situados ao sul do paralelo 17, pois, no norte o êxodo rural foi em escala bem menor, caracterizando, em 1980, uma tendência de crescimento da taxa de urbanização de 62,62% e de 71,52% em 1985 (tabelas 1 e 2, gráficos 1).

Portanto, historicamente, no lado do Leste, de grandes transformações sociais, tem procedido nas economias de periferia da fronteira norte um fenômeno marcante, qual seja, o ingresso do setor terciário. E, no estado de Goiás, apesar de possuir, ainda, uma economia assentada no setor primário, tem apresentado aumento de concentração da população, principalmente, no setor terciário, demonstrando outro elemento de concentração da população em áreas urbanas.

Ou seja, Goiás está saído de uma fase, eminentemente, agropastoril, em que esta contribuía com mais de 70% do PIB do Estado em 1939, participação esta que caiu para 20%, em 1982. Em contrapartida, evoluiu para uma economia de predominância agro-mercantil, ressaltando que a experiência mundial demonstra que esse comportamento corresponde a um processo de desenvolvimento, no qual o estágio mercantil antecede ao industrial, como o ingrediente de uma transição agro-industrial (tabelas 3 e 4, gráficos 2 e 3) (IBGE).

Com isso o dinamismo que tem caracterizado a evolução nas formas de organização do espaço geográfico regional, evidenciado, sobretudo, na expansão e modernização das atividades produtivas, em especial as do setor agropecuário, onde se fazem sentir os efeitos da diversidade agrícola, respondem pelas transformações ocorridas na distribuição espacial, evolução, estrutura e mobilidade da população (86).

Nesse aspecto, cumpre destacar a importância da integração regional a rede viária nacional, implicando, entre outras coisas, na viabilização de uma melhor circulação da força de trabalho (tabela 4). Tais aspectos norteiam o desenvolvimento do presente capítulo que procuramos, a partir da caracterização do quadro demográfico - diferenciado nos vários segmentos espaciais que integram a região - evidenciar o caráter seletivo do processo de produção desse espaço geográfico, ao longo do tempo.

Cumpre salientar, ainda, que apesar de se tratar de áreas onde a fronteira econômica se expande, segundo a ótica da intensificação de formas capitalistas de produção, com vertiginosa mobilidade da força de trabalho regional, o presente estudo, efetuado, a partir de dados divulgados pelos censos demográficos, procura identificar os principais vetores norteadores das mais expressivas modificações ocorridas na década de 70. As quais permeiam a década de 80, uma vez que persistem os processos sócio-econômicos então desencadeados.

Esta situação de manutenção de elevado crescimento da população reflete a comparação de redução das efetivas rurais, de um lado, e fechamento precoce da frente de expansão, devido à introdução de formas capitalistas de produção, liberadoras de mercadorias, e, do outro lado, o fortalecimento dos principais centros urbanos, através da expansão do setor terciário, vinculado à liberação agrícola.

Este fenômeno tem caracterizado profundos desequilíbrios infra-estruturais nos centros urbanos do Centro-Oeste, já que a liberação de mercadorias no campo só se faz acompanhada de equivalente aumento de empregos no setor secundário e terciário, gerando consequente subemprego e desemprego para estes contingentes da população, bem como baixa qualidade de vida.

Entretanto, assume caráter diverso no interior do estado, uma vez que os diferentes ritmos de crescimento das populações urbana e rural refletem a seletividade com que tal processo de urbanização opera, configurando distintas formas de organização do espaço (norte e sul de Goiás). Assim, a diferenciação encontrada, no tocante aos ritmos de crescimento populacional, espelha diferentes etapas do desenvolvimento econômico intraregional, relacionadas a diferentes estratégias de acumulação de capital associadas à estrutura econômica dos subespaços regionais, cujas implicações se fazem sentir na distribuição espacial e setorial da força de trabalho.

destacar-se no que concerne à situação demográfica rural e urbana) da população em 1980, uma distribuição desequilibrada da população economicamente ativa (PEB), de pessoas empregadas em áreas urbanas e rurais, indicando taxas de atividade de 36,9% e 32,0%, respectivamente (IBGE). Tal distribuição denota a dimensão assumida pela liberação da população no meio rural, e a extensão com que existem já frentes de ocupação, fatores elementares importantes a que está reduzida a taxa de atividade, evidente na pouca representatividade das atividades econômicas desenvolvidas, no que tange à absorção de mão-de-obra, uma vez que a expressão do setor produtivo regional, principalmente, as atividades primárias, têm transcorrido sob o signo da modernização e do emprego maciço de capital.

Podemos sintetizar que as características da distribuição espacial da população em Goiás vinculam-se ao processo histórico, onde se destaca a atuação do estado, no sentido de viabilizar a expansão das frentes pioneiros de ocupação (será analisado na parte deste capítulo sobre a evolução agropecuária). Tudo isto, através da implantação de infra-estrutura de comunicações, bem como da fixação de políticas de incentivos fiscais para as atividades produtivas. Neste quadro, sobressaem, de forma generalizada, duas sub-regiões em Goiás: O Norte e o centro-sul, os quais sintetizam com melhor clareza as diferenças espaciais.

3.1.1. NORTE DE GOIÁS

Esta área tem-se apresentado, basicamente, pelo pequeno crescimento de população rural, na década de 70, bem como pela constatação de áreas com pequena perda populacional rural. Coube ao trecho do baixo Araguaia goiano registrar o maior crescimento de população rural de toda a área, estando os decrescimentos populacionais restritos a algumas cidades (mapa 1, tabela 5).

Por outro lado, prevalecem as taxas e medidas densidades demográficas rurais, estando estas localizadas na porção oeste da área, ao longo da rodovia Belém-Brasília, e no extremo norte do estado, no trecho denominado "Bico do Papagaio", refletindo a existência de áreas com maior atividade agropecuária. Da mesma forma, as mais altas taxas migratórias também se encontram localizadas em tais áreas, cabendo à porção leste da rodovia, onde predomina a atividade de pecuária. A predominância dos migrantes rurais sobre os urbanos, com destaque para os fluxos migratórios de natureza inter-rural, denota a permanência da importância do norte goiano como área absorvedora de mão-de-obra rural (mapa 1 e tabela 5).

3.1.2. CENTRO-SUL DE GOIÁS

Tal área caracteriza-se por ter registrado a mais acentuada perda populacional rural e paralelamente à pequena perda populacional urbana.

O fator que indica o maior avanço tecnológico é o processo de produção de populações rurais, isto é, da produção de formas e estruturas de produção centradas no emprego intensivo do capital e na pouca abrangência das unidades produtoras, o que é visto nos estudos feitos pelo Instituto de Estatística da Alemanha (Instituto Federal de Estatística da Alemanha, 1987).

Outro fator que indica o maior avanço tecnológico é a redução da produtividade da mão-de-obra rural e da diminuição da participação da mão-de-obra rural na economia, o que é visto nos estudos feitos pelo Instituto de Estatística da Alemanha (Instituto Federal de Estatística da Alemanha, 1987). Esses fatores concorrem nesse tipo de transformação ocorrida nas formas de organização da produção, como a atuação exercida pelo crescimento urbano do Distrito Federal, da Região Sudeste, principalmente em São Paulo, e também no Rio de Janeiro.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TECNICA N.º 1

ESTADO FEDERADO DO PARANÁ - GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - HA
CORTE CULTURAL, 1982.

ESTADO FEDERADO DO PARANÁ - GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - HA
CORTE CULTURAL, 1982.

ESTADO FEDERADO DO PARANÁ - GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - HA
CORTE CULTURAL, 1982.

ESTADO FEDERADO DO PARANÁ - GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - HA
CORTE CULTURAL, 1982.

ESTADO FEDERADO DO PARANÁ - GOVERNO DO PARANÁ - HA
CORTE CULTURAL, 1982.

CORPO TBGE, GEOGRAFIA DO BRASIL, Vol. I, Região Centro-
Oeste, RJ, 1989, pág. 123.

GOV. SELEDO FEDERAL, EM DEFESA DA AGROPECUARIA DE ANDES;
POR UM MODELO AGRÍCOLA MODERNO E ADAPTABLE. Rele-
tório informativo do gabinete do Senador Henrique
Santillo. Temas Especiais nº 9.

CORPO ALBUQUERQUE, Manuel Maurício. O povoamento
população, grupos étnicos e colonização. In:
GEOGRAFIA DO BRASIL, Grande Região Centro-Oeste,
RJ, TBGE, 1969.

CORPO TBGE, GEOGRAFIA DO BRASIL, Ob. cit., pág. 135.

CORPO TBGE, GEOGRAFIA DO BRASIL, Ob. cit., pág. 146.

ANEXO 1 - TABELA DE POPULAÇÃO - T-1

TABELA 01 - GOLIAS - POPULAÇÃO URBANA E RURAL

ANO	TOTAL	URBANA	RURAL
1940	970.414	124.116	846.294
1950	1.214.971	145.467	969.254
1960	1.447.109	179.315	1.267.794
1970	1.750.607	212.707	1.537.900
1975	2.075.807	240.917	1.834.890
1980	2.412.441	270.717	2.141.724
1985	2.759.501	306.711	2.452.790
1990	3.119.263	341.511	2.777.752
1995	4.189.528	3.274.519	1.424.009
2000	4.983.689	3.564.141	1.419.468

FONTE: DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E TEC., SEPLAN-60-1985

TABELA 02 - GOLIAS - DENSIDADE DEMOGRÁFICA URBANIZAÇÃO

ANO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA	TAXA DE URBANIZAÇÃO
1940	1,29	17,20
1950	1,89	26,22
1960	2,69	36,67
1970	4,56	42,16
1975	6,01	62,22
1980	6,29	64,07
1985	6,59	65,97
1990	6,93	67,81
1995	7,32	69,69
2000	7,76	71,52

FONTE: DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E TEC., SEPLAN-60-1985

GRAFICO 01 - GOIAS - POPULACAO URBANA E RURAL
FONTE: INFORMATIVO/SEPLAN-1983

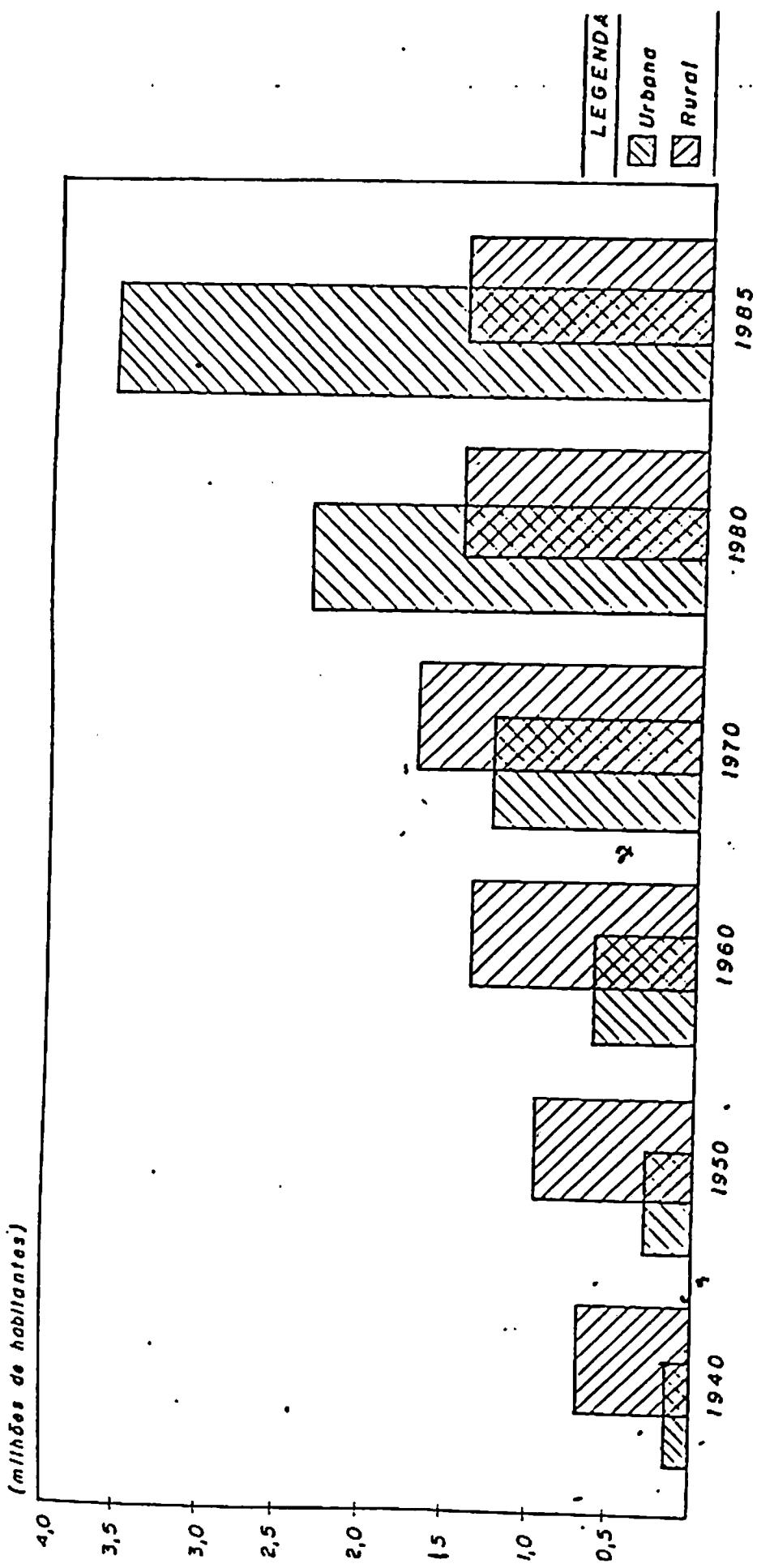


TABELA 63

BRASIL - PARTE DA POPULAÇÃO RELATIVA POR SETORES

ANOS	PORCENTAGEM	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	RENDA INTERNA
1970	50,76	5,78	23,86	100,00
1979	56,54	7,14	24,52	100,00
1980	56,15	7,68	25,25	100,00
1981	56,00	6,97	27,43	100,00
1982	54,64	17,98	28,38	100,00
1983	50,79	16,90	32,30	100,00
1984	28,26	19,60	51,14	100,00
1985	28,00	19,18	51,18	100,00

FONTE PRIMÁRIA: FGU, IBGE, IPES

TABELA 64

BRASIL - FLUXOS MIGRATÓRIOS - 1970-88

NÚMERO DE MUNICÍPIOS	GRANDES REGIÕES	NÚMERO POPULAÇÃO	FLUXOS MIGRATÓRIOS	Nº MÉDIO MIGRANTES	Nº MÉDIO FLUXOS
3.991	BRASIL	338.623	22.287.590	5.584	85
153	NORTE	16.153	1.677.678	7.044	105
1.375	NORDESTE	74.894	4.539.450	3.301	54
1.410	Sudeste	144.791	16.235.398	7.159	102
719	Sul	63.967	4.156.255	5.729	88
334	C. - OESTE	38.818	2.278.699	6.872	116

FONTE: IBGE/TABUACRES ESPECTAIS DO Censo Demográfico 1980

GRAFICO 02 - GOIAS - EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO
FONTE: INFORMATIVO/SEPLAN-1988

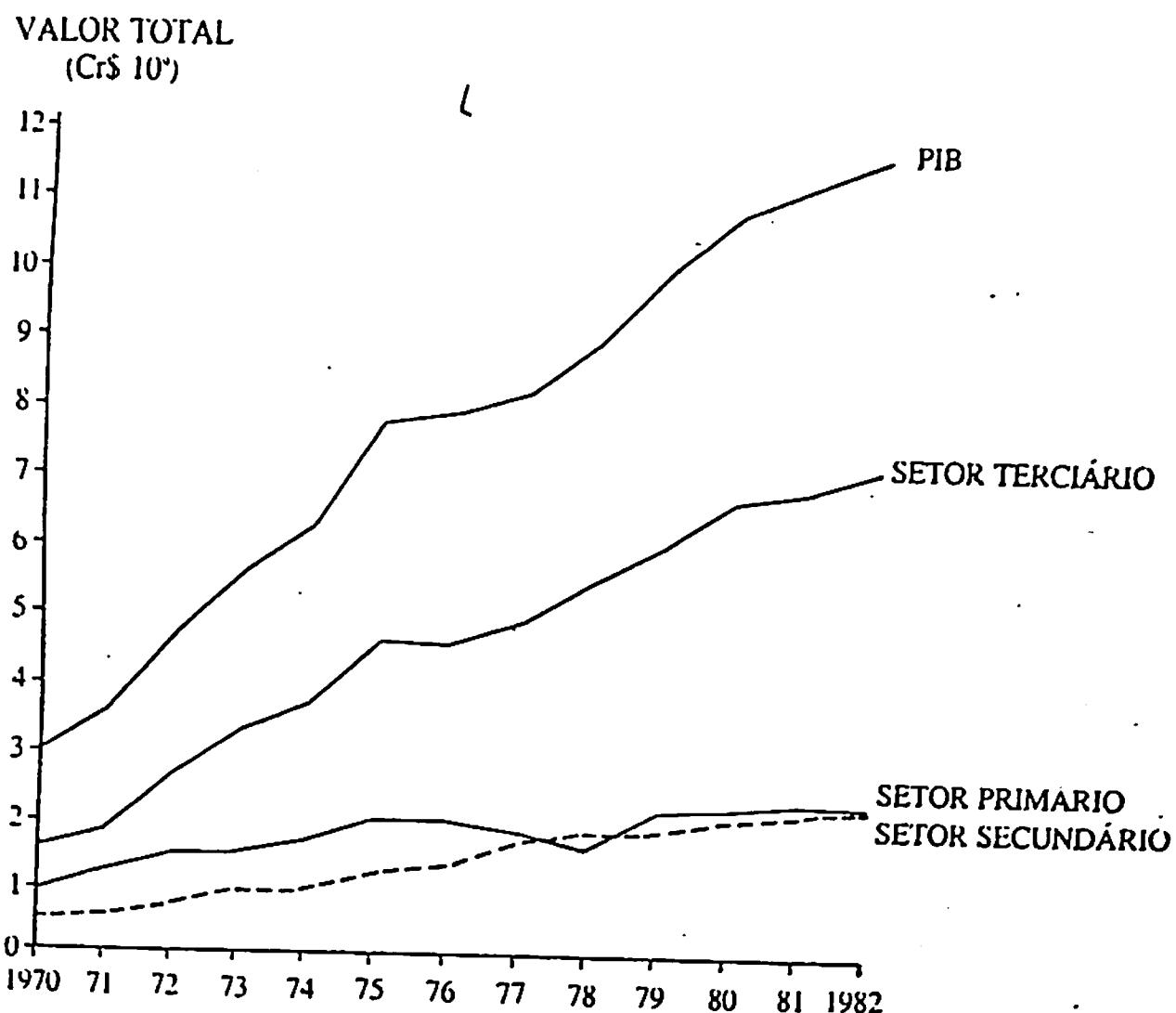
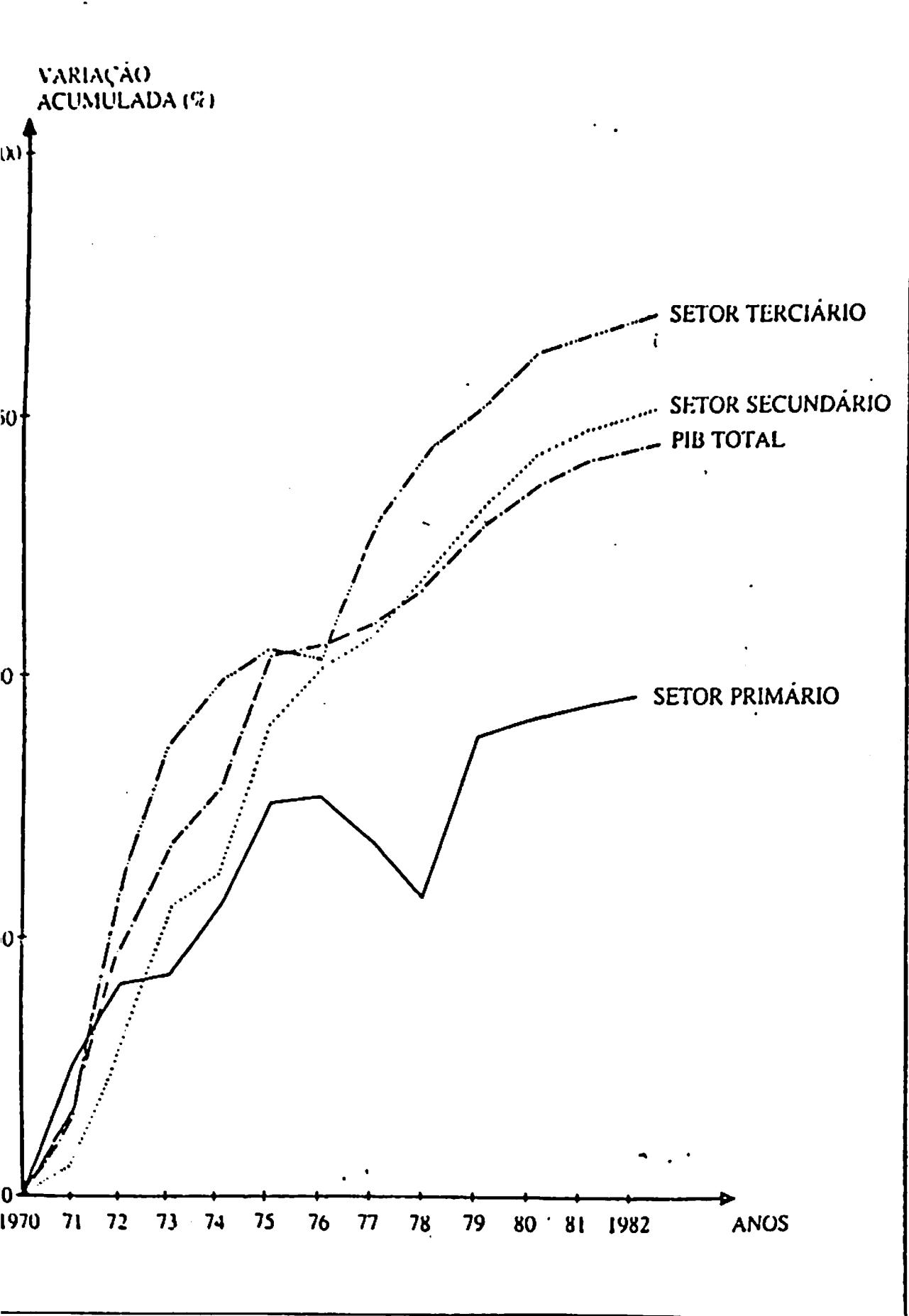


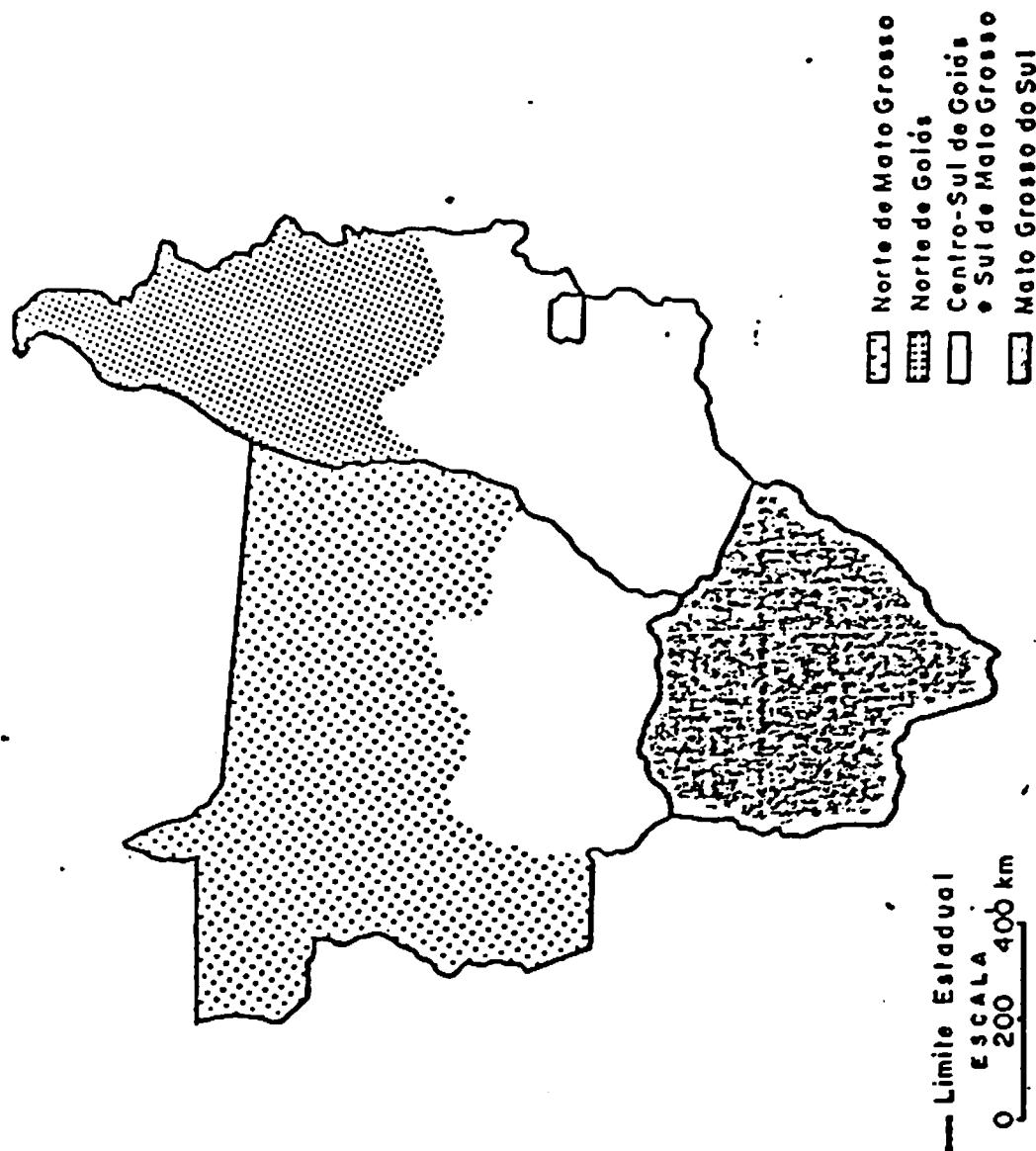
GRAFICO 03 - GOIAS - CRESCIMENTO/PRODUTO INTERNO BRUTO
FONTE: INFORMATIVO/SEPLAN-1988



SEARCHED INDEXED SERIALIZED FILED

MAPA 01 - CENTRO-OESTE - ÁREAS GEOGRÁFICAS - 1980

FONTE: INFORMATIVO/SEPLAN-1988



3.2. ESTRUTURA AGRÁRIA

O quadro da estrutura fundiária de Goiás não difere substancialmente da situação do país, onde nota-se um evidente processo de concentração da propriedade. No nosso estudo, os principais aspectos focalizados referem-se à interiorização da ocupação agrária, às características do novo padrão agrário e à questão social no campo. Ficando evidenciado nesse processo, a acelerada ocupação das terras de fronteiras e o contraste entre o dinamismo da década de 70 e a desaceleração do crescimento dos anos 80 (01).

O tratamento da questão fundiária ou a sua percepção através dos grandes números, emergem questões associadas a excessos - de velocidade de incorporação de terras; de expansão de alguns usos de terras; adoção indiscriminada de práticas modernas - ou carências - de terra para grandes segmentos da população; assistência técnica; formas associativistas discriminadoras da pequena produção, emergindo as diferenciações espaciais (norte e centro-sul de Goiás).

3.2.1. EVOLUÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (02)

O crescimento da área dos estabelecimentos constitui-se num dos aspectos fundamentais da caracterização recente da agropecuária brasileira. Os aumentos registrados na área dos estabelecimentos, no período focalizado, mostram magnitudes sem precedentes na história do Brasil, na década de 1970.

Com efeito, o acréscimo de 70.708.955 hectares à área dos estabelecimentos no período 1970-80, mais concentrado no segundo quinquénio da década, representa, por um lado, a própria expansão da agropecuária moderna (nota pág. 41, 81) em áreas recém-integradas à produção. E, por outro, uma consequência direta da mobilidade populacional (analisadas no ponto anterior), ocorrida a partir das áreas de agricultura modernizada em direção a espaços potencialmente absorvedores da força de trabalho deslocadas pelas transformações articuladas no processo produtivo e nas relações de trabalho (83) (tabela 1). Aos primeiros cinco anos da década de 1980 correspondem somente a 13,9% do crescimento verificado na área dos estabelecimentos.

Examinado em sua dimensão espacial, o crescimento da área dos estabelecimentos revela-se concentrado naqueles espaços fracamente ocupados até o início da década de 70 e que foram objeto de políticas de concessão de subsídios a sua ocupação. As áreas de cerrado e da mata amazônica (parte norte de Goiás), na órbita da região centro-Oeste, foram aceleradamente ocupadas num processo que, se excedeu de muito a demanda efetiva por novos espaços produtivos. Atendeu, porém, à lógica da apropriação privada de extensas áreas no contexto da acumulação capitalista no país (84).

No quinquénio 1970-75, a expansão da área dos estabelecimentos ocorrida no Centro-Oeste representou 41,2% (tabela 1) do crescimento total do espaço agrário nacional e constitui-se na contrapartida do forte impulso modernizador verificado no sul e sudeste, e na consequência direta dos estímulos à tratorização e à químificação, então em processo de acelerada difusão no Brasil. O segundo quinquénio da década de 1970, concentrador da metade do crescimento do espaço agrário nos quinze anos estudados, apresentou as mesmas características (85).

Os dados censitários de Goiás mostram que, de 1950 para 1960, aumentou tanto o número de estabelecimentos quanto a área das propriedades com menos de 50 ha, que de 39,11% e 2,21% em 1950, passaram a representar 48,88% e 4,21% em 1960, respectivamente. Entretanto, a partir de 1970, os dados passaram a demonstrar uma tendência sempre decrescente. O número desses estabelecimentos passou de 48,88%, em 1960; para 42,54%, em 1970; e 40,63%, em 1975; e, da mesma modo a área que ocupava decaiu de 4,21%, em 1960, para 3,92%, em 1970; e 3,13%, em 1975 (86).

Em relação aos estabelecimentos pequenos de menos de 2 ha, a percentagem no número total de estabelecimentos é insignificante, sendo, respectivamente, em 1970, de 1,0%; em 1975, de 1,1%; em 1980, de 1,3%; e, em 1985, de 1,5% caracterizando, de 70/85, 50% de aumento no número de estabelecimentos (tabela 2 e mapa 1).

Este aumento em relação à percentagem da área dos estabelecimentos de menos de 2 ha na área total dos estabelecimentos é desprezível, ou seja de 0,0% a 0,0% de 1970/85 (tabela 3 e mapa 1).

Por outro lado, o número de grandes propriedades (acima de 1.000 ha) tem-se concentrado, a partir de 1970, ou seja, 4,23% dos estabelecimentos, ocupando 45,8% da área fundiária do estado: passaram para 5,18%, ocupando 50,26% da área, em 1975 (87). E, 5,7% ocupando 53,8% da área, em 1980; e 5,2% ocupando 50,6% da área, em 1985 (tabela 4 e mapa 2). Podemos observar um pequeno declínio do número de estabelecimentos e de área ocupada, entre o quinquênio 1980/85. Fato este que reputamos, àquilo, que passaremos a chamar de consolidação do processo de expansão capitalista em Goiás.

Acréscimo maior, ainda, tanto no número de estabelecimentos quanto na área por eles ocupada, revela-se quando se analisam os estabelecimentos maiores de 5.000 ha. estes, em 1970, representavam, em termos de número de estabelecimentos, 0,36%, ocupando uma área de 15,32%, o que equivalia a uma área média de 10.770,43 ha/estabelecimento. Já em 1975, representavam 0,47%, ocupando uma área de 18,05%, o que resulta numa área média de 11.027,24% ha/estabelecimento, aumentando a concentração (88) (tabela 5).

O índice de concentração torna-se mais visível quando se observa que, em 1975, os maiores estabelecimentos do Estado, 0,01%, ocupavam 2.164,536 ha, ou seja, 4,52% da área, tendo, uma área média de 146,362,40 ha/estabelecimento (tabela 5). Em 1970 os estabelecimentos de até 100 ha eram 47,95% do total e ocupavam 8,68% da área total, enquanto aqueles com mais de 5.000 ha, já citado anteriormente, com 0,36% dos estabelecimentos, ocupavam 15,32% da mesma. Em 1980, a distribuição dos estabelecimentos com até 100 ha constituiu 43,64% e ocupavam 6,49% da área total, enquanto os de mais de 5.000 ha detinham 8,49% dos estabelecimentos e 21,25% da área total (tabela 5).

3.2.2. GRÁU DE OCUPAÇÃO DO ESTADO

Elemento importante para compreendermos a evolução da expansão capitalista em relação à estrutura agrária, o grau de ocupação, reflete a interiorização dessa ocupação, sintetizando interesses conflitivos de diferentes segmentos da sociedade, foi uma das marcas da reorganização espacial do período em análise. Papel especial foi reservado ao Centro-Oeste na nova divisão territorial do trabalho, cabendo-lhe, por um lado, a redefinição de uma atividade tradicional, a pecuária, e por outro, a participação na vertente moderna da produção de grãos. Como resultado da acelerada incorporação de terras do cerrado e do segmento amazônico do Centro-Oeste (norte de Goiás), o grau de ocupação territorial passou de 43,5% a 62,3% de 1970/85 (12) (tabela 6 e mapa 3).

Em Goiás esse grau de ocupação do percentual da área dos estabelecimentos agropecuários na área territorial teve a seguinte evolução: 55,7%, em 1979; para 67,2%, em 1975; para 74,5%, em 1980; para 73,6%, em 1985. Esta pequena flexão negativa (-1,1%) no quinquênio 1980/85, representa aquele fenômeno da consolidação do processo de expansão capitalista no campo em Goiás (tabela 6 e mapa 3).

3.2.3. OCIOSIDADE DAS TERRAS

Concentrando 24,1% das terras ociosas do país em 1985, o Centro-Oeste evidencia, bem, a questão do rápido processo de apropriação de terras na fronteira, ao qual não correspondeu no mesmo ritmo, a implantação de usos produtivos (11). Este processo de apropriação veda a possibilidade de reprodução, em grandes extensões de terras, de esquemas de ocupação que se constituíram em mecanismos compensatórios de exclusão de um grande contingente de agricultores de um modelo de agricultura moderna implantada em áreas de estruturação antiga.

Em Goiás o Grau de ociosidade das terras da Percentagem da área de terras produtivas não utilizadas na área total dos estabelecimentos, sofreu uma redução na Primeira Parte do período de 1970, de 10,8%; para 7,0%, em 1975; para 6,2%, em 1980. De 1980 a 1985 houve um aumento da área ociosa para 6,4% (mais 0,2%). Caracterizando outro elemento de consolidação da expansão capitalista no campo em Goiás (tabela 7 e mapa 4).

E, por último, podemos observar que a variação relativa da área dos estabelecimentos agropecuários no período declinou de 20,5%, de 1970/75; para 11,0%, de 1975/80; para -1,3% de 1980/85; demonstrativo também desse processo de consolidação da fronteira (tabela 8 e gráfico 1).

Em uma boa síntese, podemos elencar que estas alterações na estrutura agrária (evolução da área dos estabelecimentos, grau de ocupação e de ociosidade das terras) não modificaram o caráter concentrador da propriedade da terra em Goiás. Como já observado na distribuição demográfica, o elemento concentrador vincula-se ao processo histórico, o que será reforçado no próximo ponto, quando será tratado a evolução da agropecuária.

3.2.4. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA ESTRUTURA AGRÁRIA E ESPAÇOS REESTRUTURADOS PELAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

Certas áreas da região Centro-Oeste, estruturadas neste período, mantêm-se com certa individualidade, merecendo uma certa descrição. São espaços que passaram por transformações em decorrência do desenvolvimento capitalista do país e pela intervenção direta das políticas governamentais desenroladas com os Planos nacionais de desenvolvimento da década de 1970 (12).

No conjunto da região estes espacos representam a maior parte do seu território. São áreas que, antes da intervenção atual do Estado, apresentavam níveis diferentes de desenvolvimento econômico. Algumas já estavam com o povoamento estabilizado e o espaço estava estruturado predominantemente pela pecuária modernizada (nota pag. 41, 81), inserida no contexto capitalista do Sudeste.

O entendimento prevalecente é de que essas áreas foram objeto de programas especiais com a intervenção direta ou indireta das políticas governamentais. Pois, as metas espaciais definidas pelo poder central eram diferentes no processo viabilizado pelo Estado para o desenvolvimento capitalista da região. Com isso, pode-se identificar na atual estrutura do espaço regional áreas com especificidades na divisão social do trabalho. Umas já possuem estrutura de produção consolidada e outras, ainda, são fronteiras do capital. Sendo, assim, identificadas: área agropecuária modernizada do centro-sul de Goiás ("mato grosso goiano", representados por Goiânia, Anápolis, Brasília até Porangatu); Entorno de Brasília; área de agropecuária capitalista consolidada (sudeste goiano); e área da fronteira capitalista recente (norte de Goiás) (13) (14) (mapas 5 e 6).

NOTAS DE REFERÊNCIA - 3.2.

- (01) MESQUITA, Olindina Vianna e SILVA, Solange Tietzmann. CADERNOS DE GEOCIÉNCIAS. A Agricultura Brasileira em Grandes números: 1970-1985. FIBGE, especial, setembro/1990, RJ, pág. 07.
- (02) A alteração no conceito de estabelecimento rural utilizado pelo Censo Agropecuário, a partir de 1975, que passa a considerar como único estabelecimento parcelas descontínuas localizadas em um mesmo setor de enumeração, teve como consequência uma tendência à diminuição do número de estabelecimentos (IBGE, Aspectos da Evolução Agropecuária Brasileira: 1940-1980, RJ).
- (03) MESQUITA, Olindina Vianna e SILVA, Solange Tietzmann. Ob. cit. Pág. 09.
- (04) _____
Ob. cit. Pág. 09.
- (05) _____
Ob. cit. Pág. 09.
- (06) MIRANDA, Telma Guimarães de. Capitalismo no Campo e Expropriação do Trabalhador Rural em Goiás. In CADERNOS DE PESQUISA DO ICHL. Série: Estudos Regionais, nº 02, UFG, pág. 19.

- (07) MIRANDA, Telma Guimarães de. Ob. Cit. pág. 19.
- (08) _____, Ob. cit. pág. 19.
- (09) _____, Ob. cit. pág. 19.
- (10) MESQUITA, Olindina Vianna e SILVA, Solange
Lietzmann. Ob. cit. pág. 15.
- (11) _____
_____. Ob. cit. pág. 95.
- (12) IBGE. GEOGRAFIA DO BRASIL. Vol. 1, Região Centro-
Oeste, RJ, 1989, pág. 247.
- (13) _____
_____. pág. 251.
- (14) BECKER, Bertha K. GEOPOLITICA DA AMAZÔNIA: A NOVA
FRONTEIRA DE RECURSOS. RJ, Zahar, 1982.

TABELAS, GRAFICOS E MAPAS - 3.2.

TABELA 01 - ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS (HA)

	1970	1975	1980	1985
BR	294.145.466	323.896.082	364.854.421	376.753.480
NORTE	23.182.145	32.615.964	41.559.420	45.143.365
NORDESTE	74.298.713	78.690.488	88.443.987	92.715.365
SUDESTE	69.500.958	72.463.938	73.502.986	73.744.878
SUL	45.458.035	46.172.034	47.911.723	48.129.964
C.-OESTE	81.705.624	93.953.658	113.436.463	117.019.764
MS	-----	28.692.584	30.743.739	31.108.387
MT	45.752.567	21.949.147	34.554.549	38.346.020
GOIAS	35.783.038	43.126.867	47.853.028	47.251.021
DF	170.019	185.061	285.146	314.336

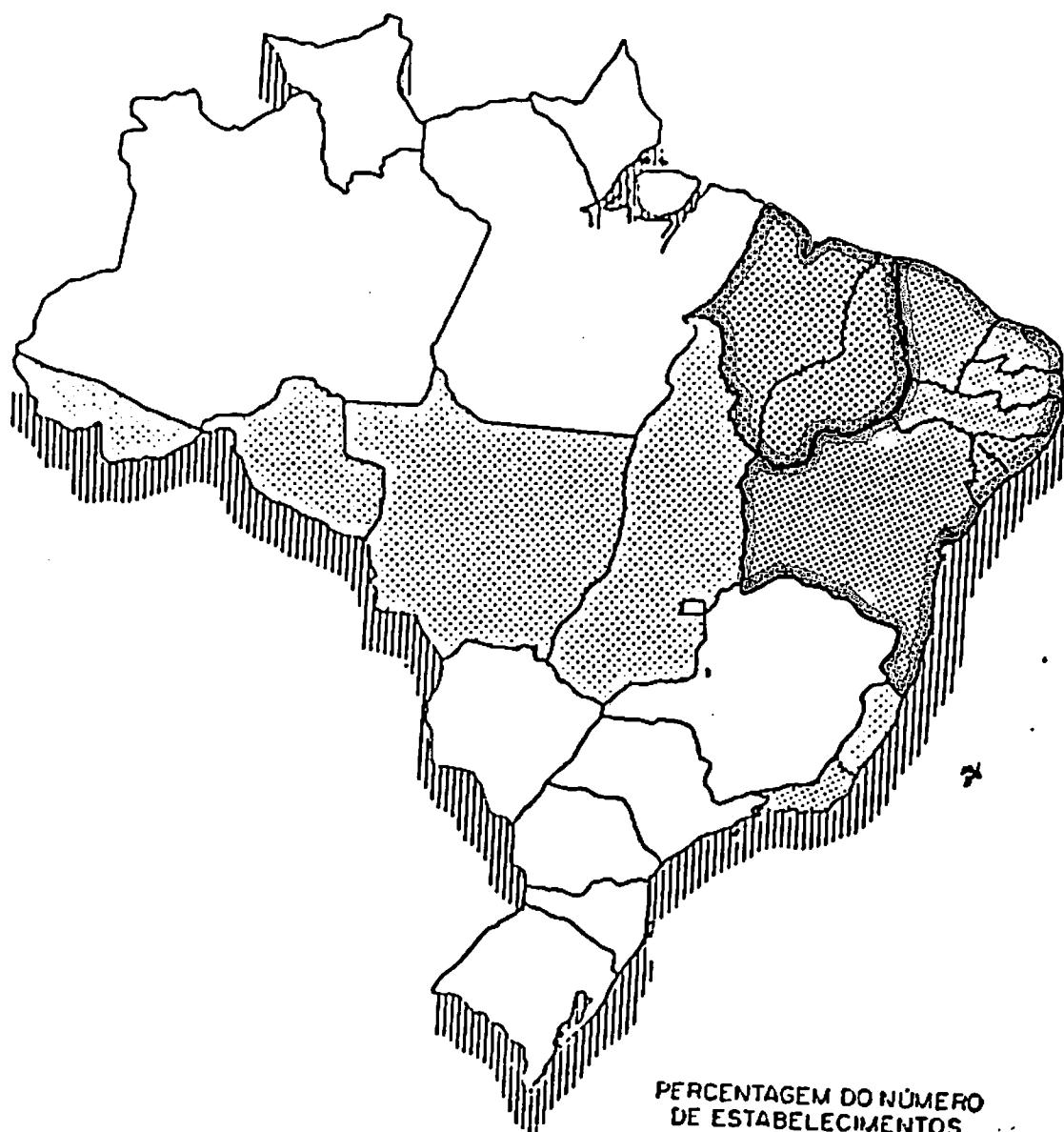
FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85.

TABELA 02 - PARTICIPACAO DOS ESTABELECIMENTOS DE MENOS DE 2 HA NO NÚMERO TOTAL DE ESTAB. AGROPECUARIOS

	1970	1975	1980	1985
BRASIL	18,8	18,8	19,1	21,7
NORTE	12,5	12,5	8,0	8,4
NORDESTE	33,9	36,4	34,8	37,7
SUDESTE	5,4	5,2	6,2	8,0
SUL	3,8	3,5	5,1	6,1
CEN-OESTE	2,2	2,1	2,2	2,6
GOIAS	1,0	1,1	1,3	1,5

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

MAPA 01 - BRASIL - PEQUENOS ESTABELECIMENTOS



PERCENTAGEM DO NÚMERO
DE ESTABELECIMENTOS
DE MENOS DE 2 ha
NO NÚMERO TOTAL
DE ESTABELECIMENTOS

ESCALA
0 320 640 960 km

0 — 5.
5 — 15
15 — 40
40 — 70

FONTE: IBGE /Censo Agropecuário - 1985

TABELA 03 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE MENOS DE 2 HA NA ÁREA TOTAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS

	1970	1975	1980	1985
BRASIL	0,3	0,3	0,3	0,3
NORTE	0,1	0,1	0,1	0,1
NORDESTE	1,0	1,1	0,9	1,1
SUDESTE	0,1	0,1	0,1	0,1
SUL	0,1	0,1	0,1	0,1
CENT-OESTE	0,0	0,0	0,0	0,0
GOIAS	0,0	0,0	0,0	0,0

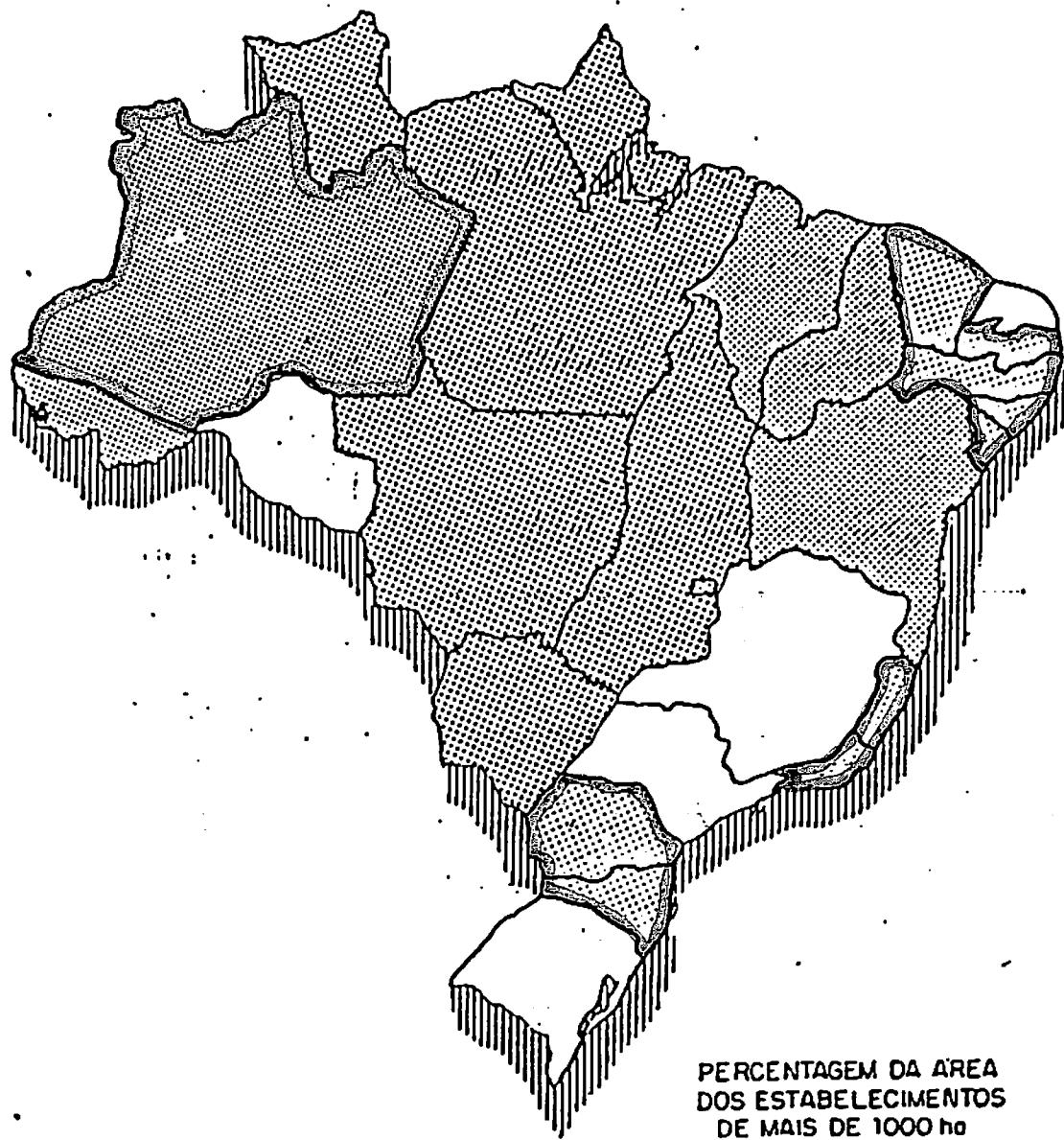
FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

TABELA 04 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE MAIS DE 1.000 HA NO NÚMERO E NA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS

	1970	1975	1980	1985
%	nº	área	nº	área
BRASIL	0,7	39,5	0,8	42,9
NORTE	0,9	48,0	0,8	58,5
NORDESTE	0,4	27,2	0,4	29,2
SUDESTE	0,8	26,5	1,0	28,1
SUL	0,4	23,4	0,4	24,5
CEN-OES	5,3	68,3	5,8	69,3
MS	---	----	6,7	65,6
MT	6,7	86,0	4,8	86,4
GOIAS	4,3	45,6	5,2	58,3
DF	1,0	34,6	1,5	38,3

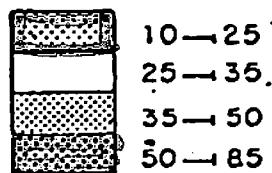
FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

72
MAPA 02 - BRASIL - GRANDES ESTABELECIMENTOS



PERCENTAGEM DA ÁREA
DOS ESTABELECIMENTOS
DE MAIS DE 1000 ha
NA ÁREA TOTAL DOS
ESTABELECIMENTOS

ESCALA
0 320 640 960km



FONTE: IBGE / Censo Agropecuário - 1985

TABELA 05 - GOIAS - GRUPOS DE ÁREA TOTAL.

		GRUPOS DE ÁREA TOTAL (Ha)					
TOTAL		MENOS DE					
ESTABE-		1 A 10		10 A 100			
CIMENTO ÁREA		(1) (2)		(1) (2)		(1) (2)	
1970	145.115	35.783.038	16.313	98.949	69.591	3.105.665	
1975	153.535	43.126.867	19.733	117.611	67.326	3.080.298	
1980	153.770	47.853.028	17.427	99.786	66.182	3.104.183	
		GRUPOS DE ÁREA TOTAL (Ha)					
TOTAL		100 A 1.000					
ESTABE-		100 A 1.000				1.000 A 5.000	
CIMENTO ÁREA		(1) (2)		(1) (2)		(1) (2)	
1970	53.983	16.194.427	5.782	10.901.848	509	5.482.149	
1975	58.519	18.248.502	7.237	13.895.224	706	7.785.231	
1980	61.338	18.693.706	7.987	15.567.282	761	10.168.062	

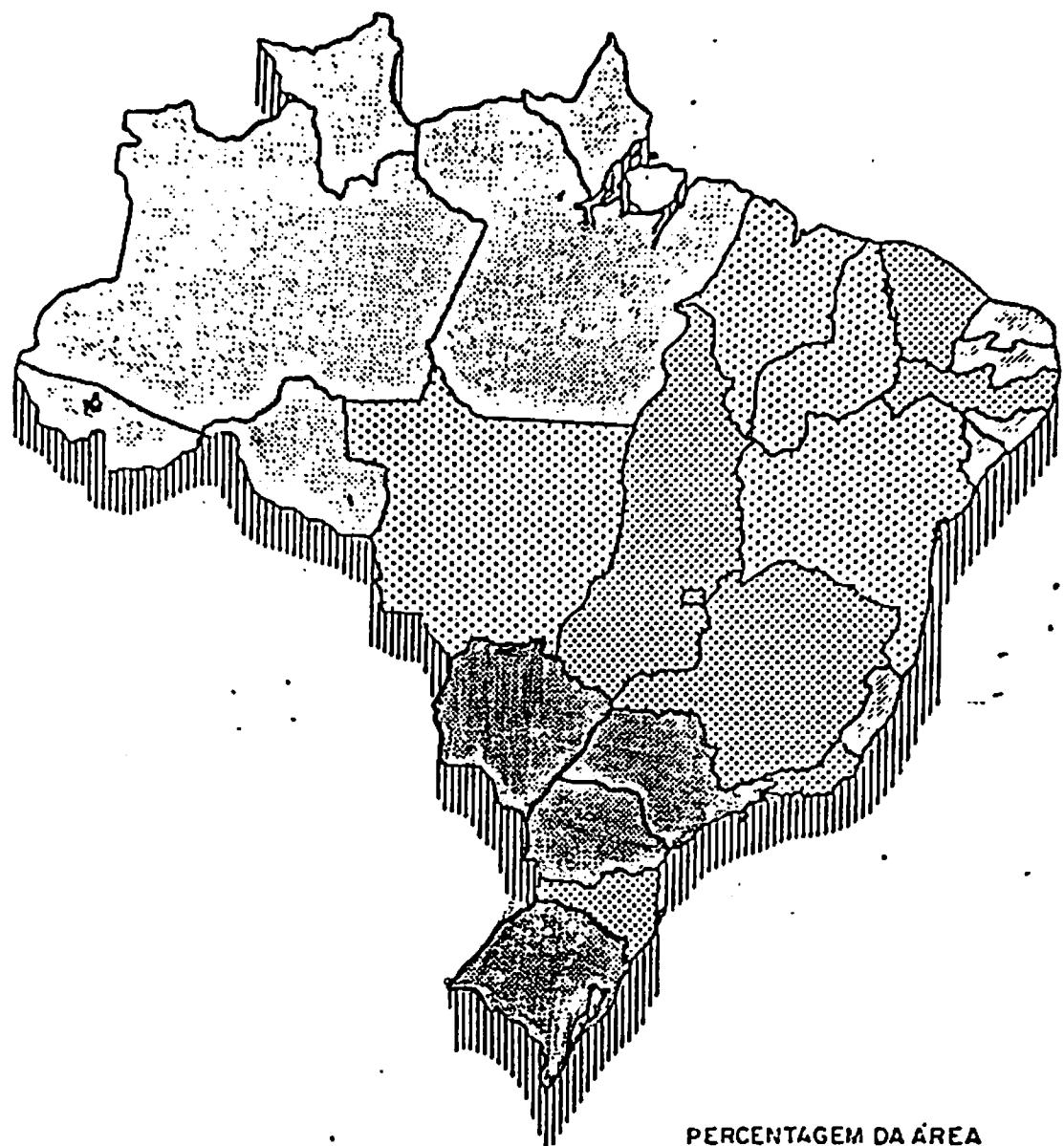
FONTE: DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO/SEPLAN/85

TABELA 06 - GRAU DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

	1970	1975	1980	1985
BRASIL	34,8	38,3	43,2	44,6
NORTE	6,5	9,2	11,7	12,7
NORDESTE	48,3	51,4	57,1	60,2
SUDESTE	75,6	78,9	80,0	80,3
SUL	80,9	82,1	85,2	85,6
CENTRO-OES	43,5	50,0	60,4	62,3
GOIAS	55,7	67,2	74,5	73,6

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

MAPA 03 - BRASIL - GRAU DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO



PERCENTAGEM DA ÁREA
DOS ESTABELECIMENTOS
NA ÁREA TERRITORIAL

ESCALA
0 320 640 960 Km

0—40
40—65
65—80
80—100

FONTE: IBGE /Censo Agropecuário - 1985

TABELA 07 - PARTICIPACAO DA AREA DAS TERRAS PRODUTIVAS

NAO UTILIZADAS	NA	AREA	DOS	ESTABELECIMENTOS	
			1970	1975	1980
BRASIL	11,4	9,5	6,8	6,4	
NORTE	14,7	9,9	7,0	5,9	
NORDESTE	20,6	19,5	13,9	13,9	
SUDESTE	5,6	4,4	2,8	2,3	
SUL	9,9	6,2	2,5	2,0	
CENTRO-OESTE	7,7	6,8	5,6	4,9	
GOIAS	10,8	7,0	6,2	6,4	

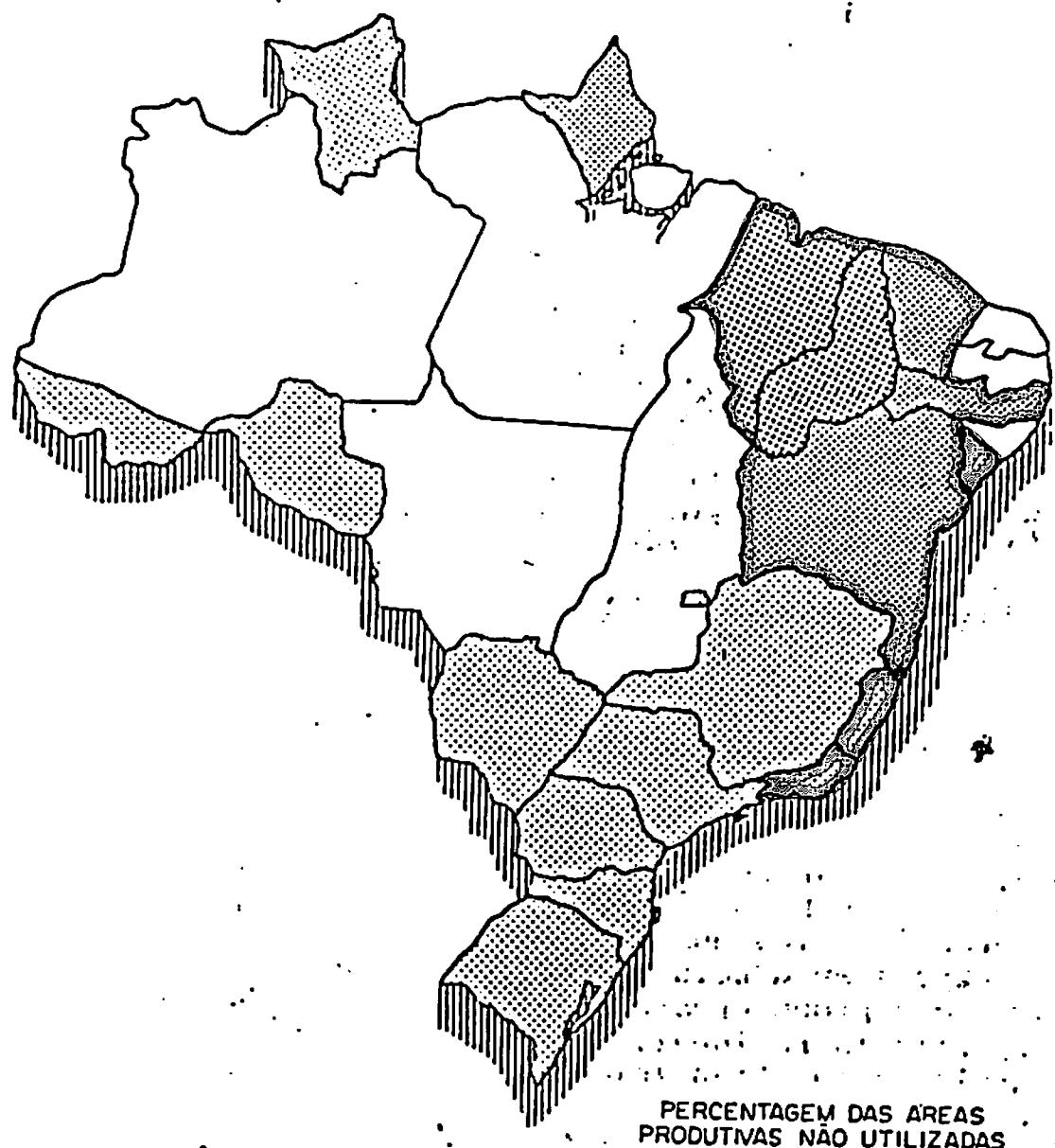
FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

TABELA 08 - VARIACAO RELATIVA DA AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS

	1970/75	1975/80	1980/85
BRASIL	10,1	12,6	3,3
NORTE	40,7	27,4	8,6
NORDESTE	5,9	12,4	4,8
SUDESTE	4,3	1,4	0,3
SUL	1,6	3,8	0,5
CENTRO-OESTE	15,0	26,7	3,2
GOIAS	20,5	11,0	-1,3

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

MAPA 04 - BRASIL - OCIOSIDADE DAS TERRAS



PERCENTAGEM DAS ÁREAS
PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS
NA ÁREA TOTAL
DOS ESTABELECIMENTOS

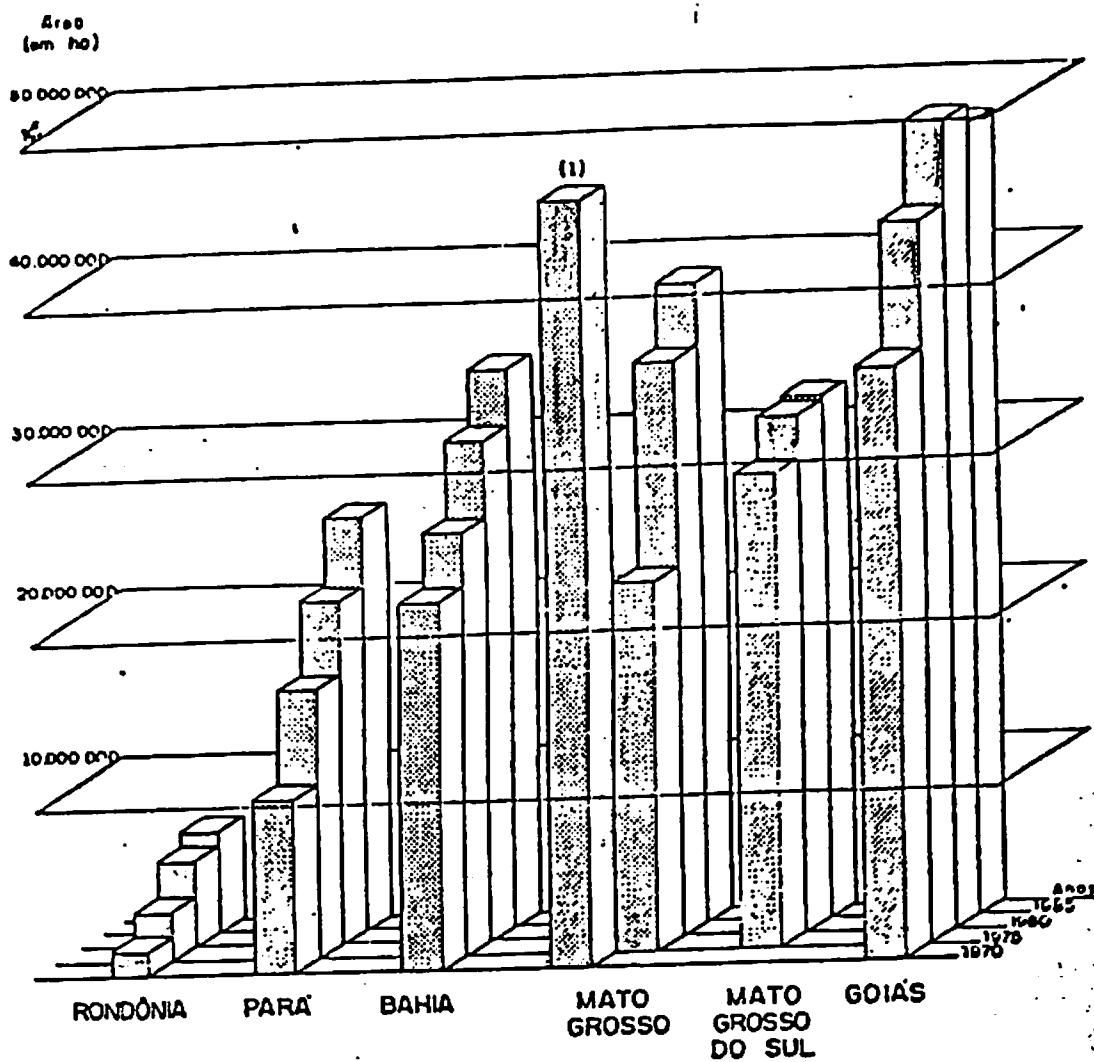
ESCALA
0 320 640 960km



0 - 5
5 - 10
10 - 15
20 - 25

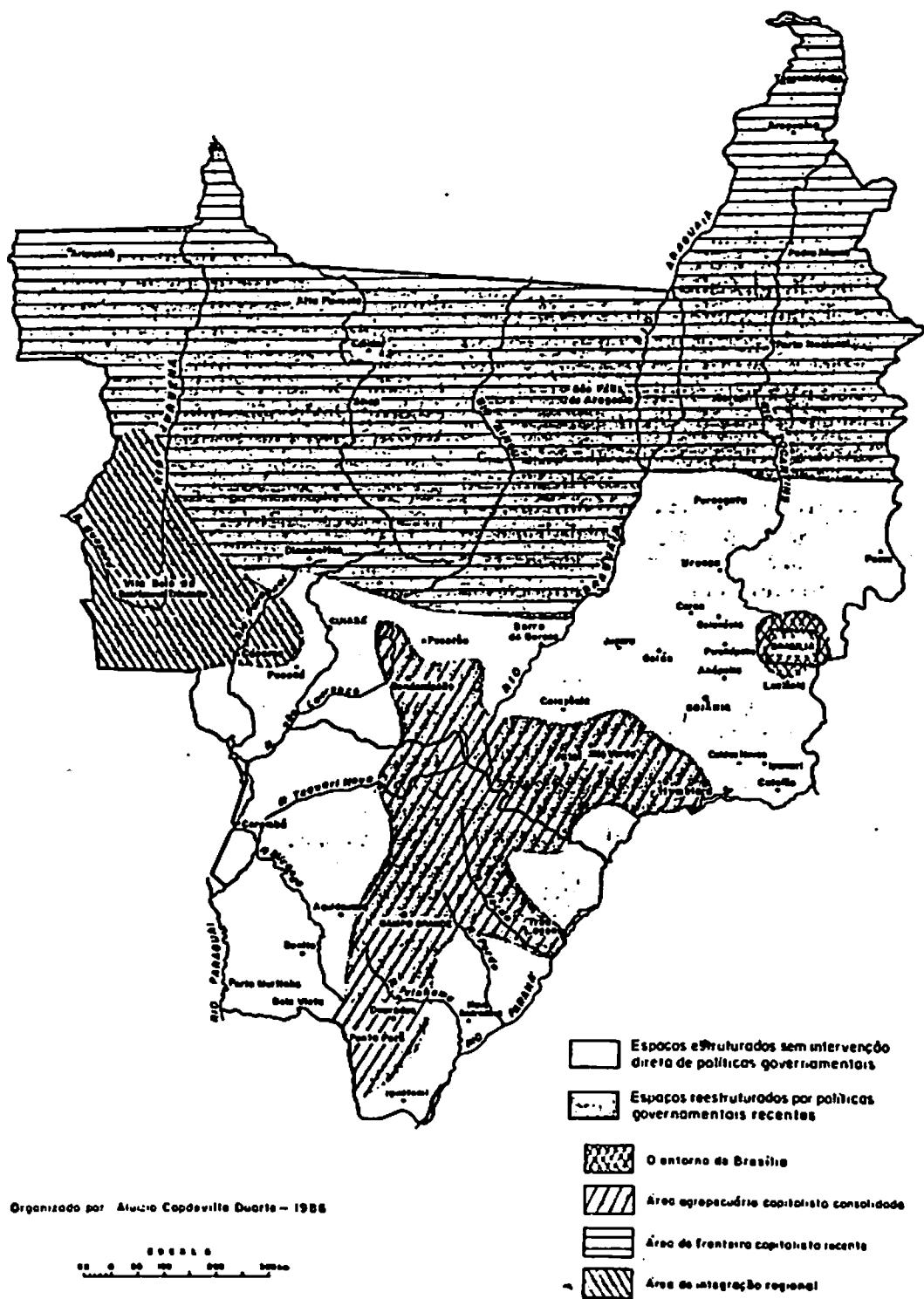
FONTE: IBGE / Censo Agropecuário - 1985

GRÁFICO 01 - EVOLUÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS-70/85

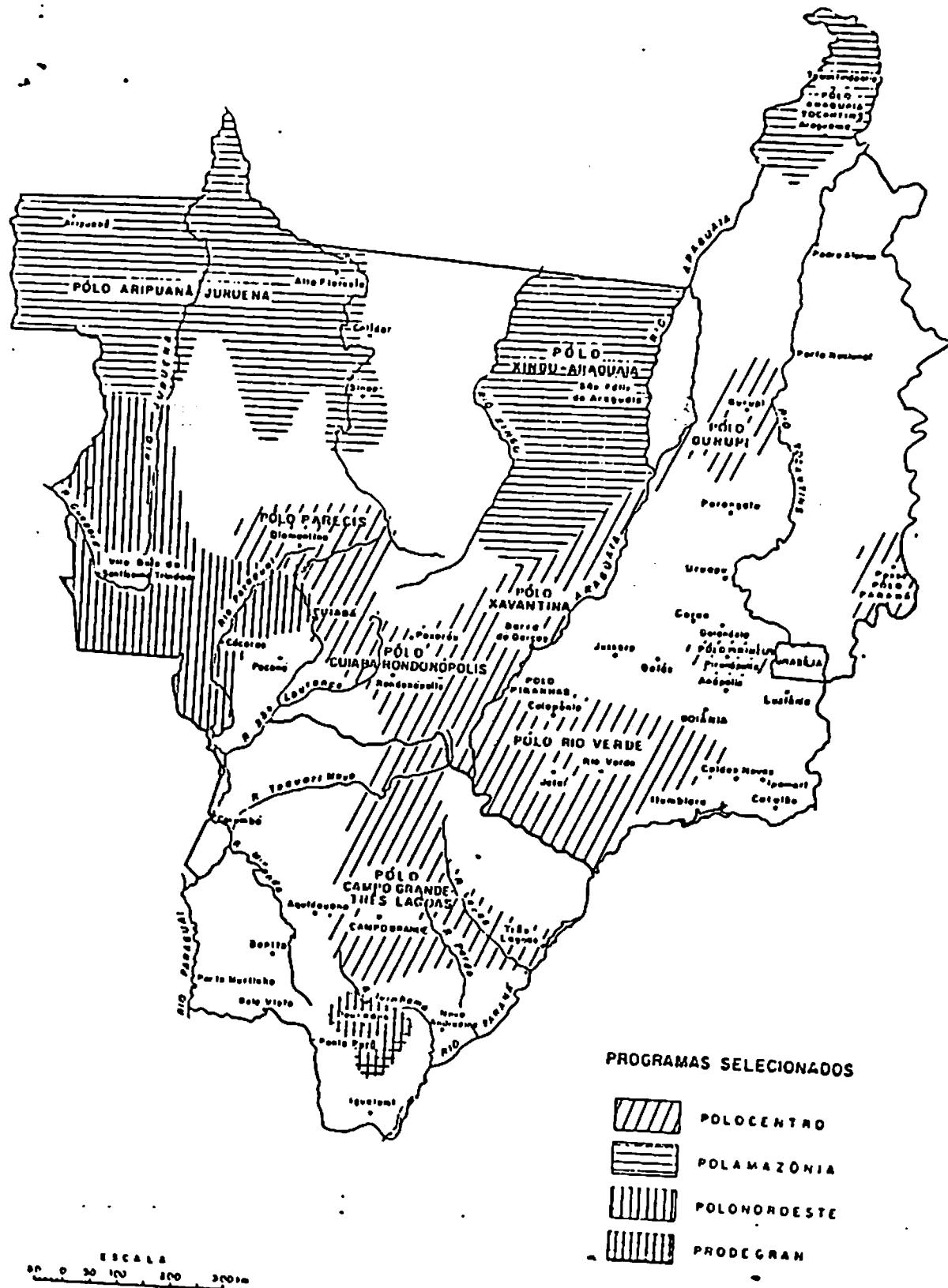


(1) Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
FONTE: IBGE/Carneos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985

MAPA 05 - CENTRO-OESTE - ESTRUTURA DO ESPAÇO REGIONAL
 FONTE: IBGE-GEOGRAFIA DO BRASIL - VOL. 01 - 1989



MAPA 06 - CENTRO-OESTE - ÁREAS COM PROGRAMAS ESPECIAIS
 FONTE: IBGE-GEOGRAFIA DO BRASIL- VOL. 01 - 1989



3.3. EVOLUÇÃO DA AGROPECUÁRIA

Ao observar-se os dados analisados, anteriormente, no contexto das transformações pelas quais passou a agropecuária brasileira (01) (02), na década de 70, a região Centro-Oeste, em especial Goiás, ocupou posição peculiar. Pois, ao mesmo tempo em que ali se expandiu, aceleradamente, o espaço ocupado por estas atividades, verificou-se, também, acentuada modernização do processo produtivo.

Destarte, à medida que se redefinia o papel do Brasil na divisão do trabalho, em escala mundial, redefinia-se, também, a posição de Goiás no cenário econômico nacional, através de sua inserção crescente no complexo agroindustrial. Será dentro desta lógica que se desenvolverá esta parte de nosso trabalho.

3.3.1. CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES

Dentro dessa evolução da agropecuária, assumiu especial destaque a expansão das áreas em pastos plantados e em lavouras temporárias (tabelas 1 e 2, mapa 1, gráficos 1 e 2), cujo ritmo foi tão intenso a ponto de o aumento absoluto das superfícies, com esses usos de terras, terem constituído, respectivamente, 38,9% e 50,5% do crescimento ocorrido em escala nacional (03).

Outro aspecto importante que se destaca no primeiro quinquénio da década de 80 é a fraca participação das regiões Sudeste e Sul na expansão dos pastos plantados. Deixando bem evidenciado que tal expansão, mais do que representar uma melhoria dos sistemas de criação de gado, tem significado a importância da pecuária em atividades nas terras de fronteira (84) do Centro-Oeste e da Amazônia. Como parte de um processo de apropriação acelerada das terras inserida nas modernas formas de acumulação capitalista no país (85).

Apesar desta característica observa-se que a variação relativa das áreas de pastagens plantadas sofreram uma redução no período de 70,8%, em 1970/75; para 45,5%, em 1975/80; para 34,8%, em 1980/85, no estado de Goiás (tabela 3). Ou seja, uma variação para menos no final do período, de mais de 100%. Caracterizando aquilo que denominamos, consolidação do processo de expansão. Porém, esta variação decrescente é contrabalanceada com um crescimento de mais de 100% da percentagem da área de pastagens plantadas na área dos estabelecimentos agropecuários, no período em Goiás, de 12,2%, em 1970; para 17,3%, em 1975; para 22,7%, em 1980; para 30,9%, em 1985 (tabela 4 e mapa 2).

Esta evolução da pecuária bovina, embora claramente associada ao processo de ocupação recente das terras de fronteira, passou, no período considerado, por

injunções que deixaram evidenciada a fraca associação entre o esquema de expansão da produção e a política de abastecimento do mercado, com claras repercussões negativas quanto ao sentido económico e social da atividade. Ao longo do período ficaram também marcados os traços de inserção da pecuária no complexo agroindustrial, atualmente o elemento regulador da dinâmica da produção agrária (tabela 5 e gráfico 3).

Esta implantação de pastos formados com a expansão das lavouras temporárias, com uma difusão mais ampla do cultivo comercial de grãos, com base em tecnologia moderna, marcaram as características desse segundo elemento (86). Não esquecendo que, também, no período ocorreu uma variação relativa decrescente da área total de lavouras de 56,5%, em 1970/75; para 26,0%, em 1975/80; para 11,2%, em 1980/85; caracterizando o fenômeno da consolidação do processo de expansão capitalista em Goiás (tabela 6).

A análise sucinta dessas duas vertentes de crescimento do espaço agrário - a dos pasteis plantados e da lavoura temporária - permitiu constatar que a primeira aprofunda uma forma de crescimento - a pecuária de corte - enquanto, a segunda uma forma de crescimento cuja operação transcende limites regionais, porque está ligada a processos mais amplos de âmbito nacional e internacional (87).

A expansão registrada na atividade agropecuária do Centro-Oeste deveu-se, também, a mecanismos gerais de crescimento da agricultura no País na década de 70, e a incentivos específicos à escala regional, embasados, na concessão de crédito aos produtores rurais. Na região como um todo, o volume de crédito para a agropecuária quintuplicou, de 1970/80, e deixou patente o caráter seletivo de sua distribuição, uma vez que somente um quinto (1/5) dos produtores recorria a financiamento bancário, o principal mecanismo de estímulo à expansão da atividade agrária (88).

Neste contexto dos incentivos creditícios à agropecuária que se processou a reestruturação técnica na agropecuária de Goiás. A difusão acentuada de equipamento mecânico, processada na década de 70, alterou a relação máquina/área e estabelecimento/máquina. Observa-se que em Goiás a relação número de estabelecimentos servidos por um trator foi de 25, em 1970; para 11, em 1975; para 6, em 1980; para 5, em 1985 (tabela 7); onde no quinquenio 1980/85 o crescimento foi pequeno, caracterizando mais um elemento de consolidação da expansão capitalista.

Acrescenta-se a isto, a redução do crescimento da variação relativa do número de tratores em Goiás de 139,5%, entre 1970/75; para 102,4%, entre 1975/80; para 36,8%, entre 1980/85 (tabela 8, mapa 2, gráfico 4); caracterizando, também, aquele processo de consolidação da expansão.

Outro elemento importante que decorre da política de ocupação dos solos de cerrado para a expansão das duas principais vertentes estudadas, foi a criação de um amplo mercado para utilização de adubos químicos, dadas as carências dos solos de cerrados. A ocupação das terras denota a estratégia espacial de expansão/consolidação do complexo agroindustrial no sentido de criar condições para a articulação da atividade agrária com as indústrias fornecedoras de máquinas e insumos para a agropecuária e de favorecer a implantação de unidades industriais de processamento da produção (89).

Cabe ressaltar que na evolução recente da quimificação, é a redução do ritmo do emprego da adubação química no início dos anos 80, o que estaria ligado, de um lado, à retração do nível das atividades econômicas no período e, de outro, ao esgotamento de um ciclo de mudanças associadas às profundas transformações técnico-produtivas da década de 70 (10). Observa-se que em Goiás no período referido manifesta-se esta redução quando em 1979, eram 4,0%; para 19,2%, em 1975; para 35,2%, em 1980; para 39,2%, em 1985; onde no quinquênio 1980/85, ocorreu a redução de crescimento (tabela 9 e mapa 4).

Pode-se sintetizar que a distribuição espacial da modernização da agropecuária (mapa 5 e 7), ressalta na maior incidência do uso de elementos modernos no processo produtivo na porção centro-sul do Estado de Goiás (11).

Dessas áreas de mais elevados níveis de modernização do centro-sul de Goiás prolongam-se no sentido norte, ao longo do eixo rodoviário de ligação com a amazônia (mapa 6), cabendo referência especial aos altos índices de emprego de máquinas e de insumos modernos em municípios do Alto Tocantins e médio Tocantins-Araguaia (12) (13) (mapa 7).

NOTAS DE REFERÊNCIA - 3.3.

(01) Agropecuária entendida como todas as formas de atividades agrárias. Assim, conceitua RAIMUNDO LARANJEIRA (In Propedéutica do Direito Agrário, Ed. LTr, SP, 1981, pág. 68): "Conceituando, podemos dizer que as atividades agrárias são o somatório de tarefas conduzidas pelo homem sobre o agro, tendentes a dar uso ou a obter proveito do bem agrário".

(02) Atividades agrárias no estatuto da Terra (Lei 4.584/64), art. 103, parágrafo 1º, que dispõe: "...todas as atividades extractivas, agrícolas, pecuárias e agroindustriais,...".

(03) IBGE, GEOGRAFIA DO BRASIL, Vol. 1, Região Centro-Oeste, RJ, 1989, pág. 149.

(04) Segundo JOSÉ DE SOUZA MARTINS (Frente Pioneira: Contribuição para uma caracterização socialógica, in CAPITALISMO E TRADICIONALISMO, Pioneira, 1976, SP), citado por A. NILSON QUELADO CAVALCANTI (O Potencial Agropecuário dos cerrados da região Centro-Oeste, in PROJETO EVOLUÇÃO RECENTE E SITUAÇÃO ATUAL DA AGRICULTURA BRASILEIRA - PERSAGRI - 1930-75, Região Centro-Oeste, Vol. VI, RJ, mimeo,); "...estes dois conceitos (frente de expansão e frente pioneira) implicam na consideração de que, no caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide necessariamente com a fronteira demográfica".

- (05) MESQUITA, Olindina Vianna e SILVA, Solange Tietzmann. CADERNOS DE GEOCIÉNCIAS. A Agricultura Brasileira em grandes números: 1970-85, FIRGE, especial, set/90, RJ, pág. 27.
- (06) IBGE, ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DA AGROPECUARIA BRASILEIRA: 1940-80.
- (07) IBGE. GEOGRAFIA DO BRASIL. Vol. 1, Região Centro-Oeste, RJ, 1989, pág. 150.
- (08) SADER, Maria Regina C. de T.. Ocupação de uma área de fronteira: Bico do Papagaio - extremo norte de Goiás, Brasil. REVISTA GEOGRÁFICA, México/83.
- (09) MESQUITA, Olindina Vianna. -----
Ob. cit. pág. 42.
- (10) -----
Ob. cit. pág. 43.
- (11) -----
Modernização da Agricultura no Sudoeste de Goiás
RJ, IBGE, 1982.
- (12) BRITO, Maristella de Azevedo e MESQUITA, Olindina Vianna. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970/75.
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, RJ, jan/mar/82.

TABELAS, GRAFICOS E MAPAS - 3.3.

TABELA 01 - GOIAS - UTILIZACAO DAS TERRAS (Ha)

	TOTAL		LAVOURAS			
	ESTABELE	CIMENTOS	PERMANENTES		TEMPORARIAS	
			INFOR-		MANTES	AREA
			(1)	(2)		
1970	145.115	35.783.038	18.026	78.459	124.051	1.557.711
1975	153.835	43.126.867	14.586	76.744	131.784	2.484.350
1980	153.770	47.853.028	19.198	121.980	127.370	3.104.289
LAVOURAS			PASTAGENS			
EM DESCANSO		NATURAIS	PLANTADAS			
(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	
1970	-	-	105.724	19.423.118	65.357	4.362.064
1975	9.370	104.391	106.018	21.712.529	82.249	7.451.634
1980	23.509	696.487	106.318	20.578.467	90.555	10.843.662
MATAS E FLORESTAS				PRODUTIVAS NAO		
NATURAIS		PLANTADAS		UTILIZADAS		
(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	
1970	70.778	4.911.062	987	24.598	56.068	3.860.843
1975	72.074	6.369.257	137	24.799	38.452	3.036.438
1980	74.512	6.888.654	261	78.601	37.909	2.960.905

FONTE: FIBGE - CENSO AGROPECUARIO DE GOIAS - 1970/75/80

DEPARTAMENTO DE ESTATISTICA E INFORMACOES/SEPLAN-GO-1985

TABELA 02 - PARTICIPACAO DA AREA AGRICOLA NA AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS (%)

	1970	1975	1980	1985
BRASIL	11,5	12,3	13,5	13,9
NORTE	2,7	3,7	4,2	4,5
NORDESTE	13,9	14,0	16,0	15,6
SUDESTE	13,8	14,4	16,5	18,4
SUL	24,3	28,1	30,4	30,1
CENT-OESTE	2,9	4,6	5,7	6,6
GOIAS	4,6	5,9	6,7	7,6

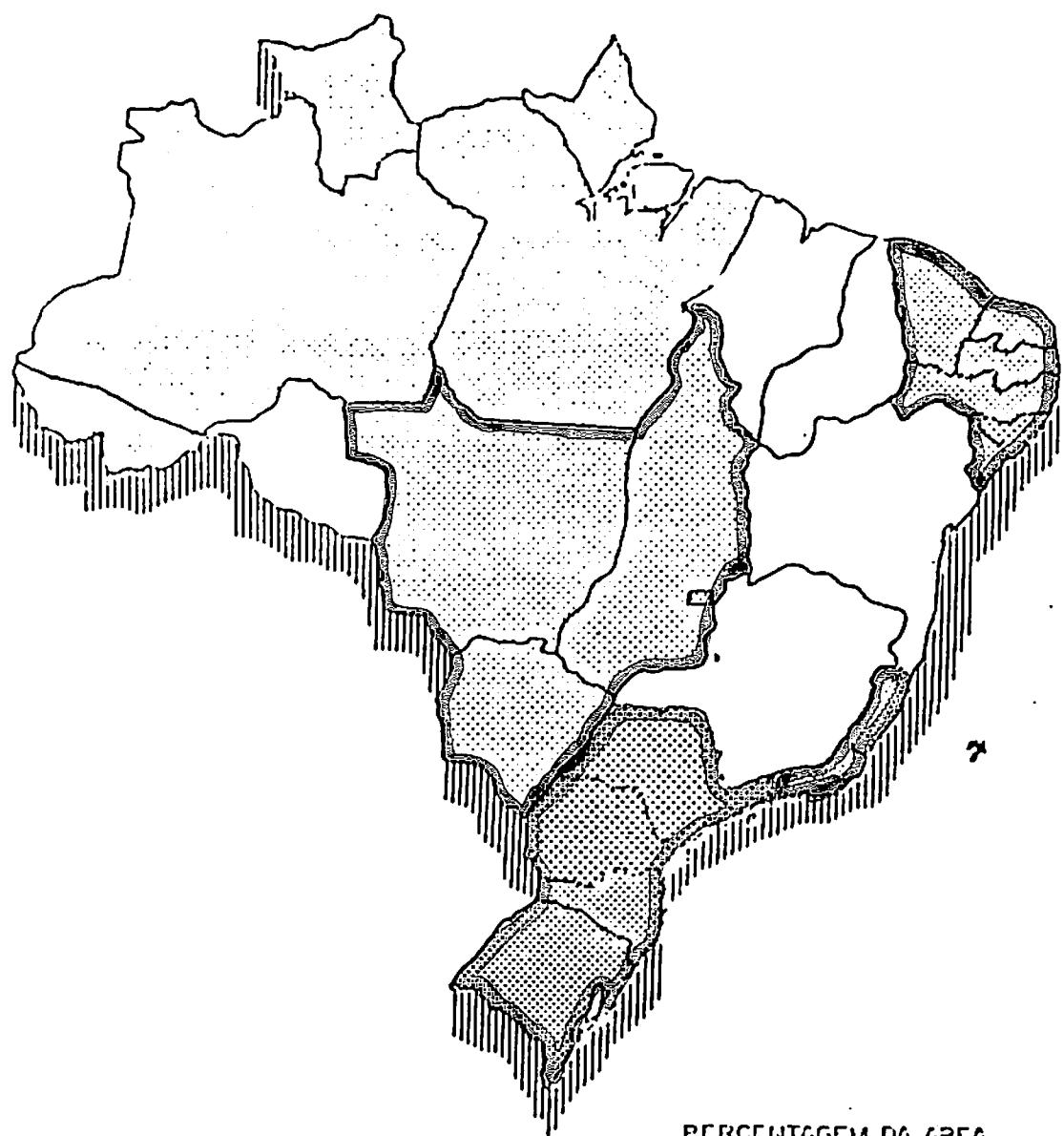
FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

TABELA 03 - VARIACAO RELATIVA DA AREA DE PASTAGENS PLANTADAS (%)

	1970/75	1975/80	1980/85
BRASIL	33,5	52,6	23,0
NORTE	146,6	139,7	56,3
NORDESTE	19,0	51,2	16,7
SUDESTE	8,7	40,6	3,8
SUL	22,0	27,0	9,2
CENT-OESTE	68,2	61,3	36,2
GOIAS	70,8	45,5	34,8

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

MAPA 01 - BRASIL - LAVOURAS



PERCENTAGEM DA ÁREA
DE LAVOURAS NA ÁREA
DOS ESTABELECIMENTOS

ESCALA
0 320 640 KM

FONTE: IBGE / Censo Agropecuário - 1985

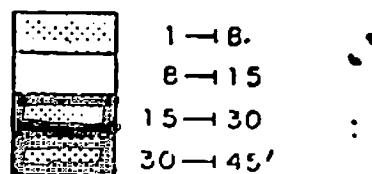
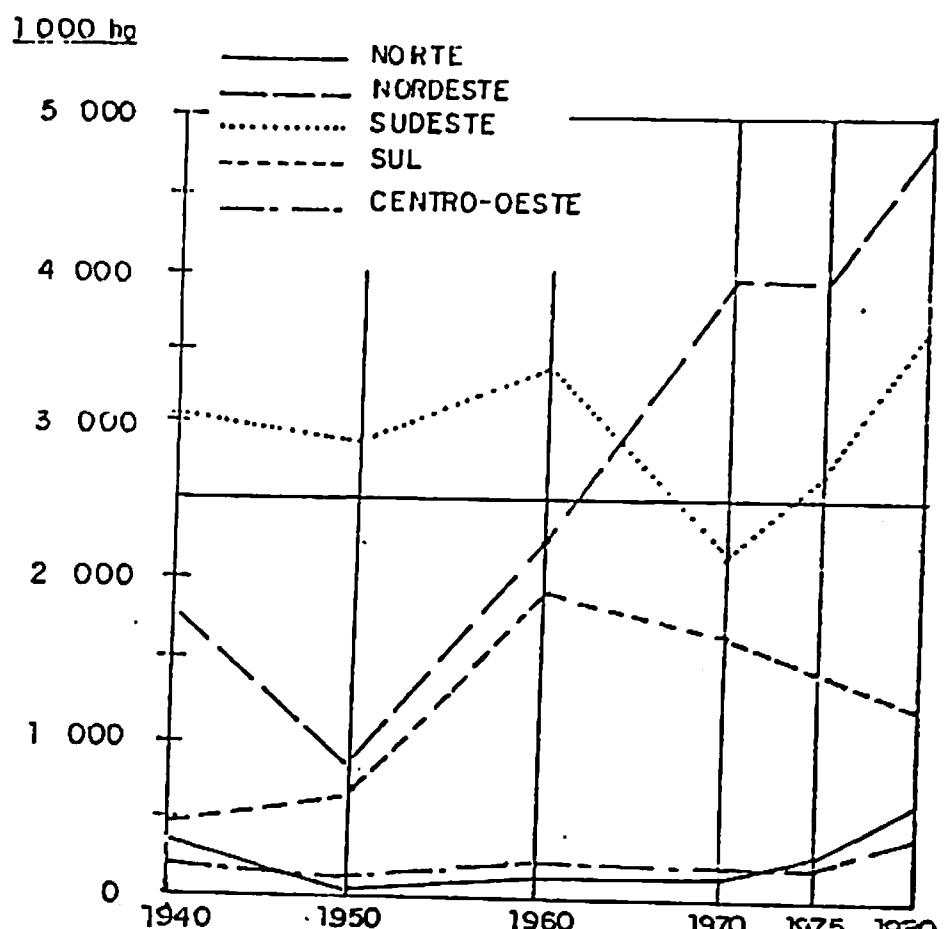
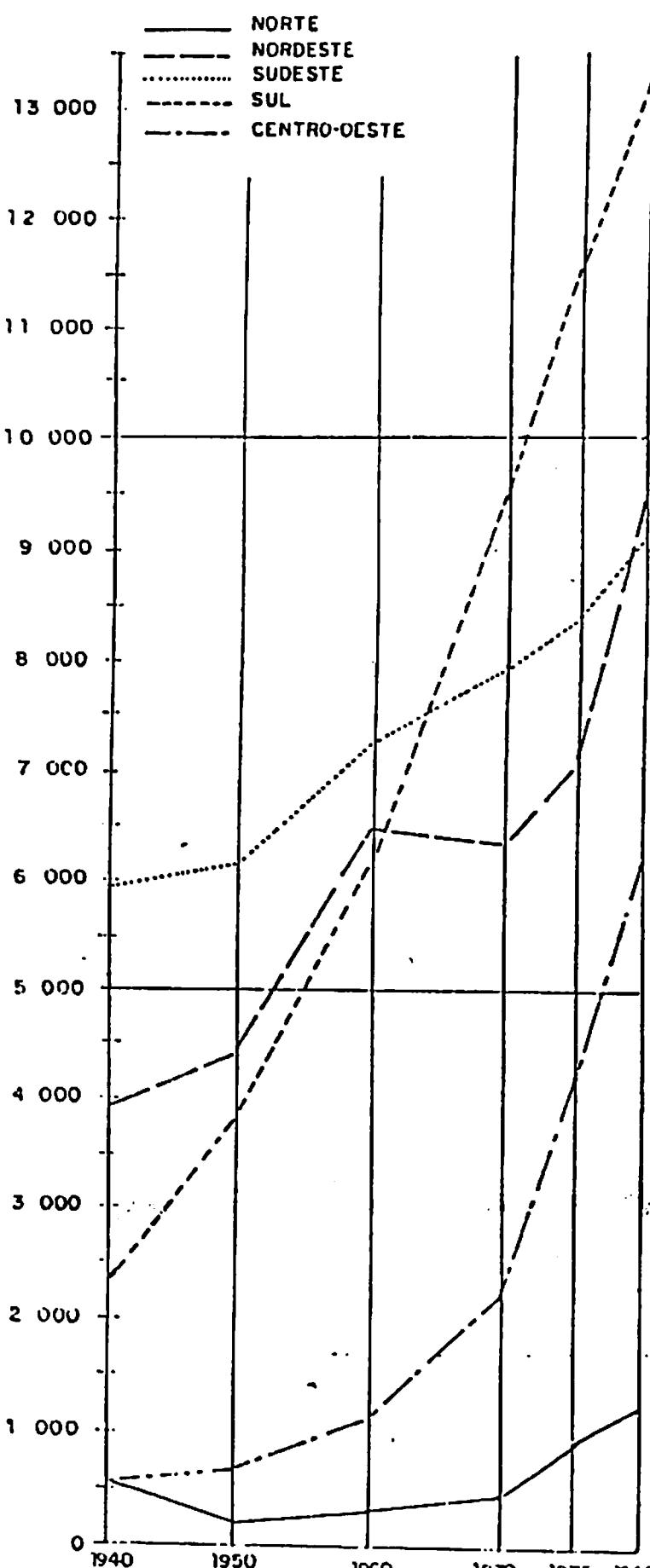


GRAFICO 01 - CRESCIMENTO DAS LAVOURAS PERMANENTES



FONTE: IBGE - Censos Econômicos de 1940 e 1950; Censo Agrícola de 1960, Censos Agropecuários de 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980.

GRAFICO 02 - CRESCIMENTO DAS LAVOURAS TEMPORARIAS

1000 ha

FONTE: IBGE - Censos Econômicos de 1940 e 1950; Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980

TABELA 04 - PARTICIPACAO DA AREA DE PASTAGENS PLANTADAS
NA AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS (%)

	1970	1975	1980	1985
BRASIL	10,1	12,3	16,6	19,8
NORTE	2,7	4,8	9,1	13,0
NORDESTE	7,7	8,7	11,7	13,0
SUDESTE	15,3	15,9	22,0	22,6
SUL	8,0	9,6	11,8	12,8
CENT-OESTE	11,1	16,3	21,7	28,7
GOIAS	12,2	17,3	22,7	30,9

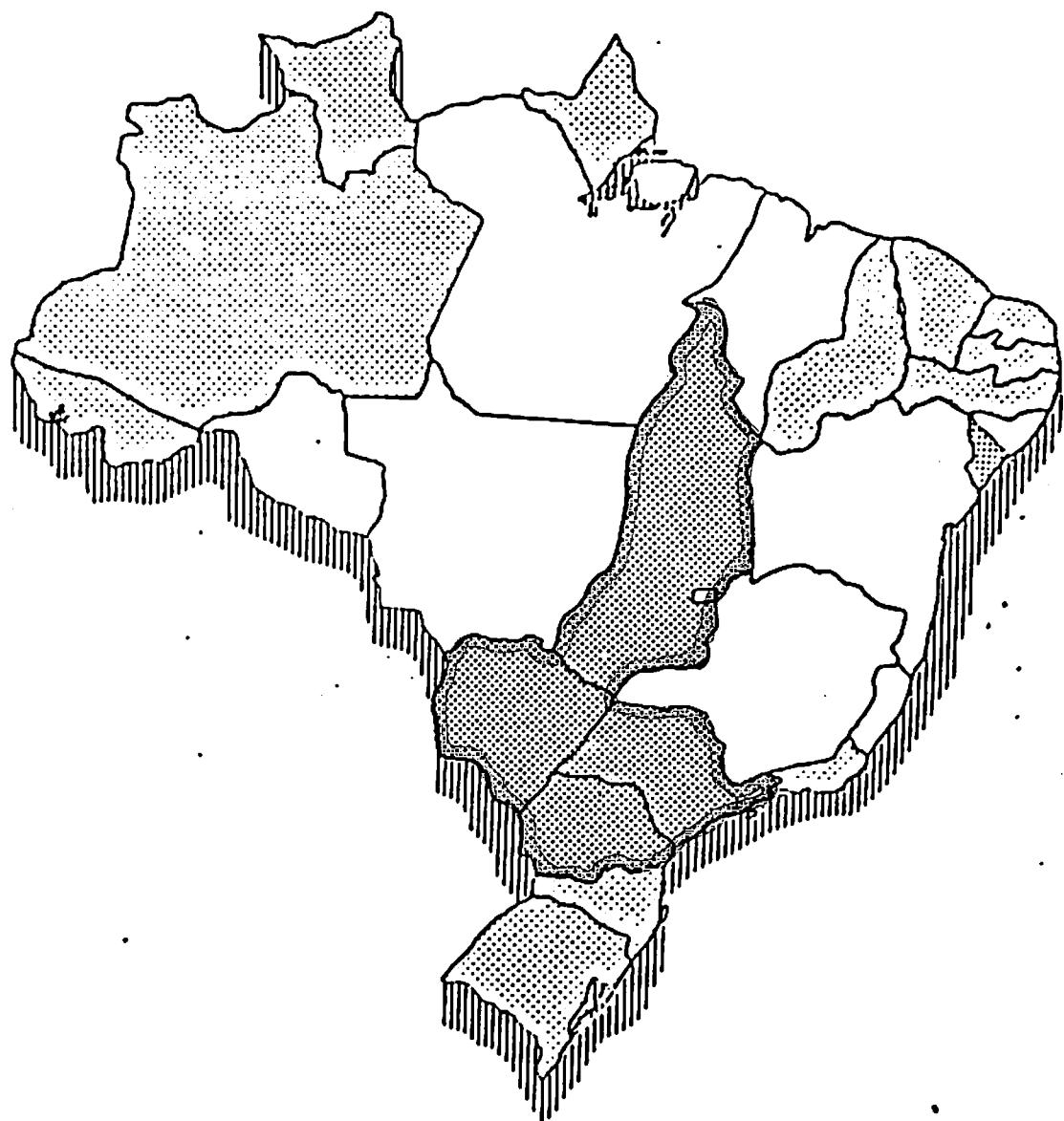
FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

TABELA 05 - VARIACAO RELATIVA DO NOMBRE DE BOVINOS (%)

	1970/75	1975/80	1980/85
BRASIL	29,4	16,1	8,1
NORTE	24,8	87,3	34,3
NORDESTE	30,7	19,2	3,6
SUDESTE	31,3	-1,1	2,4
SUL	13,5	13,8	1,0
CENT-OESTE	43,5	34,4	19,0
GOIAS	63,3	26,4	12,1

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

MAPA 02 - BRASIL - PASTOS PLANTADOS



PERCENTAGEM DA ÁREA
DE PASTAGENS PLANTADAS
NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS

ESCALA

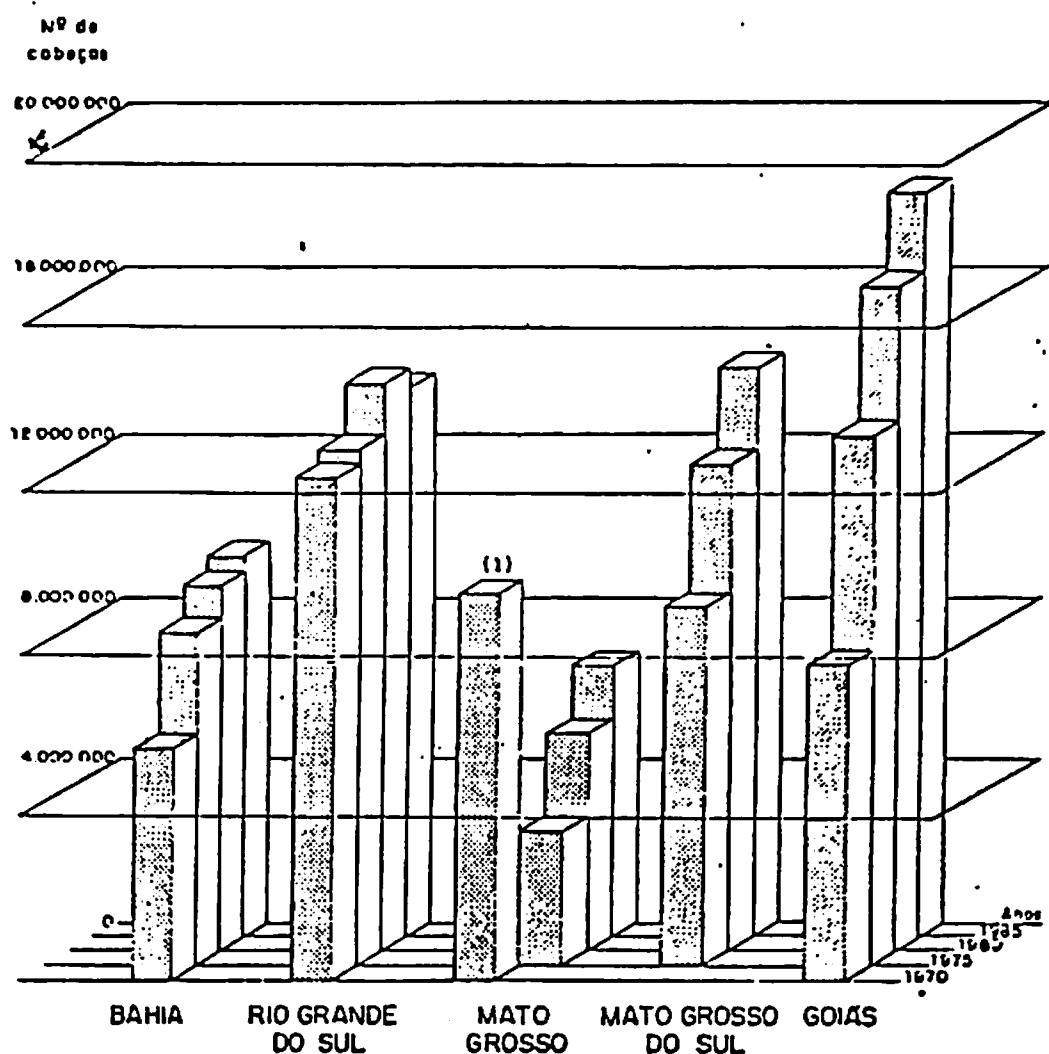
0 320 640 960 km



1-10
10-25
25-40

FONTE: IBGE /Censo Agropecuário-1985

GRÁFICO 03 - EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO 1970-1985



(1) Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

FONTE: IBGE/Censos Agropecuários de 1970, 1973, 1980 e 1985

TABELA 06 - VARIACAO RELATIVA DA AREA TOTAL DE LAVOURAS

	1970/75	1975/80	1980/85
BRASIL	17,7	22,8	6,5
NORTE	93,7	45,9	17,1
NORDESTE	6,9	28,6	1,7
SUDESTE	8,5	16,2	12,1
SUL	17,8	12,2	-0,4
CENT-OESTE	81,8	49,8	18,7
GOIAS	56,5	26,0	11,2

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

TABELA 07 - RELACAO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS/TRATORES

	1970	1975	1980	1985
BRASIL	38	15	9	9
NORTE	232	195	65	82
NORDESTE	303	156	64	74
SUDESTE	11	7	4	4
SUL	28	8	5	4
CENT-OESTE	24	9	4	4
GOIAS	25	11	6	5

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

TABELA 08 - VARIACAO RELATIVA DO NOMEIRO DE TRATORES (%)

	1970/75	1975/80	1980/85
BRASIL	94,8	68,7	19,6
NORTE	53,8	263,2	-3,4
NORDESTE	107,0	152,4	0,6
SUDESTE	59,8	53,6	16,8
SUL	125,0	61,6	19,7
CENT-OESTE	188,8	118,3	41,7
GOIAS	139,5	102,4	36,8

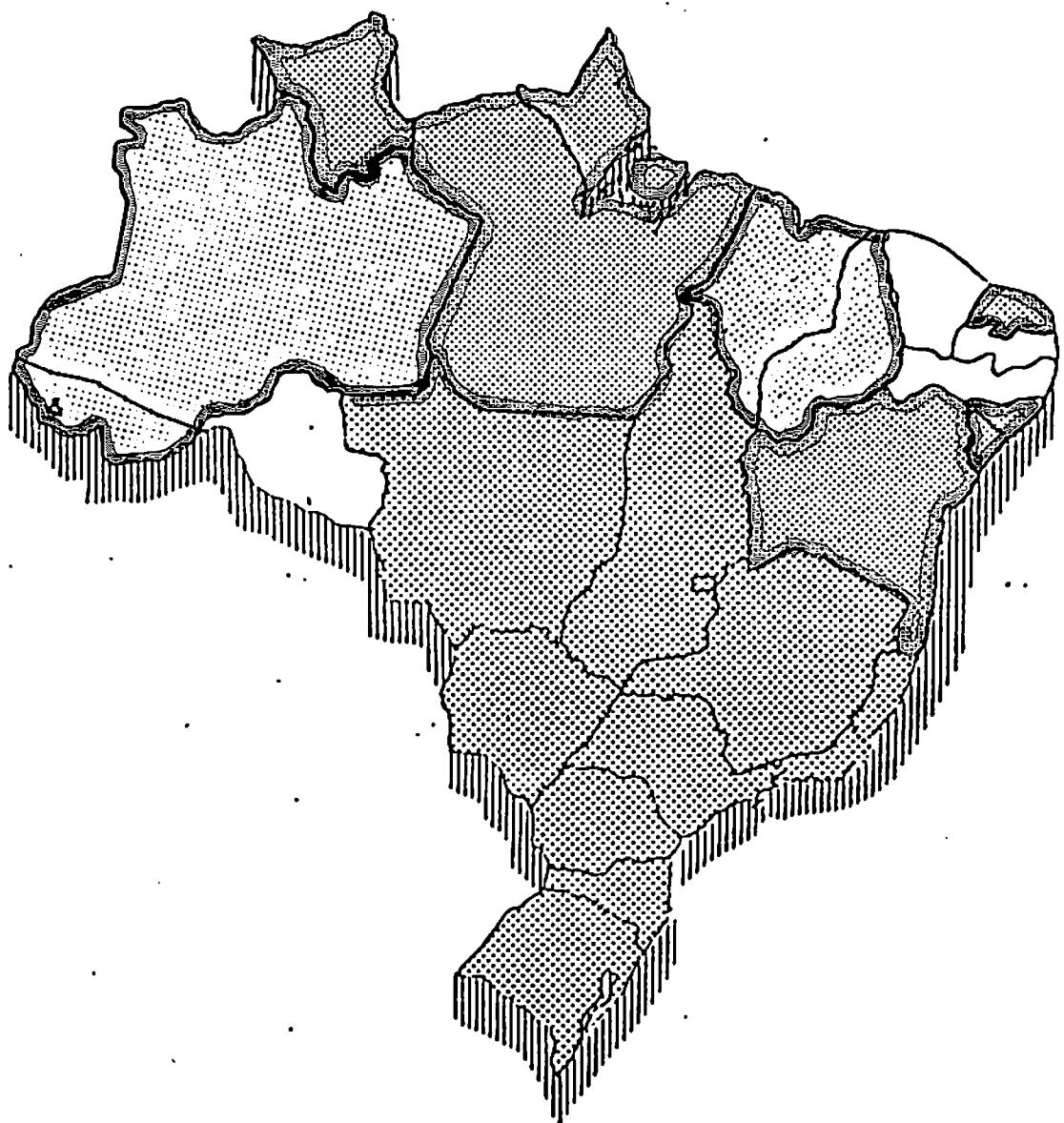
FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

TABELA 09 - PARTICIPACAO DOS PRODUTORES QUE USAM ADUBO QUIMICO NO NOMEIRO TOTAL DE PRODUTORES (%)

	1970	1975	1980	1985
BRASIL	8,6	17,9	26,1	24,9
NORTE	0,5	1,7	4,1	2,8
NORDESTE	0,9	3,2	5,9	6,4
SUDESTE	18,4	38,3	54,0	52,2
SUL	17,9	37,8	54,9	54,0
CENT-OESTE	2,7	13,6	27,7	29,8

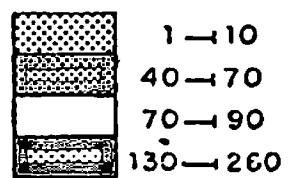
FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

MAPA 03 - BRASIL - MECANIZAÇÃO



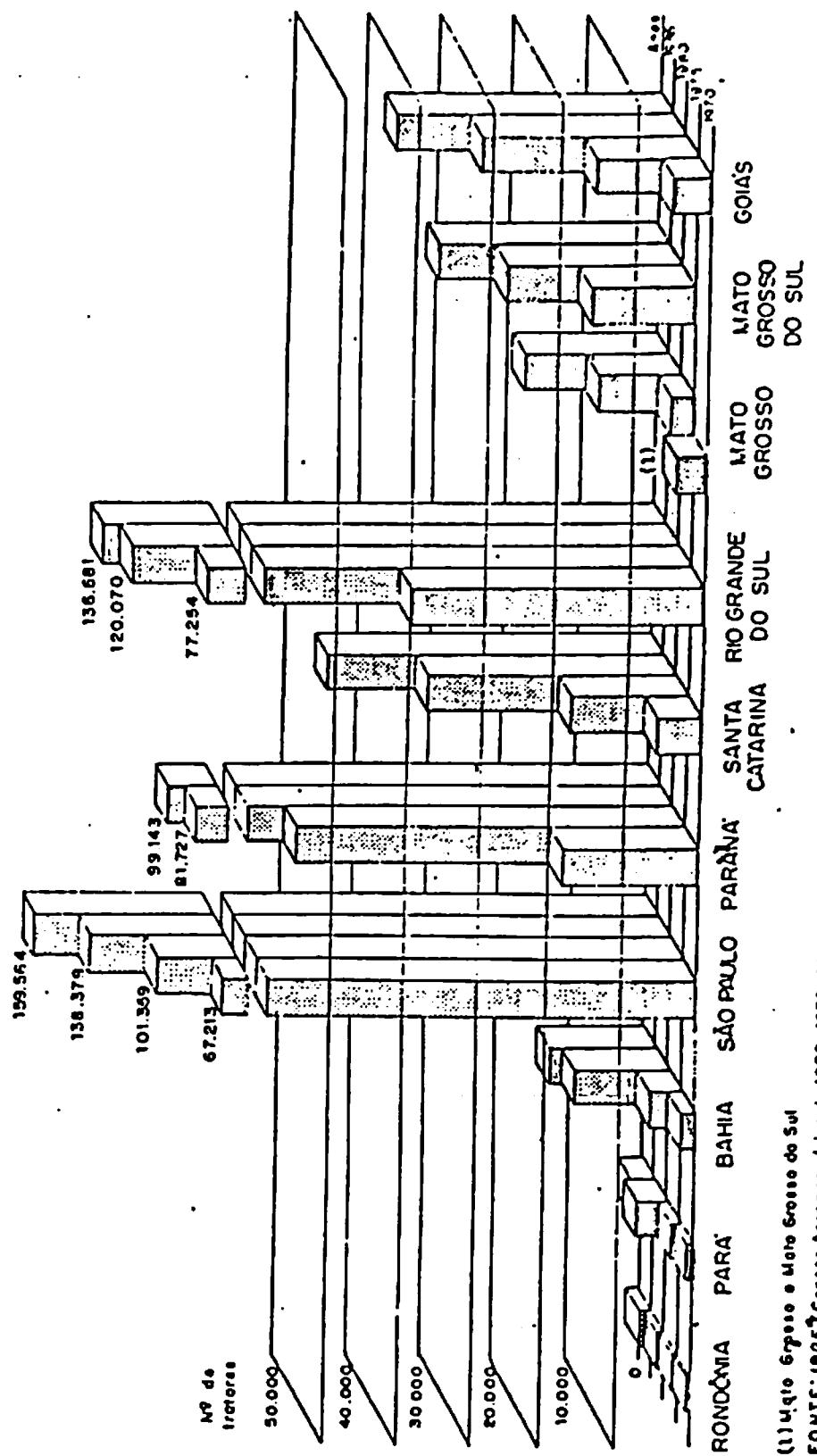
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
SERVIDOS POR 1 TRATOR

ESCALA
0 320 640 960km



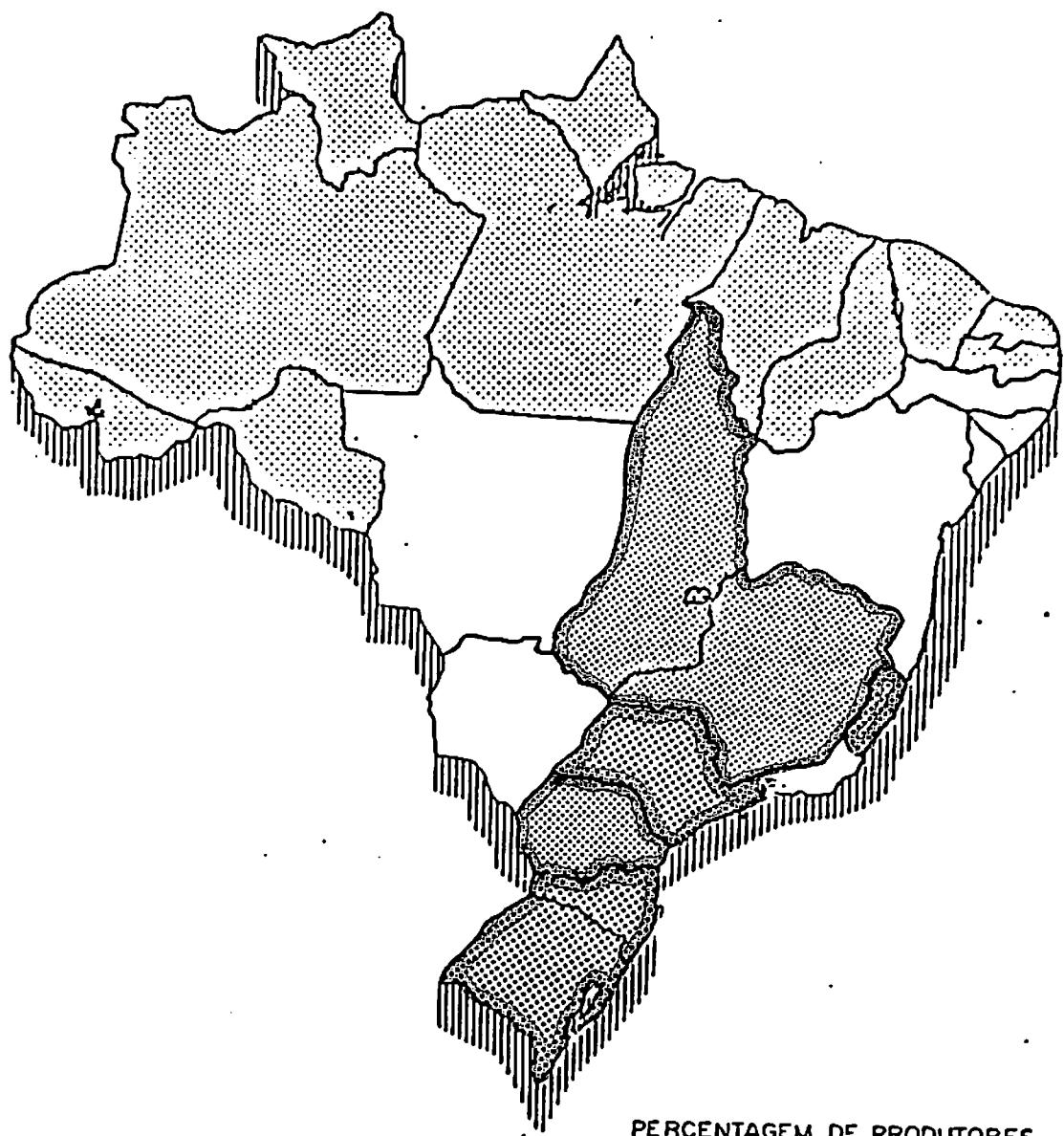
FONTE: IBGE /Censo Agropecuário -1985

GRAFICO 84 - EVOLUÇÃO DA MECANIZAÇÃO - 1970-1985



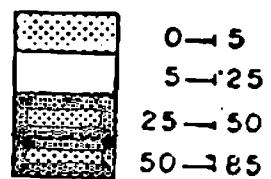
100

MAPA 04 - BRASIL - ADUBAÇÃO QUÍMICA



PERCENTAGEM DE PRODUTORES
QUE USAM ADUBO QUÍMICO
NO TOTAL DE PRODUTORES

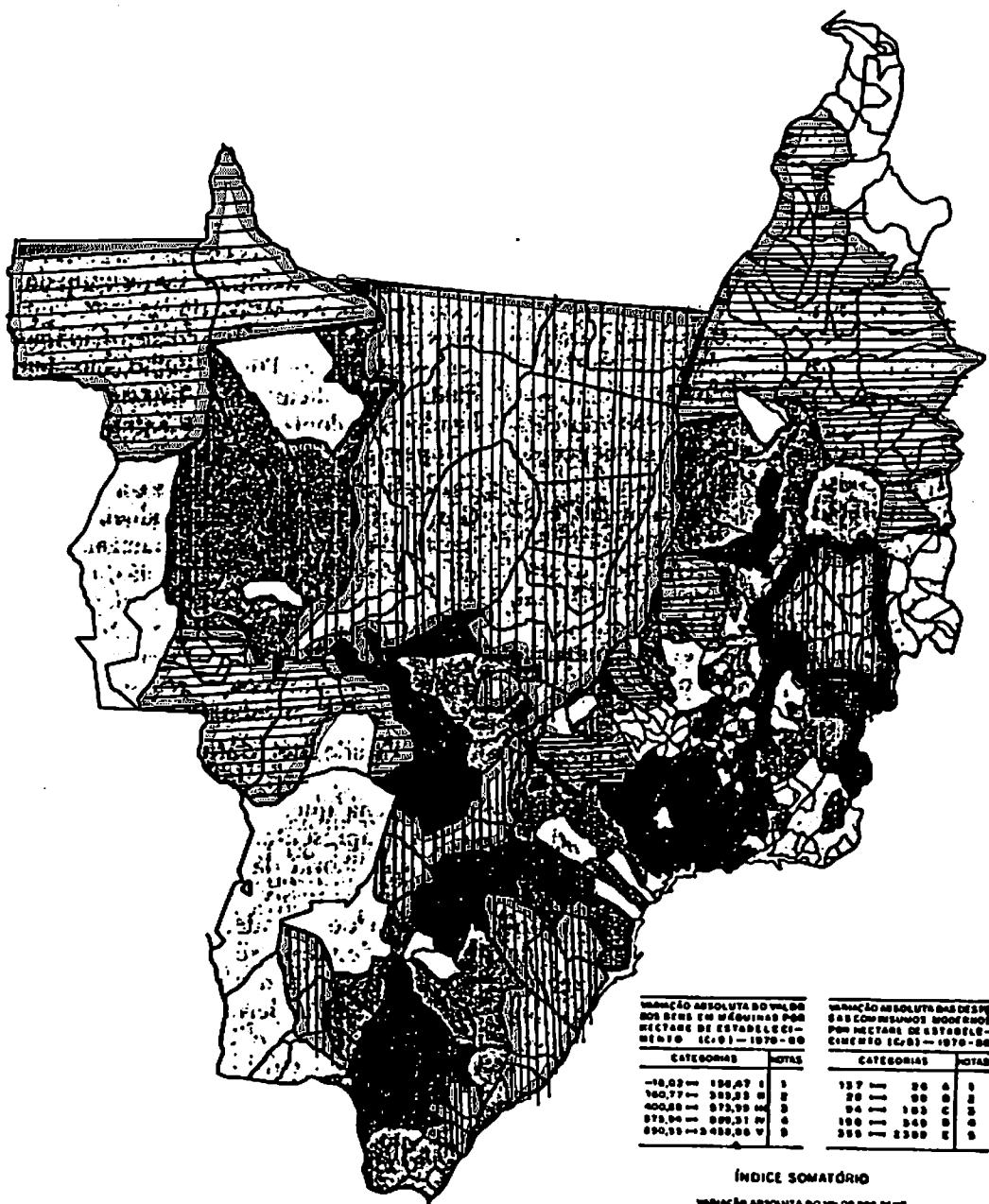
ESCALA
0 320 640 960 km



FONTE: IBGE / Censo Agropecuário - 1985

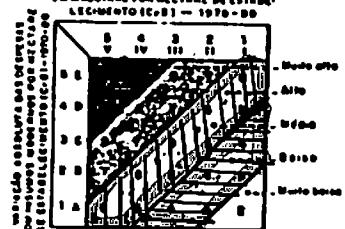
MAPA 05 - CENTRO-OESTE - MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

FONTE: IBGE - GEOGRAFIA DO BRASIL VOL. 1 - 1989



ÍNDICE SOMATÓRIO

VARIACÃO ABSOLUTA DO VALOR DOS BENS EM MÁQUINAS POR HECTARE DE ESTABELECIMENTO (1979-81) — 1979-80

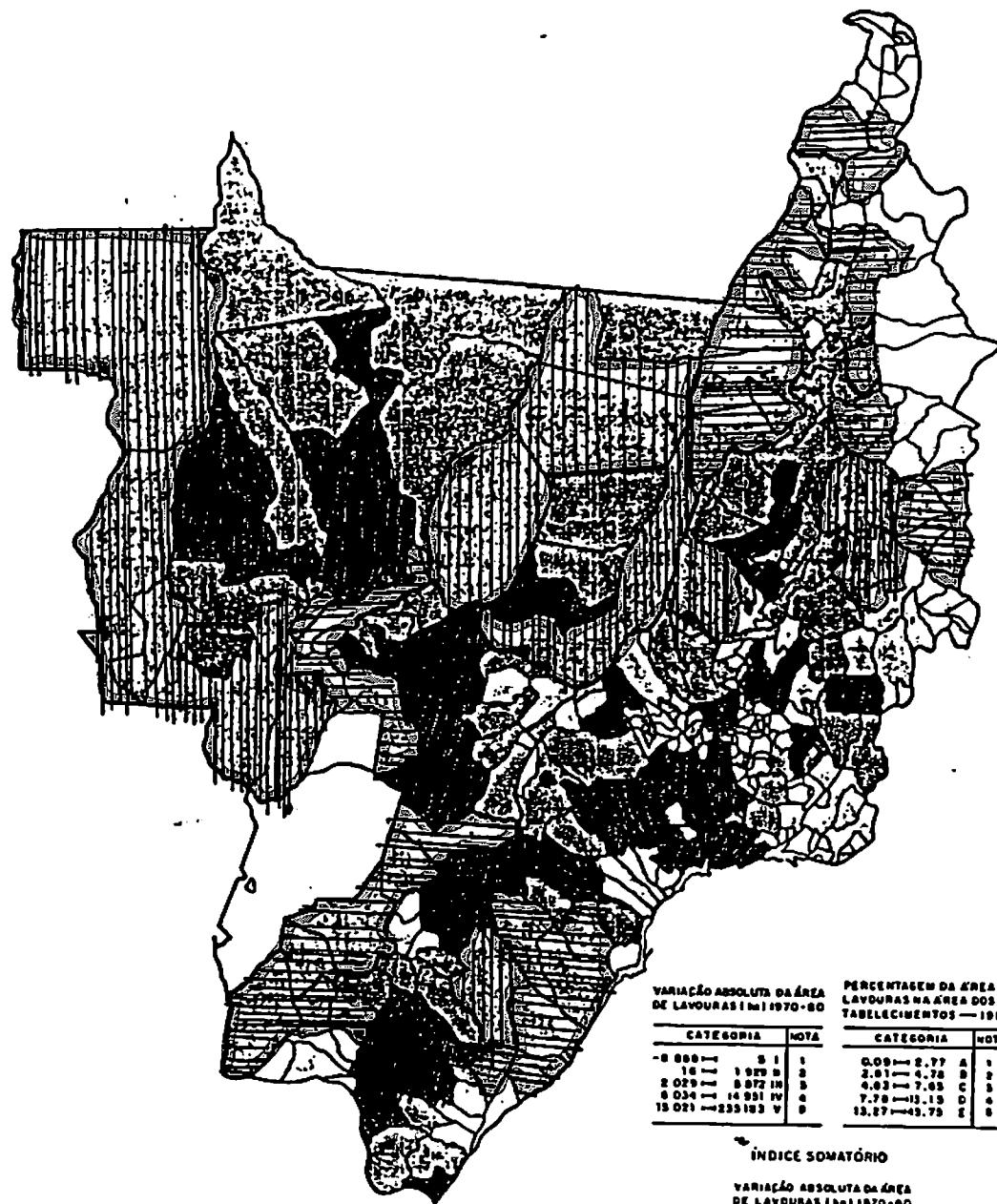
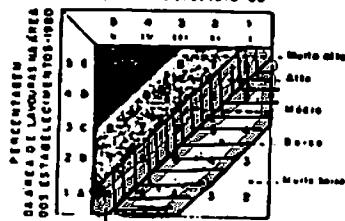


— Linha interestadual
— Linha interconurbada

ESCALA
0 50 100 150 200 250 km

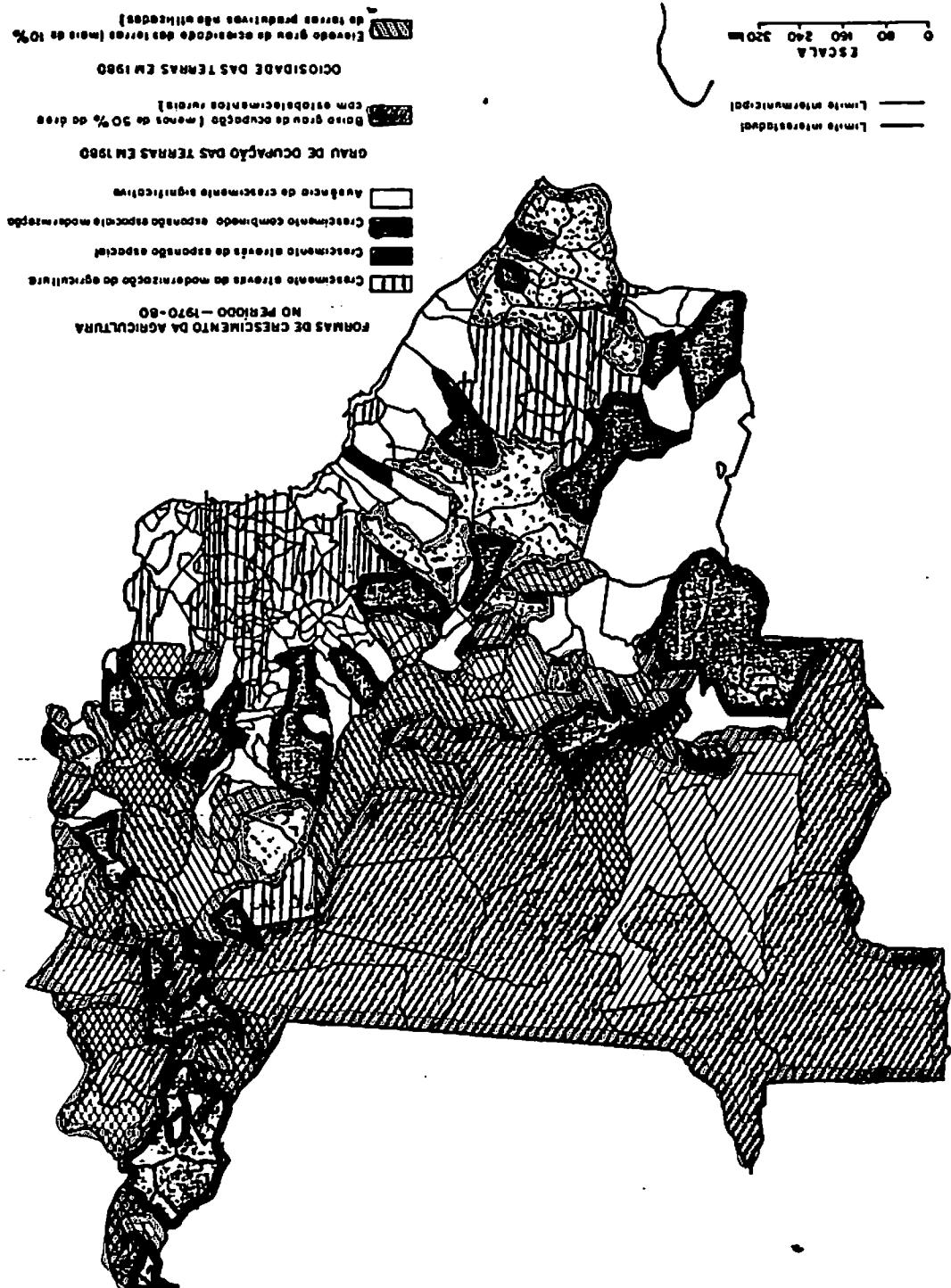
MAPA 06 - CENTRO-OESTE - ÁREAS AGRÍCOLAS

FONTE: IBGE - GEOGRAFIA DO BRASIL VOL. 1 - 1989

**ÍNDICE SOMATÓRIO****VARIAÇÃO ABSOLUTA DA ÁREA DE LAVOURAS (km) 1970-80**

— Limite interestadual
— Limite intermunicipal

ESCALA
0 80 160 240 320 km



FONTE: IBGE - GEOGRAFIA DO BRASIL VUL. I - 1989

MAPA 07 - CENTRO-OESTE - EVOOLUCAO DA AGRICULTURA

3.4. MODIFICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO

Não se deve estudar o problema das relações de trabalho no meio rural brasileiro sem ligar esse estudo a duas variáveis importantes: espaço e tempo (81) (estudados anteriormente). Tal raciocínio que seria normal para qualquer país, em qualquer região e em qualquer tempo, ganha maior expressão no contexto brasileiro. Levando-se em conta a grande extensão territorial, a variação de condições naturais e a grande diversificação de níveis de desenvolvimento dominante nas várias regiões do país e em cada estado.

Essas duas variáveis condicionam uma diversificação muito grande das formas de uso da terra, dos sistemas de cultura e de criação e das relações de trabalho. Embora, haja sempre, ou quase sempre, uma estrutura fundiária concentradora da propriedade e uma numerosa parcela de trabalhadores sem terras.

Em nosso estudo, em face das dimensões de Goiás, procuraremos indicar e exemplificar os elementos mais típicos e mais frequentes. Não poderíamos, dentro dos limites desse trabalho, analisar cada caso específico de relações de trabalho em cada microrregião do Estado.

Não pretendemos discutir, também, o problema da classificação destes tipos de relações de trabalho com o caráter feudal, não-capitalista ou capitalista, por ser um assunto bastante discutido por vários autores (02).

Com base nesses pontos poderemos observar o grau de desenvolvimento do capitalismo no campo em Goiás, e no qual, já constatamos ser desigual, segundo determinadas regiões. Dentre as transformações que o capital tende a provocar no campo (como nos demais ramos de produção), à medida em que vai se apossando do processo de produção, está a criação de um contingente de trabalhadores assalariados. Esse processo, porém, não se dá de maneira harmônica e generalizada. Deste modo, vêm se constituindo no Brasil, quer um contingente de trabalhadores assalariados completamente expropriados dos seus meios de produção, quer um contingente de trabalhadores que se constitui de assalariados apenas em determinados períodos do ano e que, no restante do tempo, sob a aparência de uma produção independente, subordinam-se de diferentes maneiras ao capital. São pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros. Que, frente às condições de exploração às quais estão submetidos, são obrigados a vender eventualmente sua força de trabalho, para completar seus rendimentos e garantir sua subsistência. Os últimos representam o trabalho familiar que caracteriza formas de produção camponesa (03).

O nosso estudo acerca da composição da força de trabalho e suas modificações tem como fulcro final a importância da utilização de trabalhadores assalariados no processo produtivo. Porém, algumas limitações serão colocadas durante a nossa abordagem, dentre elas os dados do IBGE e do INCRA. Entre elas se destacam o que aparece nas estatísticas como trabalhador assalariado permanente que pode designar quer relações de livre compra e venda de força de trabalho, quer variadas formas de submissão do trabalho ao capital, que não implicam na expropriação completa do trabalhador, como seria o caso, por exemplo, do colonato, dos moradores segregados, etc. Por outro lado, é preciso considerar que, dado o grau de desenvolvimento das forças produtivas que algumas regiões atingiram, o imóvel pode não ter assalariados permanentes e só utilizar assalariados temporários, num processo de produção capitalista. Finalmente, em imóveis que não utilizam assalariados permanentes, podem estar incluídas quer as pequenas propriedades de caráter camponês, quer grandes unidades inexploradas ou exploradas, predominantemente, por pequenos arrendatários ou parceiros (84).

3.4.1. EVOLUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

Ao analisarmos a instalação de um novo padrão agrário, no sentido de novas relações entre as diferentes esferas envolvidas na produção agrária, faz-se necessário caracterizá-las.

A este novo padrão agrário, ao qual se associam tanto as intensas reduções no número de pessoas ocupadas no centro-sul de Goiás, no segundo quinquênio da década de 1970, quanto os aumentos registrados no contingente ocupado nas atividades agrárias, foi objeto de acentuada incorporação de terras ao longo dos quinze anos sob observação (tabela 1, gráfico 1). No quinquênio 1970-75 todas as macrorregiões do país apresentaram saldos positivos no crescimento do contingente de ocupados na agricultura. Embora se registre profunda mudança tecnológica na agropecuária com características de redução da utilização de mão-de-obra, e a expansão extraordinária das lavouras de grãos respondendo, por outro lado, pela possibilidade de elevar os totais de pessoas ocupadas na agricultura.

O segundo quinquênio da década de 1970 é, entre os três focalizados, o de mais fraco crescimento do contingente ocupado nas atividades agrárias. Em Goiás podemos observar (tabela 2, mapa 1 e 2) uma variação absoluta decrescente e uma variação relativa do número de pessoas ocupadas na agricultura de 25,6% entre 1970/75; para 13,5%, entre 1975/80; para 10,0%, entre 1980/85. Este decréscimo de pessoas na agropecuária deve-se tanto à redução da capacidade de absorção da mão-de-obra com a difusão da tecnologia, quanto à retração do acesso à terra decorrente das mudanças no perfil fundiário motivadas pelo processo concentracionista (analisado anteriormente) de terras que acompanhou a "modernização" agrária (85).

No Primeiro quinquénio da década de 1980, uma vez reduzido o impacto do uso de técnicas poupadoras de mão-de-obra no campo e frustradas inúmeras tentativas de inserção no mercado urbano de trabalho, a variação absoluta do contingente ocupado na agropecuária, embora não retome os níveis dos primeiros cinco anos da década anterior, apresenta-se muito expressiva (06). Aonde iremos observar a redução da figura do parceiro e do arrendatário, e por outro lado, o crescimento do trabalho assalariado, em especial, o temporário. Além, da evidência já constatada, de um percentual pequeno de novas terras a serem incorporadas, e de outro lado, a ausência de conversão de atividades pouco demandantes de mão-de-obra para outras geradoras de emprego. E, o processo de aprofundamento da modernização e os obstáculos ao acesso à terra são os fatores mais evidentes no quadro de não absorção de pessoas do campo.

3.4.2. COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA EM GOIÁS

Para estudarmos as modificações nas relações de trabalho no campo em Goiás, já foi observado, anteriormente a dificuldade de comparação entre os dados do IBGE e dos cadastros rurais sobre o campo brasileiro, uma vez que o IBGE trabalha com o conceito de "estabelecimento" e o INCRA com o de "imóvel rural". Portanto, será dentro destas limitações e sob as quais analisaremos as modificações.

3.4.2.1. ARRENDAMENTO E PARCERIA

Estudar a realidade dos chamados "parceiros e arrendatários", significa estudar as diferentes formas de ocupação e uso temporário da terra no país, extremamente complexas. A conceituação definida pelo Decreto nº 59.566/66 (07) procurou agrupar a diversidade dos tipos ocupantes temporários da terra, que variam muito de região para região, em duas categorias: parceiro rural e arrendatário (08).

Inicialmente, observamos a discrepância de dados (tabela 3) onde fica caracterizada esta dificuldade. Porém, apesar dessa dificuldade, há explicações hipotéticas para o caso (diferença de métodos na coleta dos dados; a ocorrência de subarrendamentos; dados incompletos nos cadastros) (09).

A análise que se segue, procura oferecer uma visão mais completa da parceria e do arrendamento, visando tornar mais claro seu significado na agropecuária brasileira. A preocupação que guia e justifica essa parte do trabalho liga-se à necessidade de caracterizar tais processos, no que eles têm de específico, tentando dar conta de algumas questões que foram levantadas anteriormente.

Podemos observar, em 1972 (tabela 4), no Estado de Goiás, que a parceria cresce de importância dos menores para os maiores estratos de área, atingindo sua participação máxima nos imóveis com área entre 500 e 1.000 ha (mais de 30% da mão-de-obra permanente) para, a partir daí, declinar. Neste quadro, desde os 50 ha, ela tem uma participação significativa, girando em torno de um quinto ($1/5$) ou um quarto ($1/4$) dessa mão-de-obra permanente. Quando se considera a mão-de-obra total, ocupada nos momentos de maiores serviços, cai bastante a sua participação, sendo, no máximo, próxima a um décimo ($1/10$) desse contingente de trabalhadores.

Se pegarmos os dados do recadastramento de Goiás de 1978 (tabela 5), veremos que a área de participação máxima de parceria cai para entre os estratos de 200 a 500 ha. E, em 1986 (tabela 6), para manter-se alta entre os estratos de 200 a 500 ha, e aumentar, mais ainda, entre os estratos de 50 a 200 ha. Ou seja, uma tendência a concentrar-se nos menores estratos de área.

No que diz respeito ao arrendamento, os dados (tabela 4), em 1972, indicam que sua maior incidência é nos maiores imóveis, chegando mesmo assim a menos de 10% a mão-de-obra permanente e a cerca de 2% num momento de pico da utilização de mão-de-obra (10).

No recadastramento de 1978 (tabela 5), nos extratos de 200 a menos de 500, há uma concentração maior de arrendatários. O qual mantém-se em 1986 (tabela 6) caracterizando a tendência anteriormente analisada.

Iniciando uma análise mais detalhada da parceria em Goiás, em 1972, percebe-se que do total de imóveis apenas 4,6% utilizam parceria e ocupam uma área equivalente a pouco mais de 6% da área cadastrada. No entanto, existiam 16.160 contratos de parceria no Estado (11).

A área média dos imóveis que utilizam parceria (448,4 ha) é bastante superior à área total de imóveis (329,3 ha), em 1972 (12). Observando-se (tabela 7) a relação entre área em parceria e área explorada demonstra-se que os parceiros são responsáveis por cerca de um quarto (1/4) da área explorada nos imóveis entre 25 a 500 ha e cerca de 30 ou 40% dos demais. Esses dados indicam que a parceria tem um caráter complementar na exploração dos imóveis, sendo aliada à exploração quer pelo proprietário, quer por arrendatários.

Vale ressaltar, ainda que, em 1972, a relação entre área explorada e área total é alta, sendo superior a 75% nas propriedades com menos de 1.000 ha e um pouco inferior no restante, o que mostra a maior utilização de terra nos imóveis com parceiros em relação ao total de imóveis (56,8) (13).

Já em 1978 (tabela 5), cai para 1,5% o total de imóveis que utilizam parceria, e a área cai para, também, menos de 2% em relação a 1972. Até 1986 (tabela 6), estabiliza-se.

Tomando o número de parceiros por imóvel, em 1972 (tabela 7), verifica-se que ele aumenta dos menores para os maiores estratos de área, variando em torno de 2 ou 3, exceto para os imóveis menores de 100 ha e para os minifúndios (14). Ao mesmo tempo, se a área média por parceiro é bastante reduzida nos imóveis até 1.000 ha, onde é igual ou inferior à do minifúndio do Estado, nos maiores imóveis é grande, sendo quase o dobro da área média da empresa no Estado (área média do minifúndio: 45,4 ha e área média da empresa, 386,6 ha). Na análise por categorias, verifica-se que a área média por parceiro ou é cerca da metade do minifúndio (no caso das empresas) ou próxima dele (no caso dos latifúndios por exploração). Em 1978 (tabela 5), altera-se aumentando até o estrato de 500 ha, e a partir daí reduzindo-se, e aumentando o número de parceiros nos latifúndios por exploração. Em 1986 (tabela 6), mantém-se este quadro.

Quanto ao arrendamento, em 1972 (tabela 8), o número de imóveis que o utiliza é bastante inferior ao que se constatou para a parceria: cerca de 1% do total, com uma área equivalente a cerca de 2% da área cadastrada (15). Em 1978 (tabela 9), e em 1986 (tabela 6) mantém-se estáveis.

Em relação à mão-de-obra nos contratos de parceria, podemos observar que, em 1972 (tabela 10), em Goiás, sobressaem os contratos com dependentes trabalhando (78,7%), em relação aos contratos com assalariados permanentes (3,2%), e da mesma forma a média de dependentes trabalhando (3,9%) e a média de assalariados permanentes (2,9%), mostrando, nesse período a importância das famílias grandes nos contratos de parceria.

Outros aspectos importantes podemos citar: que, de 1978 (tabela 11), para 1986 (tabela 6), não ocorreu crescimento do número de arrendatários e parceiros, e sim estagnação.

Pelos dados do IBGE (tabela 12), podemos observar, também, o mesmo fenômeno. Ou seja, um crescimento (entre o período 1980/85) pequeno em relação às outras formas de organização do trabalho e utilização da mão-de-obra. Destacando-se a redução significativa da área de lavoura permanente no arrendamento, característica do surgimento do arrendamento capitalista de produção de artigos (lavoura temporária).

Ou seja, o arrendamento capitalista (empresarial) é nitidamente a transformação a um empreendimento econômico. Em suma, terra, trabalho e capital estão separados e o tipo de exploração assume a natureza empresarial, sem nenhuma característica da propriedade familiar (entendendo-se por propriedade familiar, no caso de parceria ou arrendamento, quando a terra é conjuntamente explorada com a mão-de-obra do parceiro ou arrendatário e de seus familiares). É claro que entre esses dois tipos básicos de arrendamento existem muitas combinações intermediárias, as quais podem tender mais para o primeiro tipo ou mais para o segundo (16).

Da mesma forma, a parceria pode assumir características bastante diversas. Como a meia, a terça, a quarta ou qualquer outra forma legítima ou legal (17) de divisão dos frutos ou produtos da exploração agrária.

3.4.2.2. MÃO-DE-OBRA FAMILIAR

A análise da composição da mão-de-obra em Goiás (tabela 4), em 1972, revela que, nos imóveis com menos de 50 ha, esta representa 80% da força de trabalho permanente (mão-de-obra familiar + assalariados permanentes + parceiros + arrendatários). No entanto, quando se considera um momento hipotético de máxima utilização de mão-de-obra a participação da família reduz-se bastante, variando entre 30 e pouco mais de 50% do total. Mesmo entre 50 e 500 ha ela é importante, sendo superior a 60% da mão-de-obra permanente e em torno de um quarto (1/4) do total nos momentos de pico (18). Essas variações já apontam para a grande importância que o assalariado temporário assume e que será explicitada mais adiante.

Nos imóveis com mais de 500 ha, a participação da família diminui significativamente: está entre metade e um terço (1/3) da mão-de-obra permanente nas propriedades de 500 a 2.000 ha e menos de 30% a partir dali. Quando se considera um momento hipotético de máxima demanda, essa participação é bastante inferior: em regra cerca de três vezes menor. A queda na participação familiar corresponde um acentuado crescimento da importância dos assalariados. Em 1978 (tabela 11), e 1986 (tabela 6), podemos observar a manutenção das características anteriores, com uma redução da concentração do trabalho familiar nos estratos inferiores a 500 e superiores a 200 ha.

Já em 1970 (tabela 11) o trabalho familiar continua superior aos assalariados permanentes, porém, inferior aos assalariados temporários. Em 1986 (tabela 6) mantém-se as mesmas características retro-citadas.

Podemos dizer que a força de trabalho familiar ainda é fortemente importante na agropecuária de Goiás. Apesar de sua importância, o seu crescimento relativo vem decrescendo. Esta participação relativa, no período intercensitário 1970/80, cai de 78,5% para 66,7%, enquanto que a força de trabalho assalariado mais que duplica o contingente (19).

Estas mudanças que vêm acompanhando a industrialização da agropecuária caracterizam bem as particularidades que ela assume no Brasil e especialmente em Goiás. Enquanto nos países capitalistas desenvolvidos, notadamente nos Estados Unidos da América do Norte e nos países Europeus, o processo de modernização da agricultura não foi capaz de destruir a agricultura familiar. Aqui o processo tem sido diferente. Nos EUA a agricultura familiar, ou seja, a que utiliza em média 1,5 trabalhador assalariado por ano, representa 95% dos estabelecimentos e responde por 64% da produção. Na Europa, a participação é ainda maior (20). Não esquecendo as características concentradoras da propriedade da terra no Brasil.

Dentro desta perspectiva gostaríamos de abordar os estudos feitos por CARLOS BRANDÃO e JOSÉ R. RAMALHO (21) (22), que também são ilustrativos das características da mão-de-obra em economias de pequena produção agropastoril, mesmo atualmente, quando se dá a intensificação das relações capitalista de produção.

No primeiro estudo sobre o trabalho com a terra em Goiás, no texto "Parentes e Parceiros: relações de parentesco e relações familiares de produção entre camponeses de Diolândia", os autores privilegiam o proprietário rural de trabalho camponês. Ou seja, o produtor de cereais, dono de pequenas fazendas, lança mão da força familiar de trabalho para a produção de subsistência e de excedentes agropecuários. Com o que reproduz a sua própria condição de vida e trabalho. Os autores procuram clarear, também, como condição de análise, que existe uma evidência ainda não suficientemente demonstrada da qual a formação de unidades de produção em sociedades complexas, a organização de sistemas de poder e controle da ação social e a distribuição das possibilidades de acesso aos meios de produção estão estreitamente relacionados aos modos de organização da família, de grupos domésticos ou de unidades de parentesco em sua dimensão mais ampla. Isto é, a aproximação entre as relações de trabalho e de produção e a organização de sistemas de parentesco.

Entendemos que esta explicação prende-se à pequena produção. No campo da grande produção, este fenômeno reduz as suas proporções de influência.

Passemos a enumerar algumas características gerais abordadas pelos autores (23):

a) nas sociedades camponesas situadas em áreas rurais onde há abundância de terra e, ao mesmo tempo, não só a necessidade como a possibilidade que, de safra em safra, seja realizado o rodízio de parcelas plantadas, o controle da posse e do uso da terra exercido por grupos de parentes é mais efetivo;

b) as relações de trabalho e a transmissão da propriedade: os filhos de sitiantes (24) e fazendeiros trabalham na propriedade dos pais e para a família paterna até o casamento. Quando um filho se casa, o pai costuma ceder-lhe um lugar para a "sua roça". Não são menos raros os casos em que o pai avalia e divide, ainda em vida, as terras de sua propriedade entre os filhos. São estabelecidos então os limites de ocupação de cada um dos filhos, segundo acordos. Este modo de fazer a transmissão poderá provocar conflitos, porquanto não havia mais a conservação do antigo "respeito" pelas terras alheias, sendo frequente casas de posse. Por outro lado, é a maneira pela qual são transmitida as propriedades que condiciona, em parte, a estrutura da pequena família proprietária rural.

c) a necessidade de migração e, consequentemente, a dispersão da família, a impossibilidade de divisões da propriedade rural legalmente (25) e ao longo de gerações e a impossibilidade de o restrito mercado local absorver a mão-de-obra disponível provocam uma saída inevitável de jovens, não só das propriedades rurais, como da própria região (analisado anteriormente sob a ótica geral das migrações). Permanecem, portanto, apenas aqueles que herdam e podem conservar parte de uma propriedade, ou uma profissão necessária na região.

A estas conclusões chegou ORACY NOGUEIRA (26) em seus estudos sobre família e comunidade em Itapetinga. A população não proprietária de terra é mais móvel, e as famílias agregadas às fazendas estão em permanente mudança de uma fazenda para outra. Esta diferenciação de comportamentos interindividuais numa pequena comunidade (Diolândia), ainda que passados na esfera restrita do parentesco, é apenas um dos sinais de reconhecimento da influência de relações sociais mais abrangentes e estáveis como as relações diretas de produção. GOLDSCHMIDT e KUNKEL (27) extraem dos estudos de sociedades camponesas a evidência de que a estrutura das relações familiares dependem, diretamente, dos modos de acesso aos meios de produção, assim como da estratégia estabelecida para as relações de trabalho.

Outra opinião importante, que analisa o problema por outro lado é a de STRICKON (28), que coloca a questão da posse e uso da terra dentro da idéia de como as classes se distribuem em função de como se apropriam dos bens de produção e de como os usam.

Para o caso concreto de estudos em Diclândia, podemos inseri-lo na análise de situações costumeiras em que as relações ocorrem em uma sociedade camponesa de Goiás.

Pelo exposto, não é possível separar relações dentro da esfera do parentesco, em especial ao trabalho familiar, daqueles relações gerais de produção e de trabalho.

3.4.2.3. PRODUTORES SEM TERRA

Aspecto importante a ser considerado para a compreensão das modificações nas relações de trabalho é aquele que diz respeito ao contingente de trabalhadores sem terra, não só pela sua expressão quantitativa mas, em especial pela gravidade da questão social envolvida.

A perspectiva de tratar a magnitude dos produtores sem terra pela via dos produtores não proprietários (aqui adotada) (29), traz, por um lado, uma supervalorização ao incluir trabalhadores que têm acesso à terra em bases simetricamente negociadas, de que são exemplos os arrendatários em moldes capitalistas (abordados anteriormente). Por outro lado, contém uma subavaliação por não integrar aqueles trabalhadores que são privados da propriedade da terra ou do acesso à esta em qualquer outra condição de produtor direto.

Em que pesem algumas ações no sentido de assentamento de produtores sem terras chama a atenção a tendência de elevação do contingente na década de 1980 (tabela 13 e 14, mapa 3), porém, ainda inferior ao Primeiro quinquênio da década de 1970, mantendo uma taxa média de 23% do total dos produtores. O que deixa indicada a permanência dos fatores agravadores do processo de expropriação a que se acham submetidos alguns segmentos da pequena produção.

Estas características da acelerada ocupação recente da fronteira são, sem dúvida, formadoras do quadro de tensões que hoje representam esse contingente de trabalhadores, em especial no norte do Estado.

Essa característica do norte do Estado se agrava em relação à posse não regularizada da terra fornecida pela proporção de ocupantes no número total de produtores que, embora tenha decrescido de 19,5% para 15,0% de 1979/80 (30). É extremamente elevada à escala municipal, na porção norte-oriental, onde chega a atingir, em Tocantinópolis e Lizarda, 4/5 do número de produtores (31), e no extremo norte do Estado, incluindo os municípios da área denominada "Bico do Papagaio", na qual a luta pela terra, envolvendo agentes e forças sociais diversificadas, assume dimensão nacional (32).

Ressalvando o caráter aproximativo da abordagem efetuada à problemática dos sem-terrás, fica evidenciado que se trata de uma das vertentes relevantes da questão agrária nacional que tende a persistir, dado o contexto agravador do modelo de apropriação do espaço nas áreas de ocupação recente.

3.4.2.4. TRABALHO ASSALARIADO

No conjunto das transformações pelas quais passou a agropecuária goiana, ressalta-se a profunda mudança ocorrida nas relações de trabalho, com a acentuação das formas assalariadas, em detrimento daquelas que preservavam ao trabalhador o acesso à terra.

Retomamos aqui, novamente, as preocupações acerca da disparidade de dados entre o IBGE e o INCRA. Ilustra-se bem esta questão (tabela 15), em especial ao trabalho assalariado temporário, comparando as informações do INCRA de 1972 e do IBGE para 1975. Os dados do INCRA apontam, assim, um número de trabalhadores temporários maior do que o dobro do número fornecido pelo IBGE. Portanto, será, também, dentro destas limitações que iremos trabalhar.

Pelos dados do IBGE no período de 1970-85, no Brasil, o contingente de assalariados ampliou-se em 91,3%, e totalizou, ao final do período, 5.058.444 pessoas. O maior aumento verificou-se no quinquênio 1975/80, no qual 1.688.572 assalariados foram incorporados aos trabalhos agrários (tabelas 16 a 21 e mapa 4). Em Goiás, o contingente de assalariados ampliou-se em mais de 160%, e totalizou, ao final do período, 268.831 pessoas. Sendo o maior aumento, 73.041 assalariados, no período 1975/80.

Goiás fica atrás, apenas, dos Estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Paraná e Pernambuco, os quais, em termos de proporção à população total, estão em condições paritárias de absorção da mão-de-obra assalariada. Porém, os dados anteriores nos indicam uma variação relativa do número de trabalhadores assalariados na agropecuária reduzindo-se a nível de Brasil, sendo de: 22,9%, entre 1970/75; aumentando para 52,0%, entre 1975/80; e reduzindo-se drasticamente, para 2,4% entre 1980/85. Em Goiás essa variação relativa foi decrescente de: 68,4%, entre 1970/75; para 40,7%, entre 1975/80; para 6,5%, entre 1980/85. Podemos observar, como fizemos anteriormente, uma estagnação no processo de crescimento econômico, refreando a expansão da fronteira. O que não ocorreu com os novos Estados de fronteira agrícola que, apesar do decréscimo do número de trabalhadores assalariados, mantiveram altas taxas de variação relativa (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Pará) (tabela 18).

Nesse processo de consolidação das formas assalariadas de trabalho, cabe especial menção à importância que foi assumindo o trabalho assalariado temporário o qual passou a servir de modo mais conveniente às exigências intermitentes de mão-de-obra de um processo produtivo que tem algumas de suas fases cumpridas pelo uso de maquinárias e de poucos trabalhadores permanentes.

Destarte, de 1970 a 1985, no Brasil, o número de trabalhadores assalariados temporários aumentou 92,3% e representava, em 1985, 56,6% do total de assalariados no país. Em Goiás, aumentou mais de 110,8% e representava, em 1985, 50,9% do total de assalariados, tendo chegado no início do período, 1970, em 60,5% (tabelas 20 e 21). Sendo necessário relembrar que o contingente de trabalhadores temporários aparece subnumerado nos dados censitários, uma vez que estes só registram os trabalhadores recrutados diretamente pelos proprietários, ficando excluída parte importante do segmento da força de trabalho volante, os quais são contatados por intermediários (33). Portanto, esses números referentes ao agregado nacional sintetizam as situações regionais diferenciadas de assalariamento.

Outra característica importante a ser analisada que, de 1970 a 1980, no agregado nacional, a participação dos assalariados no total de indivíduos ocupados na agricultura elevou-se de 15% para 23,3%, e registrou-se, nos cinco anos seguintes, um ligeiro decréscimo, passando os assalariados a constituir, em 1985, 21,5% do contingente ocupado na agropecuária. A nível regional, cabe ressaltar que no Sul e no Centro-Oeste, embora em ritmo mais fraco, continuou a crescer o percentual de assalariados no total da mão-de-obra no campo. Tendo sido essas regiões as que mais sofreram alterações na estrutura das relações de trabalho e que foram mais intensas na participação assalariada.

A região Centro-Oeste, em 1985, contava com quase 1/3 de assalariados no total da mão-de-obra, percentual só ultrapassado pelo da Região Sudeste, a de agropecuária mais atingida pelo avanço do processo de capitalização. Em Goiás estes números estão em cadeia ascendente de 19,4%, em 1970; para 26,1%, em 1975; para 32,3%, em 1980; e uma pequena queda para 31,3%, em 1985 (tabela 19).

Esta redução da participação dos assalariados ou o mais lento crescimento dessa participação no total da mão-de-obra, no início dos anos 80, não deve, ainda, ser interpretados como tendências na medida que, como verificado, não houve retracção expressiva no número absoluto de assalariados, ficando o fenômeno restrito a algumas regiões. Por outro lado, os primeiros anos da década de 1980 foram caracterizados pelo fraco vigor da economia e pela desaceleração do ritmo de expansão de atividades, em confronto com os anos 70, de acelerado crescimento dos setores produtivos. Caracterizando o início do esgotamento de um ciclo de transformações comandadas pela profunda mudança técnica-produtiva ocorrida no campo, entre as quais se situou a alteração da mão-de-obra na agropecuária.

A alteração estrutural da mão-de-obra com a forte ampliação de assalariados no total da força de trabalho colocou em foco a problemática da formação desse segmento e de suas condições de existência.

Nesse sentido, importa referir que grande parte do contingente de assalariados formou-se a partir da expropriação de produtores os quais, dado o precário acesso à terra, foram fácil e rapidamente excluídos de sua condição anterior, com o avanço das forças agrárias modernas. Por outro lado, a importância que o segmento de trabalhadores temporários vem representando, nas áreas de agropecuária consolidada ou naquelas de estruturação recente, traz à evidência uma questão social grave, qual seja a de que esse segmento se vê, frequentemente, privado das garantias mínimas previstas na legislação trabalhista, dadas as frágeis condições de sua inserção no mercado de trabalho (35).

Pelos dados do INCRA a análise da composição da força de trabalho nos imóveis rurais tem, como corte principal, a utilização ou não de assalariados permanentes no processo produtivo. Este é o corte que os dados do INCRA trazem à luz como referencial e indicador de um processo de produção capitalista nos imóveis.

No entanto, há outras limitações a considerar: o que aparece nas estatísticas como "trabalhador assalariado permanente" pode designar quer relação de livre compra e venda da força de trabalho, quer, e possivelmente em grande medida, variadas formas de submissão do trabalho ao capital os quais não implicam na expropriação completa do trabalhador (36).

Por outro lado, deve-se ter em mente que, dado o grau de desenvolvimento das forças produtivas que algumas regiões do Brasil atingiram, o imóvel pode não ter assalariados permanentes e utilizar unicamente os temporários, num processo de produção capitalista. E, também, nos imóveis sem assalariados permanentes, podem estar incluídas quer as pequenas propriedades de caráter camponês (onde a família representa a unidade básica de produção), quer grandes unidades inexploradas ou exploradas predominantemente por pequenos arrendatários ou parceiros (37) (38).

A análise que se segue, refere-se à composição da mão-de-obra ocupada na agropecuária, considerando tanto a área total da propriedade, quanto o valor da produção. Os dados do recadastramento (1972) e as estatísticas cadastrais de 1978 e 1986 informam a mão-de-obra ocupada no imóvel quanto aos seguintes itens (analizados anteriormente na sua individualidade): dependentes do declarante (proprietário ou posseiro), assalariados permanentes, máximo de assalariados temporários na época de maiores serviços, parceiros e arrendatários. Isso traz outros problemas para a análise da composição da mão-de-obra, que merecem ser melhor discriminados.

Em primeiro lugar, os dados não informam o sexo e/ou idade (39), o que impossibilita a redução a uma unidade qualquer de força de trabalho.

Em outras palavras, está se considerando como iguais o trabalho de menores (40) (crianças e adolescentes) e maiores, homens e mulheres. A rigor, nas atividades agrárias, encontram-se dificuldades para avaliar essas diferenças. Sabe-se, por exemplo, que em determinadas circunstâncias, o trabalho de menores e mulheres é mais eficiente que o de homens adultos. Porém, os salários são menores. Tal constatação foi feita na colheita do algodão e das frutas de mesa. Todavia, o fato de se considerar igual o trabalho de pessoas ocupadas leva a superestimar a participação relativa da mão-de-obra familiar no processo produtivo, o que, entretanto, não invalida as tendências apontadas.

Em segundo lugar, os dados do INCRA não trazem nenhuma informação sobre o tempo em que está ocupado o número máximo de assalariados temporários (mesmo fato ocorre com os dados do IBGE). Para contornar essa dificuldade, considerou-se que o imóvel tem dois momentos extremos, distintos quanto ao emprego de mão-de-obra: entre-safra e o "pico" (41).

Assim, de acordo com o recadastramento de 1972, aparecem índices, mínimo e máximo, de mão-de-obra para cada tipo de trabalhador, exceto para os assalariados temporários, que só existe um máximo, em função das informações originais (42).

Dever-se, também, ressaltar que o fato de incluir os dependentes do declarante (proprietário legal, arrendatário, parceiro) como parte da mão-de-obra permanente do imóvel contribui para superestimar a participação da família no momento de menores serviços. Finalmente, os dados foram ajustados de modo a incluir, na mão-de-obra, o declarante que reside no imóvel e dirige a exploração e os dependentes de parceiros e arrendatários que trabalham (43).

Dentro dessa base de raciocínio, podemos observar, para o Brasil como um todo, em 1972 (tabela 22), à medida que se passa dos menores estratos de área para os maiores, cresce a utilização de assalariados permanentes. Com as ressalvas feitas anteriormente em torno da ambiguidade de que se reveste a categoria "trabalhador permanente" nas estatísticas, tende-se a concluir que nas unidades onde o processo de produção tem características mais marcadamente capitalistas, uma localização nos estratos de área médios e maiores. Por outro lado, é provável nesse tipo de imóveis a concentração de criação de gado e pastagens. Como se verifica, essa atividade emprega, predominantemente, assalariados permanentes, comparativamente às atividades de cultura e de extração vegetal e/ou florestal (44).

O quadro mostra (1972) a grande importância que o trabalho temporário assume na agricultura brasileira. A participação relativa dos assalariados temporários na mão-de-obra total aumenta à medida que cresce a área média dos imóveis, tendendo a se estabilizar a partir dos imóveis com mais de 100 ha. Nestas propriedades, eles representam mais da metade da mão-de-obra utilizada nos "picos" de serviços, ou seja, o dobro do total da mão-de-obra permanente das propriedades. Esse fato indica dois fenômenos: de um lado, nos imóveis em que provavelmente ocorre a produção camponesa, o trabalho assalariado temporário é apenas um complemento do trabalho familiar, este representando o contingente mais importante do processo produtivo; já nos imóveis de maior valor de produção e nos situados em estratos de área intermediários, o assalariado temporário assume maior importância, constituindo fração significativa da mão-de-obra utilizada. Isso mostra, antes de mais nada, a grande dependência que esses imóveis têm de assalariados temporários, ao contrário do que acontece na pequena produção (45).

Ainda (tabela 22) observa-se a pequena participação do arrendatário e seus dependentes no total da mão-de-obra ocupada. Apesar disso, nos maiores estratos de área (acima de 2.000 ha) a participação dos arrendatários chega a 10% da mão-de-obra permanente e 5% da mão-de-obra total no "pico" da demanda.

Já a participação dos parceiros é bem superior à do arrendatário e, inclusive, ultrapassa a dos assalariados permanentes. Ao contrário da mão-de-obra familiar do proprietário ou posseiro, que diminui de importância quando se passa dos menores para os maiores imóveis. A participação dos parceiros e seus dependentes aumenta com o tamanho da propriedade, alcançando seu ápice nos imóveis acima de 200 ha, justamente onde o declínio da participação da mão-de-obra familiar é mais sensível. Pode-se analisar, portanto, que os parceiros substituem o assalariado permanente nos grandes imóveis, com a vantagem de incorporar o trabalho gratuito dos membros de sua família (46).

Em média, no Brasil, em 1972, a participação do assalariado permanente já era bem menor que a do assalariado temporário (considerando os momentos hipotéticos de auge na utilização da mão-de-obra).

Nesse sentido analisando, em Goiás, no ano de 1972 (tabela 22 e 23), a participação dos assalariados temporários, verifica-se que, mesmo nos menores imóveis (exceto aqueles entre 0.5 a 2 ha), eles representam mais da metade da mão-de-obra ocupada no "Pico" da demanda. A partir dos 100 ha a participação, na maior parte dos estratos, é superior a dois terços (2/3) dela. Quando se considera a proporção de assalariados temporários em relação à mão-de-obra permanente no imóvel, desde os 5 ha já é maior e, acima de 5.000 é o triplo.

3.4.3. PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E SALÁRIOS

Nesta parte, buscaremos identificar algumas associações entre produtividade do trabalho, a intensidade de emprego e a produtividade da terra na agropecuária e a contraprestação nos salários dos trabalhadores (47).

Os dados (tabelas 24 e 25) relativos à produtividade dos fatores trabalho e terra na agropecuária brasileira assim se apresentam. No primeiro a relação área-homem (medida pela população ocupada em relação à área explorada), a produtividade do trabalho (medida pela renda bruta da agricultura em relação à população ocupada) e a produtividade da terra (medida pela renda bruta em relação à área explorada) para o ano de 1972. O quadro seguinte fornece informações semelhantes, considerando, entretanto, o produto interno bruto (PIB) da agropecuária ao invés da renda bruta, para os anos de 1960, 1970 e 1975.

Em ilustrações dos mesmos dados são apresentadas (figuras 1 e 2) pontificações nos quais cada ponto associa a produtividade do trabalho - medida no eixo vertical - à produtividade da terra - medida no eixo horizontal - para cada região.

Referindo-se às figuras apresentadas, nota-se um certo padrão regional de relação de produtividades. Observa-se que, nas regiões Norte e Centro-Oeste, há uma alta proporção área-homem, proporção esta que decresce à medida que se passa para o Sudeste, o Sul e finalmente, o Nordeste.

Considerando-se as diversas unidades da Federação, no que se refere ao emprego relativo de fatores diversos, observa-se, em Mato Grosso e Goiás, altas proporções área-homem. Este fato faz com que a produtividade do trabalho seja altamente influenciada pela produtividade da terra. Dessa forma, uma modesta diferença na produtividade da terra pode causar grande diferença na produtividade do trabalho (48).

Um aspecto interessante evidenciado pelos dados, é que, ao longo dos quinze anos considerados, pouco alterou-se a relação global terra-homem. Portanto, os ganhos de produtividade do trabalho associaram-se mais ao aumento da produtividade da terra. É importante lembrar que esta última, no presente contexto, depende de fatores diversos (por exemplo: intensidade de exploração, emprego de insumos modernos, etc.). Não se tratando, pois, de mera ocupação física da terra (grau de ocupação e uso). Sendo na região Sul e Centro-Oeste a redução na relação área-homem contrabalanceada, em parte, com o efeito do crescimento da produtividade da terra (tabela 26).

Entre regiões, o efeito da mudança área-homem sobre a produtividade do trabalho é substancial. Ao longo dos quinze anos, as variações de produtividade do trabalho entre regiões são explicadas em grande medida pelas variações na proporção área-homem. Como resultado dessas alterações na produtividade do trabalho em cada região no período analisado, notar-se que todas as regiões (tabela 27), exceto o Nordeste, tornaram-se relativamente menos produtivas com respeito à macrodécora que o Sudeste.

Portanto, deve-se verificar em que medida os salários no campo associam-se às variações na produtividade média do trabalho. Verificou-se, a propósito, que algo entre 39% a 45% (49) das variações nos salários eram explicadas por variações na produtividade média, exceto para a categoria de tratorista (tabela 28).

A análise que conduziu a esses resultados tratou de uma comparação de salários e produtividade entre unidades da Federação para o ano de 1972. Trata-se de um resultado importante. Pois não se deve ignorar a influência de fatores aleatórios em dados desse tipo. Além disso, é interessante observar que a pequena associação entre salário do tratorista e a produtividade do trabalho talvez se deva à aparente relação de substituição entre essa categoria e as demais. Ou seja, um aumento na oferta de tratorista tende a diminuir seus salários, mas aumenta a produtividade dos demais trabalhadores (50).

Gostaríamos de trazer que nessa parte do trabalho e no trabalho como um todo não analisamos a produtividade da terra, apesar da sua importância para explicar a produtividade do trabalho. Ou seja estamos analisando a evolução dos salários no campo em Goiás, sob a ótica dessas limitações, resguardando as seguintes observações.

Em primeiro lugar, a parcela da força de trabalho que no campo recebe salários ainda não é a grande maioria. Em segundo lugar, salienta-se o fato de que a composição da força de trabalho no campo ser significativamente não estática. Ocorrendo contínuas transferências de categorias, com assalariados não qualificados representando o limite inferior da escala socioeconómica. Sendo possível que o salário dessa categoria represente o limite inferior ou o custo da oportunidade das demais categorias não assalariadas (51).

A evolução dos salários dos trabalhadores rurais nas grandes regiões do país oferece um quadro semelhante àquele verificado para o Brasil como um todo. Para todas as regiões onde existem dados disponíveis, os salários reais estiveram estagnados ou declinantes no período 1966/70, exceto na Região Centro-Oeste. Nesta a demanda por trabalhadores iniciou-se com impeto a partir de 1966, refletindo um crescimento contínuo nos salários (tabelas 29 a 37 e figura 3).

No período que se estende de 1970 a 1976 para a Região Centro-Oeste (inclusive Goiás) e de 1970 a 1978 para as demais regiões, os salários reais crescem continuamente. Os salários dos administradores mantêm-se crescendo à taxas mais elevadas relativamente a outras categorias de trabalhadores (tabelas 33 e 38, figura 3).

No final da década de 1970 os salários reais de quase todas as categorias de trabalhadores começam a declinar. As únicas exceções referem-se à região Centro-Oeste, onde os salários de administradores se estagnam e de capatazes que ainda sustentam uma leve tendência ascendente, fenômeno marcante também em Goiás (tabelas 33 e 38).

É interessante observar outras mudanças nos salários relativos das categorias analisadas. Na região Centro-Oeste os salários de tratoristas só começam a tornar-se inferiores aos dos capatazes, a partir de 1977. Os salários do trabalhador eventual (temporário) têm sido superiores aos salários do trabalhador permanente, sendo que a distância salarial entre essas categorias tem crescido substancialmente. E, desde 1970 os salários de trabalhadores eventuais têm sido superiores aos salários de trabalhadores permanentes em todas grandes regiões do país, também, manifestando-se em Goiás (tabelas 32, 34 e 38).

Na análise anterior, envolvendo os salários do trabalhador eventual, uma ressalva precisa ser feita. O salário do trabalhador eventual reflete o rendimento mensal máximo que um trabalhador dessa categoria pode obter (25 diárias por mês). Como a oferta de trabalho para o trabalhador eventual sofre oscilações durante o ano, dada a sazonalidade da produção agrícola ("picos"), é de se esperar que o trabalhador eventual não consiga manter a média mensal de 25 dias de trabalho. Portanto, deve-se resguardar esta limitação ao comparar-se os salários do trabalhador eventual com os salários das outras categorias.

Quanto às mudanças nos salários relativos de algumas categorias de trabalhadores rurais, tais alterações poderiam estar refletindo uma refuncionalidade que se origina de modificações nas produtividades marginais relativas (um fenômeno típico de demanda) ou uma escassez de mão-de-obra na categoria, cujo salário aumentou relativamente, um fenômeno de oferta (52).

Aquele crescimento observado dos salários rurais na fase pós-1970 coincide com o período de "boom" do mercado externo de produtos agropecuários. Todavia, outros elementos contribuíram para as alterações dos salários no campo. Ou seja, o mercado de trabalho no campo está integrado ao mercado de trabalho mais amplo. Esta tese desenvolvida por vários autores (53), relaciona as atividades agropecuárias e o setor urbano-industrial, sendo mais manifesta, nas regiões onde o processo de transformação foi mais profundo.

Na análise do Estado de Goiás e na evolução dos salários desagregados obtém-se algumas informações importantes (tabela 38), confirmando o padrão discutido anteriormente para o Brasil e a região Centro-Oeste.

De modo geral, no período 1966/70, as taxas de crescimento dos salários foram negativas, com algumas exceções (Alagoas, Sergipe e Minas Gerais). Possivelmente, marcadas por ajustamentos inter-regionais de mercado.

No período 1970/80, as taxas de crescimento dos salários foram positivas para todas as categorias e Estados e substancialmente altas em alguns casos. As taxas de crescimento para administradores foram maiores em Goiás (12%), seguindo os Estados de Espírito Santo (8%), Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso (7%). Também em Goiás foram maiores as taxas de crescimento dos salários de capatazes (9% ao ano). Em seguida os Estados do Maranhão e Pernambuco (7% ao ano). As taxas de crescimento dos salários para tratoristas foram relativamente baixas em todos os Estados, havendo uma única exceção, no estado de Alagoas. As taxas de crescimento dos salários para trabalhadores eventuais e permanentes foram, em geral, mais altas que para as demais categorias. Porém, são os Estados do Nordeste que apresentam taxas maiores de aumentos dos salários para as categorias de eventuais e permanentes (54).

Pelas evidências apresentadas, o mercado de trabalho tende a uma integração global na economia (55). E, sendo os salários o componente principal da renda das categorias de trabalhadores analisadas, colocaremos outra variável, a distribuição de renda.

Quando se compara a distribuição dos salários entre Estados e por categoria o salário de administrador cresceu, proporcionalmente, mais que o salário do permanente (tabela 39). Pode-se dizer que, no período em análise, houve um incremento no prêmio à qualificação. Tal incremento ocorreu principalmente nas regiões de fronteira agrícola (regiões Norte e Centro-Oeste) e na região Sul; sendo Goiás, após os Estado de Roraima, com os maiores índices de crescimento (tabela 39).

Por outro lado, a relação entre os salários de tratoristas e de trabalhadores permanentes em Goiás é uma das piores do país, perdendo, apenas, para os Estados de Roraima, Paraná e Santa Catarina, no período em análise (tabela 40) (56).

Nesta análise (histogramas 1 e 2), revela-se a ocorrência de aumento da dispersão salarial entre administrador e trabalhador permanente, quando se compararam todos os Estados. Em Goiás, a diferença salarial entre administrador, foi bastante acentuada, sendo de 1.80 entre 1966/70, para 3.00 entre 1970/80. Entre tratorista e trabalhador permanente a diferença é menor no período de 1.80 para 1.60 (histogramas 3 e 4).

E, por último, gostaríamos de registrar uma tendência importante em relação à participação de mulheres no processo produtivo agrário e o seu grau de inserção (57). Podemos observar (tabela 41) que o crescimento da participação do trabalho das mulheres foi significativo no Brasil até 1975 (duas vezes o crescimento total e quatro vezes maior que o do trabalho dos homens). E em Goiás (mais de duas vezes do total) e quase quatro vezes o de homens).

No mesmo sentido o trabalho por categoria até 1975, ocorreu contínuo crescimento do trabalho do sexo feminino em Goiás (tabela 42).

Sendo estas as análises fundamentais do trabalho pesquisado e desenvolvida, passemos às conclusões.

NOTAS DE REFERENCIAS - 3.4.

01. ANDRADE, Manuel Correia de. O Processo de Modernização. ANAIS DE HISTÓRIA. SP. ASSIS. Vol.7, 1975.
02. A respeito é interessante ler Caio Prado Júnior, em A Revolução brasileira, ed. Brasiliense, SP, 1986; M. Vinhas, em Problemas Agrários: camponeses do Brasil. Civ. Brasileira, RJ, 1978; Francisco Oliveira
03. FLEURY, Maria Tereza Leme. A organização do trabalho na lavoura algodoeira paulista. SP, FFLCH/USP, 1974.
04. SILVA, José Gomes da (e outros). A mão-de-obra volante na agricultura. CNPq/UNESP/POLIS, SP, 1982
05. MESQUITA, Olíndina Viana e SILVA, Solange Teitzmann. CADERNOS DE GEOCIÉNCIAS. A agricultura brasileira em grandes números: 1970-1985. FIBGE, especial, setembro/1990, pág. 68.
06. -----
Ob. cit. pág. 69.
07. A parceria se confunde em suas várias formas: meia, terça, quarta e outras denominações regionais.

88. Decreto 59.566/66, art. 42: " Parceria rural é o contrato pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico do imóvel rural, de partes ou partes do mesmo, incluindo, ou não benfeitorias, outros bens ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extractiva vegetal ou mista; e ou lhe entrega de animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha de riscos do caso fortuito e da força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei (combinado com o artigo 96, VI, do Estatuto da Terra)".

Art. 39: "Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidade, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extractiva ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da lei".

89. INCRA. Informativo técnico nº 2, 1975, págs. 15 e 16.

10. SILVA, José F. Graziano da (coord.). ESTRUTURA AGRÁRIA E PRODUÇÃO DE SUBSISTÊNCIA NA AGRICULTURA BRASILEIRA (SUL E CENTRO-OESTE). FCOMBB/CONTAG, 1977. BOTUCATU/SP, pág. 73.
11. -----, Ob. cit.
pág. 73.
12. -----, Ob. cit.
pág. 73.
13. -----, Ob. cit.
pág. 73.
14. Minifúndia é "o imóvel de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar (ET art. 42, II)".
15. SILVA, José F. Graziano (coord.), Ob. cit. pág. 75.
16. LOUREIRO, Maria Rita G., PARCERIA E CAPITALISMO, Zahar, RJ, 1977.
17. Divisão dos frutos da Produção e as vantagens de Parceiro-autorgante (art. 35 do decreto 59.566/66):
I - 10% quando concorrer apenas com a terra nua;
II - 20% quando concorrer com a terra preparada e moradia;
III - 30% caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias;

IV - 50% caso concorra com a terra preparada, e o conjunto básico de benfeitorias, e mais o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas, para atender aos tratos culturais, bem como as sementes e animais de tração e, no caso de Parceria Pecuária, com animais de cria em proporção superior a 50% do número total de cabeças objeto de parceria;

—
V - 75%, nas zonas de pecuária ultra-extensiva, em que, forem os animais de cria em proporção superior a 25% do rebanho onde se adotem a meação do leite e a comissão mínima de 5% por animal vendido".

18. SILVA, José F. Graziano da (coord.). Ob. cit. pág. 71.

19. SENADO FEDERAL. Em defesa da agropecuária de Goiás: Por um modelo agrícola moderno e adequado. BOLETIM INFORMATIVO DO GABINETE DO SENADOR HENRIQUE SANTILLO. Temas especiais nº 09.

20. _____. Ob. cit.

21. BRANDÃO, Carlos e RAMALHO, José R.. CAMPESINATO GOIANO: TRÊS ESTUDOS. Ed. UFG, 1986, Goiânia-Go.

22. _____. SOCIEDADES RURAIS DO MATO GROSSO GOIANO. Diolândia. Dois estudos sobre a produção e organização social. Goiânia, 1975, mimeo.

23. No mesmo sentido Willens Emílio. Itaipava. Uma Vila Brasileira: tradição e transição. Difusão Européia do Livro, 1961, SP.
24. FUKUI, Lia Freitas Garcia. Relações de Pais e filhos entre sitiantes tradicionais brasileiros. Revista do Inst. de Estudos Brasileiros. 1973, vol. 14.
25. Art. 8º do ET: "Para fins de transmissão, a qualquer título,... nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado ou dividido em área de tamanho inferior à do módulo calculado para o imóvel ou fração mínima de parcelamento...".
26. NOGUEIRA, Oracy. Família e Comunidade. Inep, 1962, RJ
27. Citados por BRANDÃO e RAMALHO. The structure of peasant family. American anthrop., 1971.
28. Citado por _____. Clan and Kinship in Argentina, S.H.T.
29. MESQUITA, Olindina Viana e SILVA, Solange Tietzmann. Ob. cit. pág. 100.
30. IBGE. Geografia do Brasil. Vol. 1, Região Centro-Oeste, RJ, 1989, Págs. 162e 163.
31. _____. Ob. cit. pág. 163.

32. Ler Mário Aldghieri, Jásimos: uma vida no conflito social do bico do Papagaio, 1992, UFG/mestrado, mimeo; e Liliane Paricia Lemes Sepúlveda Pereira, Os conflitos de terra na região do Bico do Papagaio-tocantis - década de 1980, UFG, 1991, mimeo.
33. MESQUITA, Olimdina Viana e SILVA, Solange Tietzmann.
Ob. cit.pág. 74.
34. _____
Ob. cit. pág. 75.
35. _____
Ob. cit. pág. 75.
36. MARTINS, José de Souza, Expropriação e Violência.
Hucitec, SP, 1982.
37. SILVA, José F. Graziano da (coord.). Ob. cit.
(Brasil). Págs. 77 e 78.
38. SILVA, José Gomes (e outros). Ob. cit.
39. SILVA, José F. Graziano (coord.). Ob. cit. pág. 78.
40. Entendo menores como sendo crianças e adolescentes.
41. SILVA, José F. Graziano (coord.). Ob. cit. pág. 79.

42. INCRA, ob. cit.
43. SILVA, José F. Graziano (coord.). Ob. cit. pág. 80.
44. Atividades de exploração. Art. 14 e incisos do Decreto 55.891, de 31.03.65.
45. SILVA, José F. Graziano (coord.). Ob. cit. pág. 82.
46. -----, Ob. cit. pág. 83.
47. A respeito é interessante ler, IPEH: classificação da mão-de-obra do setor primário, Brasília, 1977; Lauro E. Fontes, Produtividade. Fund. Odebrecht, BA, 1983.
48. BARROS, Geraldo Santana de Camargo. Análise do Mercado de trabalho na agricultura. ESALQ, 1981.
49. -----, Ob. cit. pág. 123.
50. -----, Ob. cit. pág. 124.
51. -----, Ob. cit. pág. 76.
52. -----, Ob. cit. pág. 87.
53. QUASQUES, José G. Diagnóstico do Volante em São Paulo. Unesp/Polis. 1982.
54. BARROS, Geraldo Santana de Camargo. Ob. Cít. pág 90
55. Os fatores de mercado não podem ser nitidamente separados dos demais, uma vez que alterações nos preços relativos de fatores e produtos decorrem de mudanças estruturais ou políticas.
56. Fato este decorrente do incremento da uso do trator com maior intensidade em Goiás no período (cap. 3, ítem 3.3., pág. 83 e tabela 07,pág. 96).
57. Pela precariedade de dados pontuamos apenas a tendência de crescimento da participação da mulher no trabalho rural, pois, os dados são comuns de gênero.

TABELAS, GRÁFICOS E MAPAS - 3.4.

TABELA 01 - PESSOAS OCUPADAS NA AGROPECUARIA

	1970	1975	1980	1985
BRASIL	17.582.089	20.345.692	21.163.735	23.543.208
NORTE	934.024	1.412.647	1.781.611	2.255.741
NORDESTE	7.568.847	8.738.763	9.333.172	10.523.689
SUDESTE	3.959.463	4.145.513	4.312.211	4.775.582
SUL	4.191.785	4.831.843	4.391.811	4.493.488
CEN-OESTE	927.970	1.216.926	1.344.930	1.494.716
GOIAS	547.647	688.033	788.749	859.132

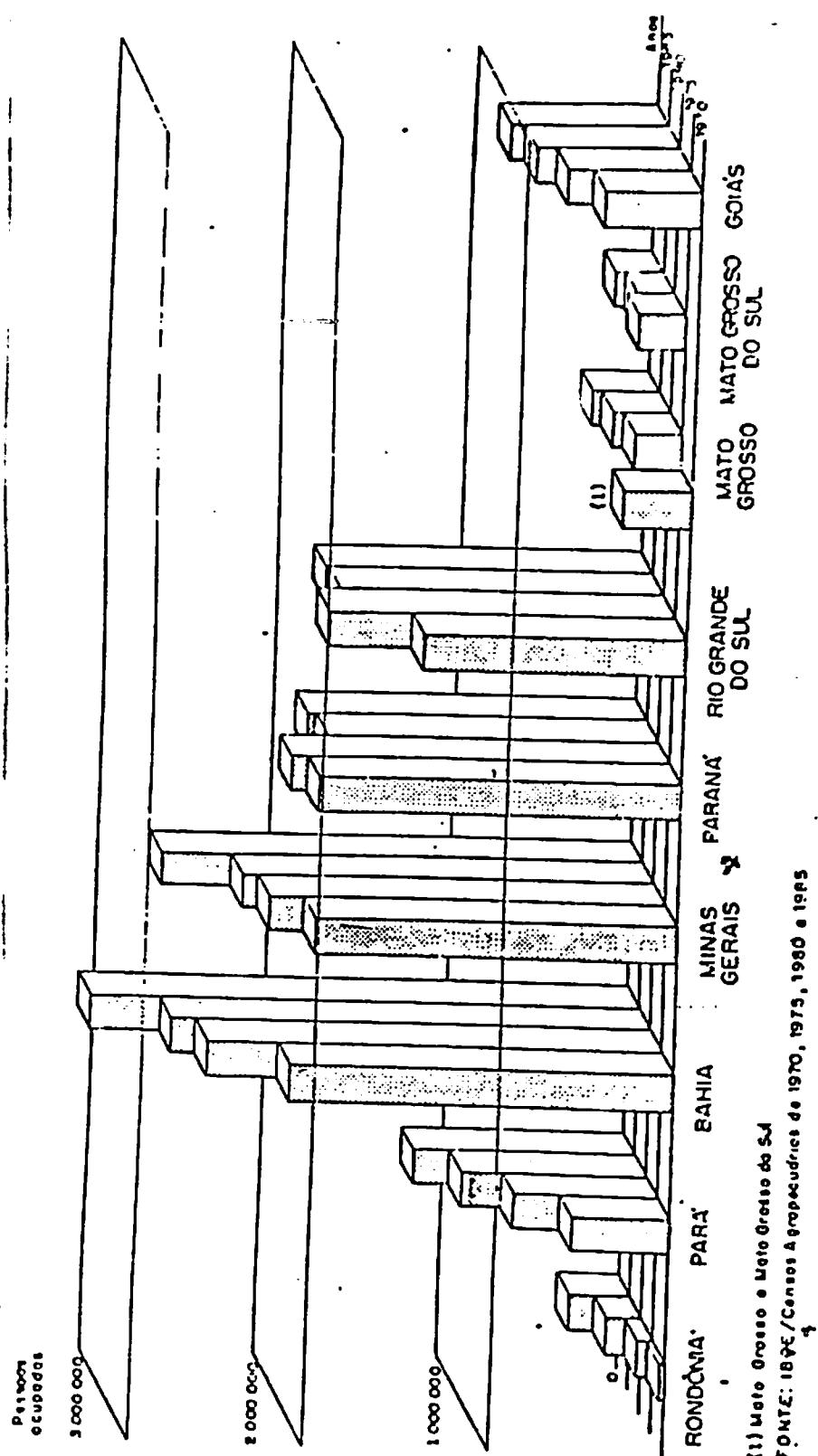
FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

TABELA 02 - VARIACAO ABSOLUTA DE PESSOAS OCUPADAS NA AGROPECUARIA

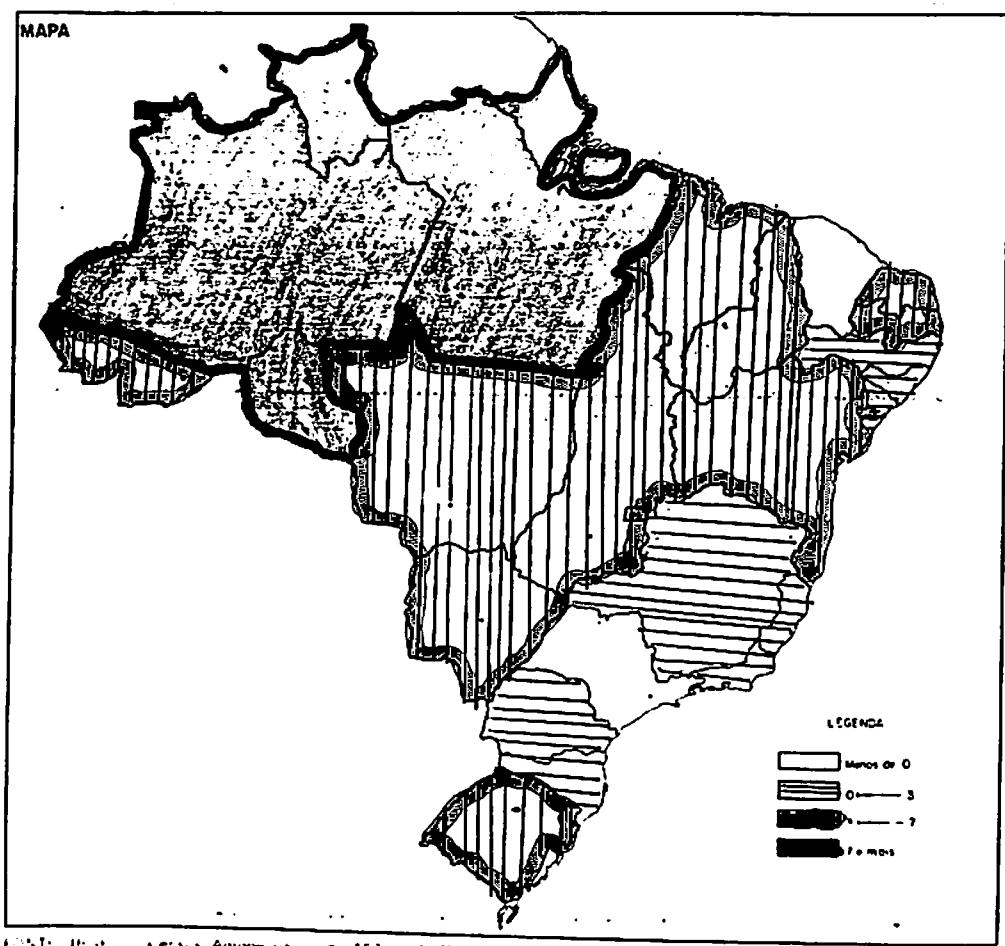
	1970/75	1975/80	1980/85
BRASIL	2.763.603	818.043	2.379.473
NORTE	478.623	368.964	474.130
NORDESTE	1.169.916	594.409	1.190.517
SUDESTE	186.050	166.698	463.371
SUL	640.058	-440.032	101.669
CEN-OESTE	288.956	128.004	149.786
GOIAS	140.386	92.716	78.383

FONTE: CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

GRAFICO 01 - EVOLUÇÃO DA MAO-DE-OBRA - 1970-1985

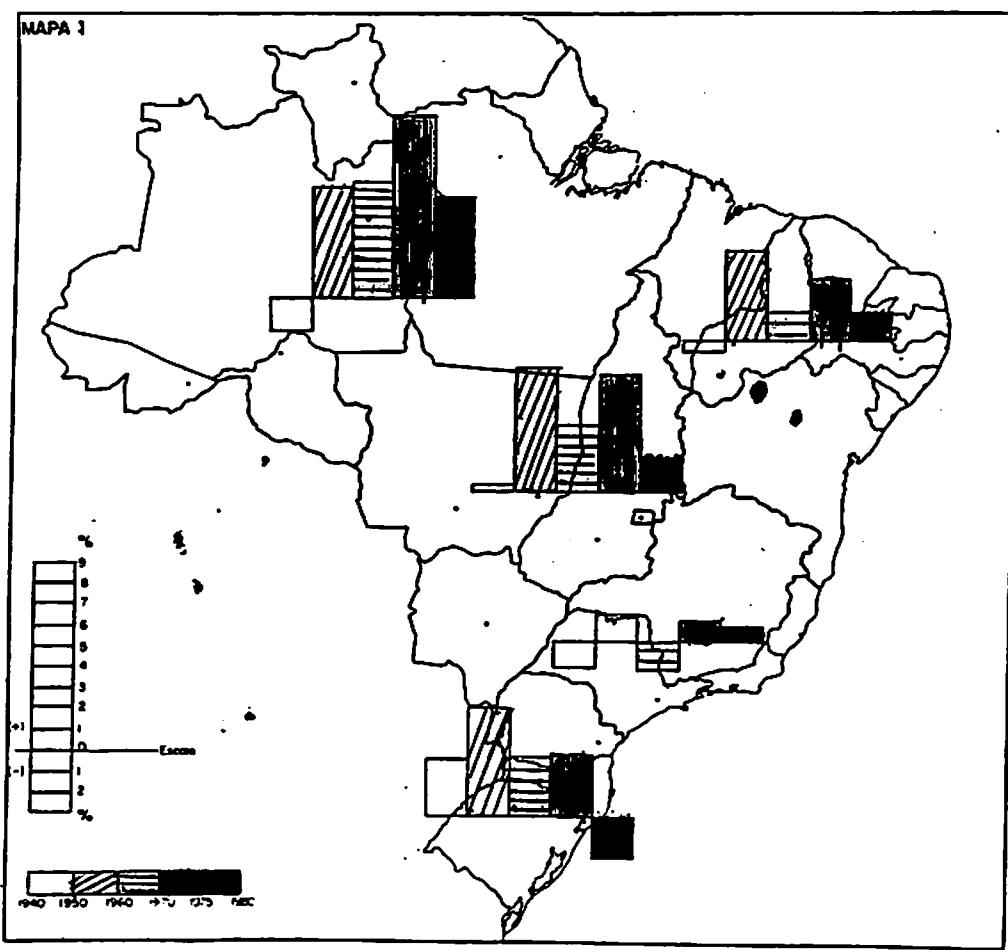


MAPA 01 - TAXA MÉDIA DE INCREMENTO ANUAL DO PESSOAL
OCUPADO - 1970/1975



FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1975

MAPA 02 - TAXA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL DO PESSOAL OCUPADO - 1940/1980



FONTE: IBGE - Censos Econômicos de 1940 e 1950, Censo Agrícola de 1960, Censos Agropecuários de 1970 e 1975
• Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980

TABELA 03 - DIFERENÇAS ENTRE O INCRA E O IBGE EM RELAÇÃO
AOS ARRENDATÁRIOS

	IBGE		INCRA	
	ARRENDATÁRIOS	Nº DE	AREA SOB	ARRENDAMENTO
	ESTABELE	AREA(HA)	ARRENDATÁRIOS	CIMENTOS
BRASIL	638.251	14.094.461	122.403	20.622.472
NORTE	34.195	3.474.451	1.458	1.593.911
NORDESTE	377.866	2.193.001	46.427	1.981.228
SUDESTE	88.254	2.965.356	43.874	11.350.811
SUL	116.541	3.383.724	32.676	3.173.726
C.-OEST	29.365	2.077.869	4.768	2.523.596

FONTE: IBGE-CENSO DE 1970 E INCRA-ESTATÍSTICAS CAD./1972

TABELA 04 - COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA - GOIÁS - 1972

ESTRATOS DE ÁREA	FAMÍLIA		ASSALARIADOS		ASSALARIADOS	
	TOTAL (HAB)	NO (1)	MINI- MAXI- MOK(2)	(1)	(2)	(1)
0,5 - 2	96,5	53,4	2,3	1,3	88,7	44,7
2 - 5	92,5	48,8	2,5	1,1	126,6	55,9
5 - 10	89,9	34,3	2,6	1,0	162,3	61,9
10 - 25	88,0	32,6	2,7	1,0	169,7	62,9
25 - 50	81,2	29,3	5,2	,9	177,1	63,9
50 - 100	74,7	26,7	5,6	2,0	188,4	64,3
100 - 200	69,4	23,5	8,3	2,8	194,7	66,1
200 - 500	66,3	21,8	12,7	4,6	177,2	63,9
500 - 1000	43,6	15,4	20,2	7,1	183,4	64,7
1000 - 2000	36,7	11,9	30,4	9,8	209,4	67,7
2000 - 5000	27,2	8,1	44,8	13,3	235,9	70,2
5000 - 10000	19,7	4,5	54,6	12,3	341,8	77,4
	PARCEIROS		ARENDAATARIOS			
0,5 - 2	0,4	0,2	0,8	0,4		
2 - 5	4,0	1,7	1,0	0,4		
5 - 10	5,7	2,2	1,9	0,7		
10 - 25	7,5	2,8	1,9	0,7		
25 - 50	12,1	4,4	1,6	0,6		
50 - 100	17,8	6,3	1,9	0,7		
100 - 200	19,8	6,7	2,5	0,8		
200 - 500	24,0	8,6	3,1	1,1		
500 - 1000	32,7	11,6	3,4	1,2		
1000 - 2000	28,8	9,3	4,0	1,3		
2000 - 5000	23,5	7,0	4,6	1,4	FONTE: INCRA	
5000 - 10000	16,3	3,7	9,5	2,2		1976

TABELA 05 - IMÓVEIS RURAIS COM ÁREAS DE PARCERIA - GOIAS

ESTRATOS DE ÁREA	IMÓVEIS COM PARCERIA (HA)			
	NÚMERO	ÁREA TOTAL	ÁREA/USO	ÁREA/PARCERIA
1 - 2	1	1,5	1,5	1,5
2 - 5	14	55,5	44,7	43,9
5 - 10	23	189,4	151,7	118,7
10 - 25	108	1.981,5	1.616,6	858,8
25 - 50	243	9.532,5	7.536,4	3.110,4
50 - 100	344	25.826,7	20.261,9	5.824,0
100 - 200	418	60.207,1	46.044,1	11.749,2
200 - 500	483	156.287,2	119.894,8	25.474,6
500 - 1000	205	145.853,8	102.915,9	27.770,9
1000 - 2000	127	175.802,9	117.170,5	40.772,6
2000 - 5000	98	296.795,4	191.329,6	62.359,6
5000 - 10000	17	120.179,3	82.444,4	16.201,8

NÚMEROS DE PARCEIROS

	TOTAL	CONT./ESCRITO	CONT./VERBAL
1 - 2	1	-	1
2 - 5	15	2	13
5 - 10	27	1	25
10 - 25	144	5	138
25 - 50	349	16	333
50 - 100	562	23	526
100 - 200	926	37	887
200 - 500	1.176	63	1.068
500 - 1000	564	59	504
1000 - 2000	345	47	298
2000 - 5000	294	102	186
5000 - 10000	69	12	47

FONTE: INCRA - ESTATÍSTICAS CADASTRAIS - 1978

TABELA 06 - DISTRIBUICAO DE PESSOAL OCUPADO - GOIAS

ESTRATOS DE AREA	TOTAL DE PES- SOAS OCUPADAS	ASSALARIADOS	
		PERMANENTES	TEMPORARIOS
1 - 2	1.269	48	200
2 - 5	6.463	206	1.390
5 - 10	11.785	295	2.931
10 - 25	45.609	1.321	14.258
25 - 50	77.121	2.938	27.157
50 - 100	106.048	6.366	40.277
100 - 200	125.691	10.271	52.356
200 - 500	158.112	19.020	66.813
500 - 1000	84.611	14.588	37.368
1000 - 2000	57.323	12.280	24.397
2000 - 5000	43.533	10.721	18.018
5000 - 10000	11.291	3.298	4.572
Nº / PARCEIROS		Nº / ARRENDATARIOS	
1 - 2	0	2	
2 - 5	18	24	
5 - 10	62	44	
10 - 25	409	272	
25 - 50	611	478	
50 - 100	1.051	763	
100 - 200	1.514	823	
200 - 500	2.122	1.396	
500 - 1000	1.319	894	
1000 - 2000	842	685	
2000 - 5000	656	735	
5000 - 10000	86	280	

FONTE: INCRA - CADASTRO DE IMÓVEIS RURAIS - 1987 (SNCR)

TABELA 07 - IMÓVEIS COM PARCERIA - GOIAS - 1972

ESTRATOS DE AREA(HA)	AREA/MÉDIA PARCERIA	AREA EXPLORADA	PARCEIROS POR/IMÓVEL	AREA/POR PARCEIRO
0,5 - 2	1,5	100,0	1,0	1,5
2 - 5	2,8	78,5	1,0	2,8
5 - 10	4,6	60,7	1,1	4,3
10 - 25	7,3	42,5	1,2	6,3
25 - 50	9,8	28,2	1,4	7,2
50 - 100	13,9	21,0	1,9	7,4
100 - 200	23,6	18,6	1,9	12,7
200 - 500	61,1	23,1	2,5	24,8
500 - 1000	165,5	31,3	3,1	52,8
1000 - 2000	386,6	38,8	2,8	141,6
2000 - 5000	792,7	40,9	2,4	326,8
5000 - 10000	2.044,3	46,5	3,2	635,1

TABELA 08 - IMÓVEIS COM ARRENDAMENTO - GOIAS - 1972

	AREA/MÉDIA EXPLORADA	ARRENDATÁRIOS	AREA/POR
0,5 - 2	1,1	100,0	1,0
2 - 5	2,9	101,1	1,0
5 - 10	7,8	96,5	1,0
10 - 25	13,2	79,8	1,1
25 - 50	22,9	68,3	1,1
50 - 100	37,6	60,9	1,1
100 - 200	62,3	51,4	1,3
200 - 500	117,9	45,3	1,7
500 - 1000	221,0	42,6	1,8
1000 - 2000	341,8	34,1	3,1
2000 - 5000	671,2	32,9	3,1
5000 - 10000	1.732,4	42,0	4,3

FONTE: INCRA - ESTATÍSTICAS CADASTRAIS/1 - 1974

TABELA 09 - IMÓVEIS RURAIS COM ARRENDAMENTO-GOIAS- 1978

ESTRATOS DE ÁREA	IMÓVEIS COM ARRENDAMENTO		Nº/ARRENDATÁRIOS	
	NÚMERO	ÁREA/ARRENDADA/ha	C/ CONTRATO SEM	C/ CONTRATO SEM
0,5 - 2	-	-	-	-
2 - 5	13	42,6	5	8
5 - 10	28	208,4	17	16
10 - 25	120	1.811,5	66	60
25 - 50	184	4.800,8	99	115
50 - 100	272	12.005,9	106	105
100 - 200	331	27.509,8	183	223
200 - 500	402	64.632,3	263	342
500 - 1000	180	47.924,4	182	174
1000 - 2000	129	65.917,1	158	116
2000 - 5000	104	109.640,6	114	120
5000 - 10000	29	83.166,6	52	43

FONTE: INCRA - ESTATÍSTICAS CADASTRAIS - 1978

TABELA 10 - NÃO-DE-OBRA NOS CONTRATOS DE PARCERIA - 1972

GOIAS	CONTRATOS C/ ASSALARIADOS PERMANENTES		CONTRATOS COM DEPENDENTES TRABALHANDO	
	% SOBRE O TOTAL ASSALARIADOS	MÉDIA DE	% SOBRE O TOTAL	MÉDIA DE
	3,2	2,9	78,7	3,9

FONTE: INCRA - INFORMATIVO TÉCNICO Nº 2 - 1975

0,5 - 2	41	152	1	-	
PERMANENTES TEMPORARIOS	PARCERIOS ARRENDA-TARIO				
ESTRATOS	ASSALARIADOS				
TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO - GOIAS - 1978					
0,5 - 2	41	152	1	-	
0,5 - 2	21	275			DEFENDENTES NO MIGUEL OUTROS NÃO ASSALARIADOS
2 - 5					
5 - 10		1.081			
10 - 25		1.873			
25 - 50		7.234			
50 - 100		15.001			
100 - 200		16.881			
200 - 500		16.868			
500 - 1.000		7.188			
1.000 - 2.000		5.857			
2.000 - 5.000		2.450			
5.000 - 10.000		1.160			
10.000 - 15.000		194			
15.000 - 20.000		3.899			
20.000 - 30.000		5.276			
30.000 - 50.000		1.561			

0,5 - 2	41	152	1	-	
PERMANENTES TEMPORARIOS	PARCERIOS ARRENDA-TARIO				
ESTRATOS	ASSALARIADOS				
TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO - GOIAS - 1978					
0,5 - 2	41	152	1	-	
PERMANENTES TEMPORARIOS	PARCERIOS ARRENDA-TARIO				
ESTRATOS	ASSALARIADOS				
TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO - GOIAS - 1978					
0,5 - 2	41	152	1	-	
0,5 - 2	21	275			DEFENDENTES NO MIGUEL OUTROS NÃO ASSALARIADOS
2 - 5					
5 - 10		1.081			
10 - 25		1.873			
25 - 50		7.234			
50 - 100		15.001			
100 - 200		16.881			
200 - 500		16.868			
500 - 1.000		7.188			
1.000 - 2.000		5.857			
2.000 - 5.000		2.450			
5.000 - 10.000		1.160			
10.000 - 15.000		194			
15.000 - 20.000		3.899			
20.000 - 30.000		5.276			
30.000 - 50.000		1.561			

TABELA 12 - ÁREA DAS LABOURAS/PRODUTO - GUARÁ

PERMANENTES

	1980	1985	1980	1985
	INFORMANTES ÁREAS (HA)	INFORMANTES ÁREAS (HA)	INFORMANTES ÁREAS (HA)	INFORMANTES ÁREAS (HA)
PROPRIETÁRIO	16.824	103.048	13.125	105.961
ARRENDADEIRO	315	9.657	337	1.373
PARCEIRO	1	756	714	1.770
Ocupante	1.932	6.323	2.124	5.651
Outra condição	-	-	44	360
Sem declaração	-	-	99	919

TEMPORÁRIAS

	1980	1985	1980	1985
	INFORMANTES ÁREAS (HA)	INFORMANTES ÁREAS (HA)	INFORMANTES ÁREAS (HA)	INFORMANTES ÁREAS (HA)
PROPRIETÁRIO	99.659	2.684.000	109.106	2.759.112
ARRENDADEIRO	6.469	227.418	10.513	444.418
PARCEIRO	3.568	49.200	6.637	92.692
Ocupante	17.654	143.669	17.518	168.796
Outra condição	-	-	361	13.325
Sem declaração	-	-	616	23.548

FONTE: INGE - CENSOS DE 1980 E 1985

TABELA 13 - PRODUTORES SEM TERRA

	1970	1975	1980	1985
BRASIL	1.829.158	1.793.920	1.769.268	2.112.226
NORTE	159.632	201.458	216.702	224.769
NORDESTE	954.570	1.026.574	1.006.721	1.250.608
SUDESTE	215.672	155.666	172.092	207.809
SUL	411.361	311.106	298.476	339.391
CEN-OESTE	81.923	99.116	75.275	89.648
GOIAS	34.101	46.427	31.003	40.555

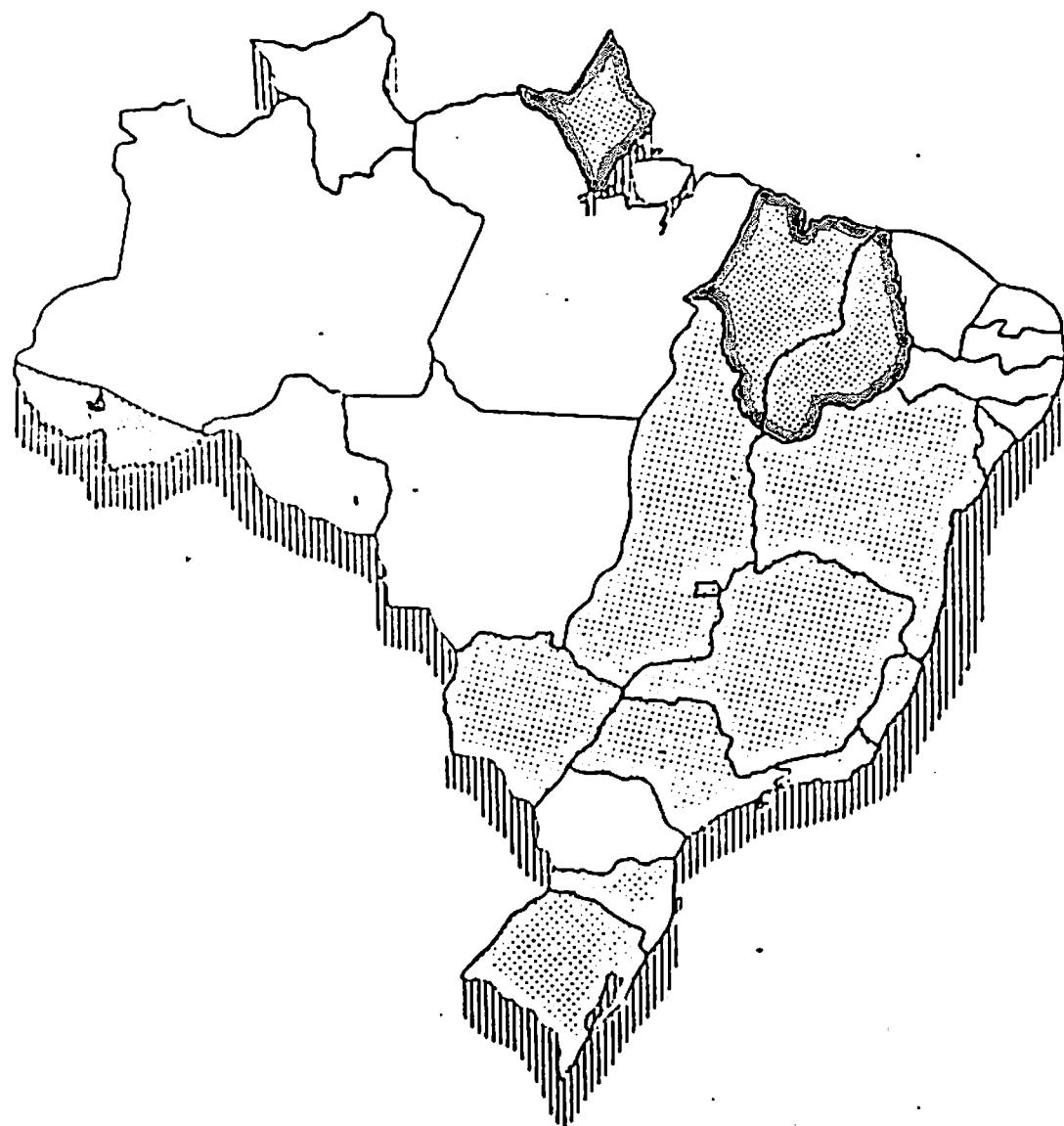
FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

TABELA 14 - PARTICIPACAO DOS PRODUTORES SEM TERRA NO TOTAL DE PRODUTORES

	1970	1975	1980	1985
BRASIL	37,1	35,9	34,3	36,2
NORTE	61,1	59,7	53,1	45,0
NORDESTE	43,3	43,7	41,1	44,4
SUDESTE	23,2	17,7	19,3	20,8
SUL	32,3	26,9	26,1	26,2
CEN-OESTE	34,7	36,8	28,1	28,4
GOIAS	23,5	26,3	20,2	22,6

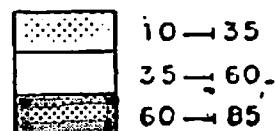
FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

MAPA 03 - BRASIL - PRODUTORES SEM TERRA



PERCENTAGEM DE PRODUTORES
NÃO PROPRIETÁRIOS NO NÚMERO
TOTAL DE PRODUTORES

ESCALA
0 320 640 960km



FONTE: IBGE / Censo Agropecuário - 1985

TABELA 15 - NÚMERO MÁXIMO DE TRABALHADORES TEMPORARIOS

	INCRA-1972	IBGE-1975
NORTE	142.063	63.123
NORDESTE	2.071.922	1.665.648
SUDESTE	2.757.158	775.684
SUL	1.134.289	445.797
CENTRO-OESTE	740.040	236.465
TOTAL	6.844.849	3.188.465

FONTE: INCRA - ESTATÍSTICAS CADASTRAIS/1 - 1972

• IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO DE 1975

TABELA 16 - TRABALHO ASSALARIADO NA AGRICULTURA

	1970	1975	1980	1985
BRASIL	2.643.708	3.249.962	4.938.534	5.058.444
NORTE	53.704	72.317	173.958	172.063
NORDESTE	941.548	1.048.197	1.984.998	1.851.575
SUDESTE	1.068.389	1.284.195	1.657.401	1.789.019
SUL	412.593	566.126	697.752	767.772
CEN-OESTE	167.482	279.127	424.433	478.015
GOIAS	106.514	179.363	252.484	268.631

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 1970/75/80/85

TABELA 17 - VARIACAO ABSOLUTA DE ASSALARIADOS

	1970/75	1975/80	1980/85
BRASIL	606.254	1.688.572	119.910
NORTE	18.613	101.641	-1.895
NORDESTE	106.657	936.763	-133.415
SUDESTE	235.806	373.206	131.618
SUL	153.533	131.626	70.020
CENT-ESTE	111.645	145.306	53.582
GOIAS	72.849	73.841	16.427
MS	110.385	196.341	129.576
BAHIA	113.663	194.328	102.149
SP	72.258	121.837	-6.614
PARANA	89.729	42.740	45.603
PERNAMBUCO	-46.759	172.763	-37.269

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

TABELA 18 - VARIACAO RELATIVA DE ASSALARIADOS

	1970/75	1975/80	1980/85
BRASIL	22,9	52,0	2,4
NORTE	34,7	140,5	-1,1
NORDESTE	11,3	89,4	-6,7
SUDESTE	20,2	29,1	7,9
SUL	37,2	23,2	10,0
CENT-ESTE	66,7	52,1	12,6
GOIAS	68,4	46,7	6,5
MT	64,4	139,9	31,3
MS	-	40,4	14,9
RONDÔNIA	221,5	400,7	61,6
PARA	23,2	133,6	-4,8

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

TABELA 19 - ASSALARIADOS NO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS (%)

	1970	1975	1980	1985
BRASIL	15,0	16,0	23,3	21,5
NORTE	5,7	5,1	9,8	7,6
NORDESTE	12,4	12,0	21,3	17,6
SUDESTE	27,0	31,0	38,4	37,5
SUL	9,8	11,7	15,9	17,1
CEN-DESTE	18,0	22,9	31,6	32,0
GOIAS	19,4	26,1	32,3	31,3

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

TABELA 20 - ASSALARIADO TEMPORARIO NA AGRICULTURA

	1970	1975	1980	1985
BRASIL	1.488.416	1.696.865	2.767.880	2.861.674
NORTE	34.803	47.501	109.054	108.029
NORDESTE	642.745	657.024	1.315.427	1.239.569
SUDESTE	520.558	563.834	798.822	860.611
SUL	199.077	278.334	357.707	434.831
CEN-DESTE	91.233	150.172	191.870	218.634
GOIAS	64.437	108.236	123.404	136.361

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

TABELA 21 - ASSALARIADOS TEMPORARIOS NO TOTAL DE

ASSALARIADOS NA AGRICULTURA

	1970	1975	1980	1985
BRASIL	56,3	52,2	56,0	56,6
NORTE	64,8	65,7	62,7	62,8
NORDESTE	68,3	62,7	66,3	66,9
SUDESTE	48,7	43,9	47,9	48,1
SUL	48,3	43,2	51,3	56,6
CEN-OESTE	54,5	53,8	45,2	45,7
GOIAS	66,5	60,3	48,9	50,9

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970/75/80/85

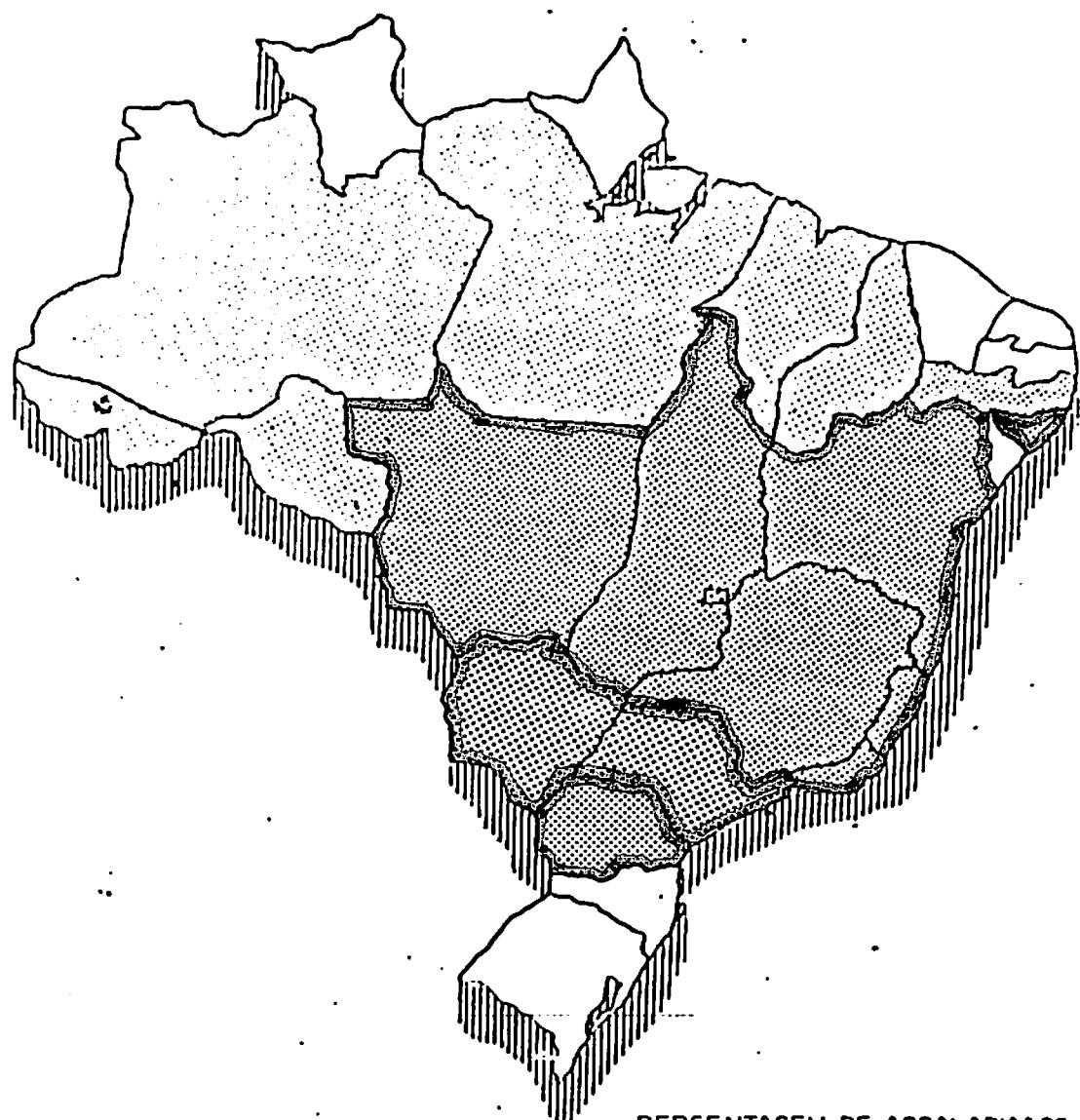
TABELA 22 - MAO-DE-OBRA NO BRASIL - 1972 - (%)

ESTRATOS FAMILIAR TEMPORA PERMANEN PARCEIRO ARRENDATÁ-

	RIA	TE	RIO	
0,5 - 2	95,8	26,0	1,1	1,8
2 - 5	92,9	31,4	1,6	3,8
5 - 10	89,6	33,5	1,9	6,5
10 - 25	83,2	35,0	2,6	11,9
25 - 50	75,0	42,3	4,5	17,1
50 - 100	62,4	50,7	8,6	23,8
100 - 200	48,8	55,7	14,9	30,1
200 - 500	33,8	55,8	24,7	34,3
500 - 1000	21,4	56,0	33,1	37,2
1000 - 2000	15,8	51,5	34,4	41,4
2000 - 5000	13,5	52,2	36,4	39,4
5000 - 10000	9,5	52,0	36,4	43,2

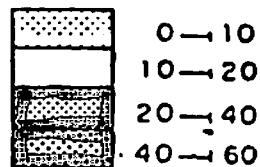
FONTE: ESTATÍSTICAS CADASTRAIS/2 - INCRA - 1976

MAPA 04 - BRASIL - TRABALHADORES ASSALARIADOS



PERCENTAGEM DE ASSALARIADOS
NO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS
NA AGRICULTURA

ESCALA
0 320 640 960 Km



FONTE: IBGE / Censo Agropecuário - 1985

TABELA 23 - COMPOSIÇÃO MÉDIA DA MÃO-DE-OBRA TOTAL
Ocupada - 1972

	FAMILIAR PERMANENTE TEMPORAL PARCEIROS ARRENDATÁRIOS			RÍOS	
	TES	RÍOS	RÍOS		
GOIAS	66,2	11,6	64,9	19,5	2,6

FONTE: INCRA - ESTATÍSTICAS CADASTRAIS 1/2 - 1976

TABELA 24 - DENSIDADE POPULACIONAL E PRODUTIVIDADE DA TERRA E DO TRABALHO - 1972

PESSOA OCUPADA	PRODUTIVIDADE		
	ÁREA EXPLORADA	DA TERRA	
		CR\$/HA	ORDEN
BRASIL	43-77	1.884,4	-
GOIAS	13-37	677,3	16
		35.151,6	2

FONTE: INCRA - ESTATÍSTICAS CADASTRAIS 1 E 2 - 1974/76

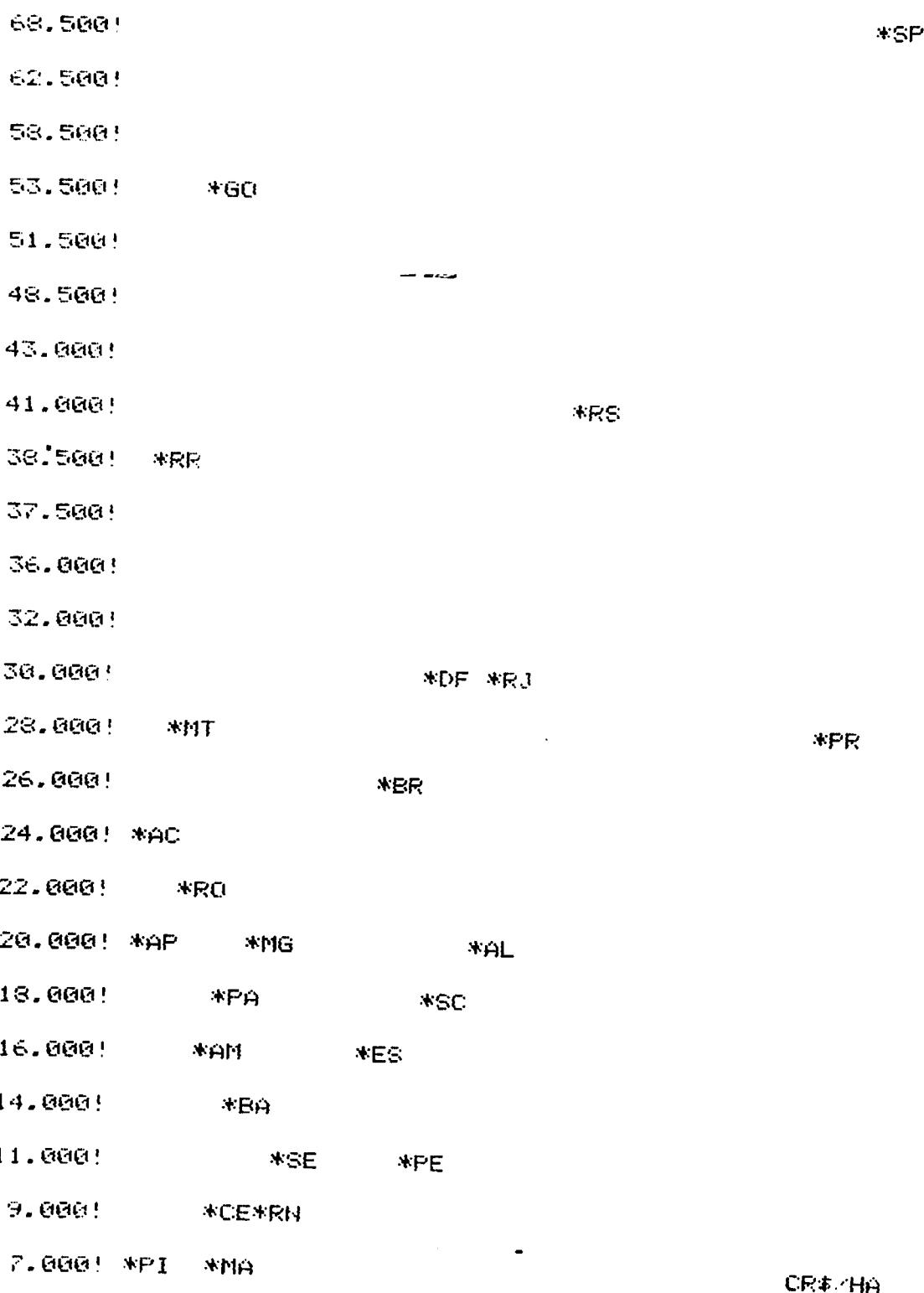
TABELA 25 - DENSIDADE POPULACIONAL E PRODUTIVIDADE DA TERRA E DO TRABALHO

	POP. OCUP. / ÁREA EXPL. (PES/1000HA)	PROD./TERRA (CR\$/HAB.)	PROD./TRABALHO (CR\$/PES)
1960			
BRASIL	74,80	1.568,24	20.968,16
NORTE	27,51	339,71	12.349,75
NORDESTE	145,50	1.598,05	10.983,95
SUDESTE	80,70	2.474,39	31.262,97
SUL	95,30	2.778,05	29.481,46
CENTRO-OESTE	12,90	288,41	22.448,36
1970			
BRASIL	71,50	1.721,46	24.078,30
NORTE	49,20	430,53	8.751,52
NORDESTE	138,30	1.702,74	12.313,70
SUDESTE	64,00	2.558,27	39.994,39
SUL	107,70	3.456,79	32.108,10
CENTRO-OESTE	13,00	407,66	31.384,99
1975			
BRASIL	76,60	2.052,86	27.159,33
NORTE	51,10	406,96	7.908,43
NORDESTE	150,80	2.462,68	16.331,37
SUDESTE	66,80	3.036,65	45.542,18
SUL	120,20	4.254,78	35.408,91
CENTRO-OESTE	15,10	452,72	29.949,17

FONTE: CENSO AGRÍCOLA (1960) E AGROPECUÁRIO (1970/75)

FIGURA 1 - RELAÇÃO ENTRE PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E
PRODUTIVIDADE DA TERRA - 1972

CR\$/PESSOA



0 50 100 1000 1500 2000 2500 3000 3500 4000 4500

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970

FIGURA 2 - RELAÇÃO ENTRE PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E
PRODUTIVIDADE DA TERRA - 1960, 1970 E 1975

CR\$/PESSOA

47.500!

45.000!

*SE-75

43.000!

38.500!

*SE-70

37.500!

36.000!

*S-75

32.000!

*S-70

30.000!

*SE-60

28.000!

26.000!

*BR-75

24.000!

*BR-70

22.000! *CO-70

20.000!

*BR-60

18.000!

16.000!

*NE-75

14.000!

11.000! *N-60

*NE-70

9.000!

*NE-60

7.000! *N-70

CR\$/HA

! *N-75

0 50 100 1000 1500 2000 2500 3000 3500 4000 4500

FONTE: CENSO AGRÍCOLA (1960) AGROPECUÁRIO (1970 E 1975)

TABELA 26 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA RELAÇÃO ÁREA/HOMEM - PRODUTIVIDADE DA TERRA E DO TRABALHO (1960/75 - %)

	ÁREA-HOMEM	PROD. TERRA	PROD. TRABALHO
BRASIL	0,13	1,58	1,72
NORTE	-3,90	1,20	-2,89
NORDESTE	0,18	2,49	2,68
SUDESTE	1,43	1,24	2,67
SUL	-0,97	2,31	1,34
CENTRO-OESTE	-1,05	1,58	1,72

FONTE: CENSO AGRÍCOLA (1960) AGROPECUÁRIO (1970/75)

TABELA 27 - RELAÇÃO ENTRE PRODUTIVIDADE DO TRABALHO PARA AS DIVERSAS REGIÕES E A REGIÃO SUDESTE - 1960-75

	1960	1970	1975
NORTE	0,39	0,22	0,17
NORDESTE	0,35	0,31	0,36
SUL	0,93	0,88	0,78
CENTRO-OESTE	0,72	0,78	0,66

FONTE: CENSO AGRÍCOLA (1960) AGROPECUÁRIO (1970/75)

TABELA 28 - ESTIMATIVAS DOS COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE SALÁRIOS AGRÍCOLAS E PROD. DO TRABALHO - BR-1972

CATEGORIA

ADMINISTRADOR	0,45
CAPATAZ	0,39
TRATORISTA	0,11
TRABALHADOR PERMANENTE	0,44
TRABALHADOR TEMPORÁRIO	0,44

FONTE: CENSO AGRÍCOLA (1960) E AGROPECUÁRIO (1970/75)

TABELA 29 - EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS AGRÍCOLAS - TRATORISTAS

	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1970	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1975	135,62	103,25	128,45	140,17	133,46	161,37
1980	124,98	112,70	131,07	122,47	118,91	119,09
1985	108,74	110,58	122,48	105,36	104,04	102,46

FONTE: FGV - CONJ. ECON. - JUN/74, JAN/82, NOV/82;

RETROSPECTIVA AGROPECUÁRIA - ABRIL/76/82/83/84/85

- - -

TABELA 30 - EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS AGRÍCOLAS - PERMANENTES

	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1970	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1975	152,57	110,73	140,88	160,28	133,88	145,54
1980	154,71	108,26	154,80	162,60	133,82	129,09
1985	135,26	98,27	148,42	137,22	114,79	113,20

FONTE: FGV - CONJ. ECON. - JUN/74, JAN/82, NOV/82;

RETROSPECTIVA AGROPECUÁRIA - 76/82/83/84/85

TABELA 31 - EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS AGRÍCOLAS - TEMPORARIOS

	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1970	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1975	183,14	105,35	182,93	183,31	162,25	186,85
1980	184,44	100,34	181,84	178,16	152,57	161,50
1985	145,78	79,90	148,29	141,89	123,14	131,96

FONTE: FGV - CONJ. ECON. - JUN/74, JAN/82, NOV/82;

RETROSPECTIVA AGROPECUÁRIA - 76/82/83/84/85

TABELA 32 - REMUNERACAO MÉDIA DO TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS - TRABALHADOR TEMPORÁRIO(CR\$)

	1966	1970	1976	1980
BRASIL	1.787	1.718	3.697	3.625
GOIAS	2.049	2.171	4.682	4.475

FONTE: CONJ. ECON. VOL. 28-JUN/74, VOL. 31-JUN/77;
RETROSPECTIVA AGROPECUÁRIA 1980 - FGV

— — —

TABELA 33 - EVOLUÇÃO DOS SALARIOS - ADMINISTRADOR-ÍNDICE

	1966	1970	1976	1980
BRASIL	100	97	189	197
GOIAS	100	123	323	376

FONTE: TABELA 32

TABELA 34 - EVOLUÇÃO DOS SALARIOS - CAPATAZ - ÍNDICE

	1966	1970	1976	1980
BRASIL	100	103	186	181
GOIAS	100	106	204	260

FONTE: TABELA 32

TABELA 35 - EVOLUÇÃO DOS SALARIOS - TRATORISTA - ÍNDICE

	1966	1970	1976	1980
BRASIL	100	91	154	130
GOIAS	100	104	189	142

FONTE: TABELA 32

TABELA 36 - EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS - PERMANENTE - ÍNDICE

	1966	1970	1976	1980
BRASIL	100	94	169	165
GOIAS	100	112	199	191

FONTE: TABELA 32

TABELA 37 - EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS - TEMPORARIO - ÍNDICE

	1966	1970	1976	1980
BRASIL	100	96	206	202
GOIAS	100	105	228	218

FONTE: TABELA 32

TABELA 38 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DOS SALÁRIOS

	ADMINISTRADOR	CAPATAZ	TRATORISTA	PERMANENTE	EVENTUAL
	70/80	70/80	70/80	70/80	70/80
GOIAS	0,12	0,09	0,03	0,05	0,08

FONTE: FGV - CONJ. ECON. VOL. 28-JUN/74; VOL. 31-JUN/77;
RETROSPECTIVA AGROPECUÁRIA 1980

TABELA 39 - RELAÇÃO ENTRE SALÁRIOS DE ADMINISTRADORES E TRABALHADORES PERMANENTES

	1966	1970	1976	1980
BRASIL	1,78	1,82	1,98	2,11
GOIAS	1,70	1,87	2,75	3,33

FONTE: TABELA 32

FIGURA 03 - EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS AGRÍCOLAS - CENTRO-OESTE
FONTE: ESALQ - 1981 (48)

Escala 1-50

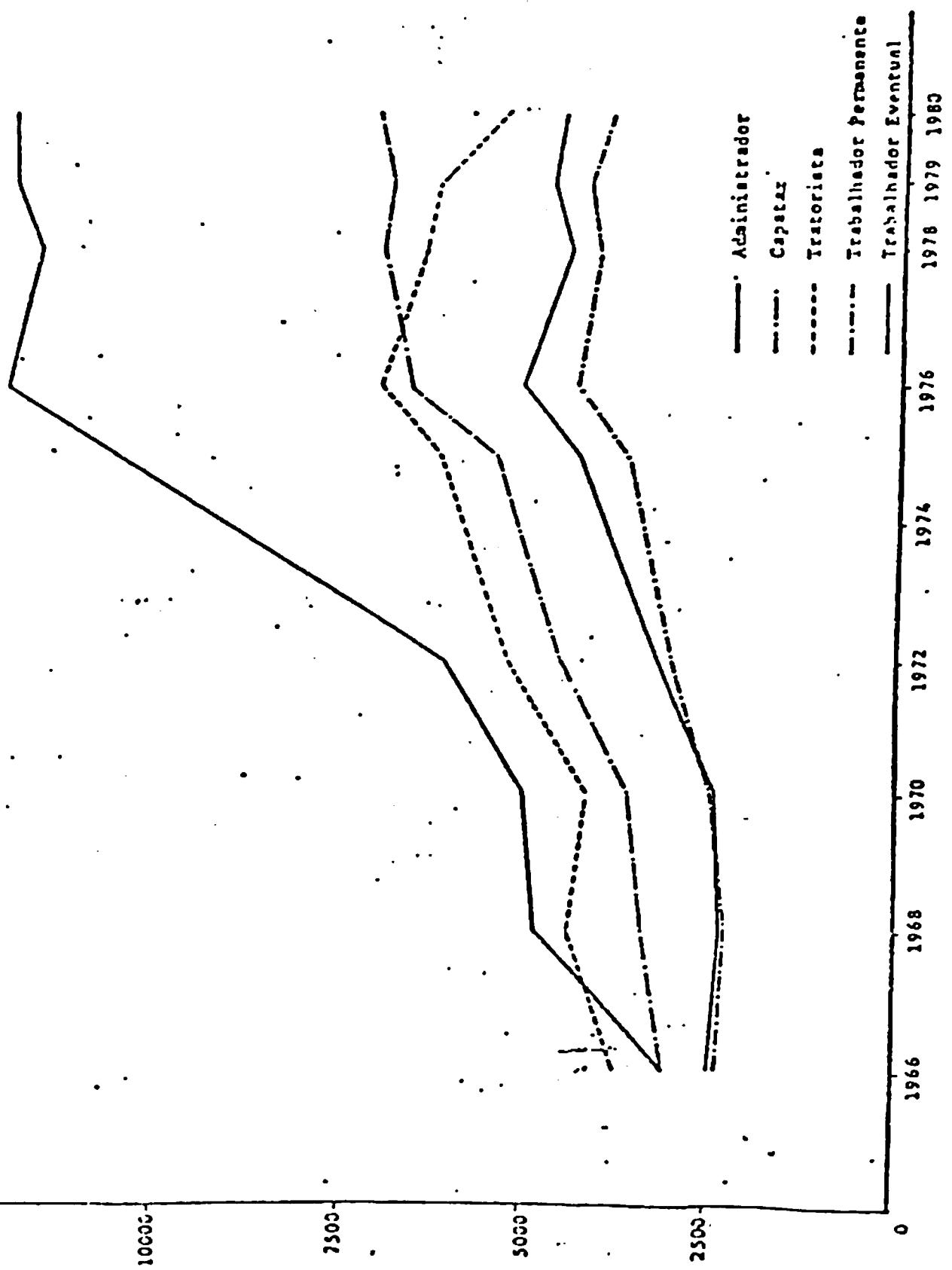


TABELA 40 - RELAÇÃO ENTRE SALARIOS DE TRABALHISTAS E TRABALHADORES PERMANENTES

	1966	1970	1976	1980
BRASIL	1,82	1,76	1,65	1,43
SUL	1,86	1,68	1,72	1,35

FONTE: TABELA 32

HISTÓGRAMA 1 - COMPARAÇÃO DE SALARIOS ENTRE ADMINISTRADOR E TRABALHADOR PERMANENTE - 1966-1970

AC	RH						
PI	PB						
AL	MG	CE					
SE	RS	ES					
BA	SC	SP					
MA	MT	GO	PR				RS

1,20 1,40 1,60 1,80 2,00 2,20 2,40 2,60 2,80 3,00

HISTÓGRAMA 2 - 1970-1980

CE							
RN							
PB	PI						
PE	MG						
AL	ES	AC					
SE	RJ	AM	PA	RO	RR		
MA	BA	SP	PR	SC	RS	MT	GO

1,20 1,40 1,60 1,80 2,00 2,20 2,40 2,60 2,80 3,00 3,20

TABELA 41 - DISTRIBUIÇÃO E PARTICIPAÇÃO POR SEXO DO PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA

		1950/60	1960/70	1970/75
BRASIL	HOMENS	3,58	0,71	1,57
	MULHERES	3,77	2,56	5,67
	TOTAL	3,58	1,18	2,96
GOIAS	HOMENS	2,22	0,13	1,00
	MULHERES	0,12	-1,36	3,71
	TOTAL	1,62	0,25	1,68

FONTE: IBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS

TABELA 42 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO - MULHERES

	NÃO REMUNERADOS			PERMANENTE		
	60	70	75	60	70	75
GOIAS	3,48	2,37	2,34	2,25	3,78	4,85
	TEMPORARIO			PARCEIROS		
	60	70	75	60	70	75
	0,92	0,96	1,90	3,11	1,51	3,55

FONTE: IBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS

4. CONCLUSÃO

Procurando manter uma unidade de análise dentro do objetivo final de nosso trabalho, centrado na predominância da relação de trabalho assalariado, é que passamos a abordar as opiniões conclusivas.

Dentro desse quadro transformador da relação assalariada, no meio agrário, não expressa sólida a tendência do capital em criar um exército de trabalhadores totalmente expropriados, proletarizados, mas, também, as formas de dominação e subordinação da pequena produção ao capital, as quais impelem levas de pequenos produtores ao assalariamento e à participação no mercado de trabalho.

E "Pari Passu" a esta lógica do desenvolvimento do capitalismo que iremos pontuar inicialmente algumas questões teóricas controversas.

Primeiro, a idéia que vinha sendo explicada acerca da intensa proletarização do trabalhador rural que se desencadeou no Brasil, ou pela mecanização ou pela aprovação, na década de 60, de dois dispositivos legais voltados ao homem do campo: o estatuto do trabalhador rural (ETR) e o Estatuto da terra (ET). Entendemos, porém, que estes fatores estão inseridos na dinâmica geral de valorização do capital, em consonância com a opinião dominante, atualmente.

Segundo, a expansão capitalista e a fronteira agrícola inseridas no processo de capitalização no campo intensificaram em Goiás, a partir de 1970, as tendências de concentração fundiária, a destinação de grandes áreas aos pastos plantados e a agricultura de grãos para exportação e a dependência a insumos industriais. Estas tendências resultam em profundas alterações nas relações sociais de produção, responsáveis não apenas pelo intenso fluxo migratório, mas por profundas modificações nas relações de trabalho no campo.

Porém, essa intensificação começa a sofrer reduções significativas ao final da década de 1970 e início da década de 1980 (anteriormente, observadas em vários momentos do desenvolvimento do trabalho). Esta inversão de tendência de crescimento permite supor um certo esgotamento, de uma fase de expansão capitalista de fronteira, na região Centro-Oeste. Ou seja, sinais de maturação do desenvolvimento capitalista.

Esta característica da expansão capitalista em Goiás propiciou também dois fenômenos interessantes. No centro-sul de Goiás existe a perda de população rural de forma mais intensa. Enquanto, que ao norte o processo é mais lento, mas ocorre esta inversão populacional. Ou seja, liberação de mão-de-obra no campo para a cidade e surgimento de um expressivo exército de reserva de trabalhadores.

Esta situação das relações sociais de produção no campo em Goiás, chegou a tal estágio que o assalariamento torna-se a relação dominante, sendo, inclusive, a condição de ex-pequenos proprietários, ex-posseiros, antigos arrendatários e parceiros. A esse processo corresponde a desvinculação do trabalhador agrícola de formas de ocupação mais estáveis, o que é acompanhado de seu deslocamento espacial.

. Estas circunstâncias engendraram a desorganização das formas tradicionais de relação de trabalho, para consolidar a relação assalariada. Porém, a pequena produção, apesar de tender a ceder suas melhores áreas para lavouras mecanizadas, resultando na expropriação da terra, e, ainda, responde pela maior parte da produção de alimentos, provoca ai uma ação no sentido de reduzir a velocidade do processo de desorganização dessa pequena produção.

Isto leva-nos a afirmar a existência daquele processo de consolidação da fronteira agrícola com o esgotamento do equilíbrio e sobrevivência da pequena produção no seu processo de resistência. Ou seja, aquele mínimo econômico e social da pequena produção, como forma não-capitalista de produção, sobrevive, porém, adstrita ao modo de produção capitalista.

Feitas estas observações conclusivas biociais, entendemos, também, como elemento fundamental para a consolidação da fronteira e definição proeminente das relações assalariadas, a dinâmica impigida pelos complexos agroindustriais. Situação esta, causadora de uma reorganização do processo de produção e trabalho, tendência mantida como regra às economias periféricas. Sendo este um caráter essencial de origem econômico-social, irreversível, da industrialização da agropecuária, estreitando ainda mais, as possibilidades de reprodução da Pequena Produção.

Este novo surto agroindustrial, no qual o sistema industrial prevalece sobre o agrário, continua concentrador de terras e centralizador de capital. Fato este demonstrado onde, na agroindústria, os maiores estabelecimentos tiveram maior produção.

Resguardando as proporções destes fenômenos em relação à retracção do nível de atividades econômicas, no final da década de 70 e início da de 80, verificamos a caracterização do esgotamento retro-citado e de um ciclo de mudanças associadas às profundas transformações técnico-produtivas da década de 70.

E, é dentro desse processo que se relaciona o decréscimo de pessoas ocupadas na agropecuária, tendo como origem principal a redução da capacidade de absorção de mão-de-obra com a difusão da tecnologia, a retração do acesso à terra decorrentes das mudanças no perfil fundiário motivadas pelo Processo concentracionista.

Estas modificações, em síntese, são exemplificadas, em relação à parceria, pela redução para as pequenas propriedades e uma manutenção do arrendamento nas propriedades médias. Porém, em números absolutos não houve crescimento, nem de um, nem de outro, e sim estagnação.

Quanto ao trabalho familiar, apesar de ainda manter sua importância numérica, mantém-se adstrito, principalmente às pequenas propriedades, e reduzindo-se em termos absolutos. Porém, a partir do final da década de 1970, até o final do período em estudo, o trabalho familiar continua superior aos assalariados permanentes, mas já é inferior ao trabalho temporário.

Em sintonia com este processo ocorre o aumento de produtores sem terra.

Estes fenômenos evidenciam a circunstância de que, das pequenas às médias propriedades, há o uso de trabalhadores temporários, e nas grandes propriedades, prevalece o trabalho permanente.

Em consonância com isto não ocorreram alterações profundas na relação global homem-terra. No entanto, os ganhos de produtividade do trabalho associaram-se ao aumento da produtividade da terra. Com exceção ao trabalho do tratorista, caracterizando por uma situação especial, em que os aumentos da produtividade da terra casados com a oferta do trabalho de tratoristas, tendem a diminuir os seus rendimentos, e aumentar a produtividade dos demais trabalhadores.

Em relação aos salários na região Centro-Oeste, e por consequência, em Goiás, desde meados da década de 60, já havia um impeto de crescimento nos salários. Destacando-se na década de 70 os rendimentos dos administradores.

Outra característica marcante, apesar da sazonalidade, é a superior remuneração do trabalho assalariado temporário (eventual) sobre os permanentes, no período em análise.

Contudo, observamos, também, no final da década de 70, um declínio dos salários reais, excetuando-se os capatazes e administradores, que sofreram uma certa estagnação. Fenômeno aparente do esgotamento desta fase de crescimento econômico.

Dentro dessa síntese conclusiva, podemos afirmar a relação próxima entre a queda da produção agropecuária, o grau de ocupação fundiária, a distribuição da população rural e as modificações na produtividade e nos ganhos salariais. Em contrapartida temos a redução do crescimento relativo da mão-de-obra ocupada no campo (apesar do crescimento absoluto do trabalho assalariado) como características da modificação das relações de trabalho e da consolidação da expansão capitalista na fronteira agropecuária de Goiás.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. EXPANSÃO CAPITALISTA E A INCORPORAÇÃO DE NOVAS ÁREAS DE GOIÁS. USP/mestrado, 1986.
- ALBUQUERQUE, Manuel Maurício. O Povoamento, População, grupos étnicos e colonização. GEOGRAFIA DO BRASIL. Grande Região Centro-Oeste. RJ, IBGE, 1960.
- ALDGHIERY, Mário. JESÍMO: UMA VIDA NO CONFLITO SOCIAL DO BICO DO PAPAGAIO. UFG/mestrado, 1992.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O processo de modernização. ANAIS DE HISTÓRIA, VOL. 7, 1975.
- ANAIIS DO 12º ENCONTRO DO PIPSH. 3 volumes. SP, 1988. ---
- BAMFRIA, Vania e SANTOS, Theotonio dos. AMÉRICA LATINA: 50 ANOS DE HISTÓRIA. UNB, 1989.
- BANCO MUNDIAL. Relatório de 1990.
- BARROS, Geraldo Sant'ana de Camargo (org.). ANALISE DO MERCADO DE TRABALHO NA AGRICULTURA. ESALQ, SP, 1981.
- BECKER, Bertha K. GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA. A NOVA FRONTEIRA DE RECURSOS. Zahar, RJ, 1982.
- BELUZZO, Luiz Gonzaga N. (org.). DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL. BRASILIENSE, SP, 1982.
- BICALHO, Elizabeth (outros). O BÓIA-FRIA NO ESTADO DE GOIÁS. FETAEG, Ed. Roroz, GO, 1977.
- BRANDÃO, Carlos e RAMALHO, JOSÉ R. CAMPESINATO GOIANO: TRÊS ESTUDOS. ED. UFG, GO, 1986.
- SOCIEDADES RURAIS DO MATO GROSSO GOIANO. Mimeo, GO, 1975.
- BRANT, Vinícius Caldeira. Do colono ao bôia-fria: transformações na agricultura e constituição de mercado de trabalho na alta sorocabana de Assis. ESTUDOS CEBRAP 19, març/1977.
- BRITO, Maristella de Azevedo e MESQUITA, Olindina Viana. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no Período 1970-75. REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, JAN/MAR, RJ, 1982.
- CAMPOS, F. ITAMI. OLIGARQUIA: SOCIEDADE E POLÍTICA. Cadernos DCH/ICHL - 77. .
- CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. Penetração do capitalismo no campo. CADERNOS DO CEAS, jan/fev, 1988
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. AGRICULTURA, CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO. Vozes, RJ, 1982.

- e BRIGHOLI, Héctor Pérez.
HISTÓRIA ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA. Graal, RJ, 1984
- CAVALCANTI, A. Nilson Quelado. Projeto evolução recente
e situação atual da agricultura brasileira - 1930-
1975. Região Centro-Oeste, Vol. VI. RJ, mimeo.
- CERVO, A.L. e BERVIAN, P. A. METODOLOGIA CIENTÍFICA.
McGraw-Hill do Brasil. SP, 1983.
- DELGADO, Guilherme. CAPITAL FINANCEIRO E AGRICULTURA NO
BRASIL. Icone/unicamp, SP, 1985.
- DOLES, Dalisia Elizabeth Martins. A Primeira fase da
ocupação agrícola de Goiás: 1890-1945. CADerno DE
CIÊNCIAS HUMANAS. Série: Estudos Regionais, nº 01.
UFG, GO, 1985.
- EMÍLIO, Willens. ITAIPAVA. UMA VILA BRASILEIRA: TRADICAO
E TRANSICAO. Dif. Européia do Livro, SP, 1961.
- ESTATUTO DA TERRA E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR. Ed. Saraiva
SP, 1990.
- FLEURY, Maria Tereza Leme. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA
LAVOURA ALGODOEIRA PAULISTA. FFLCH/USP, SP, 1974.
- FISHLOW, Albert. Algumas reflexões sobre a Política
económica brasileira após 1964. ESTUDOS CEBrAP 7. Mar
74. Ed. Brasileira de Ciência LTDA.
- FIORAVANTE, Eduardo et Alli. CONCEITO DE MODO DE
PRODUÇÃO. Paz e Terra, RJ, 1978.
- FONTES, Lauro B. (outros). PRODUTIVIDADE. Fund. Emílio
Odebrecht, BA, 1983.
- FUKUI, Lia Freitas Garcia. Relações de pais e filhos
entre sitiantes tradicionais brasileiros. Revista Ins
Estudos Brasileiros, Vol. 14, 1973.
- FURTADO, Celso. O BRASIL PGS "MILAGRE". Paz e Terra, RJ,
1981.
- A ECONOMIA LATINO AMERICANA. Ed.
Nacional, SP, 1986.
- FORMAÇÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA.
Via Editor SA, RJ, 1970.
- GRZYBOWSKI, Cândido. A formação profissional de
trabalhadores rurais da cana. CAD. PESQUISA, nov/1983
- GUIMARÃES, Alberto Passos. A CRISE AGRÁRIA. Paz e Terra,
RJ, 1977.
- GUSMÃO, Rivaldo Pinto de. O sistema de arrendamento no
Brasil e a sua inserção no processo de capitalização
da agricultura. IBGE, GEOGRAFIA, out/1984.

- HOFFMANN, Rodolfo. A produtividade da terra e do trabalho na agricultura do Brasil. ANAIS DO XXVIII CONG. BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. SC, 1980.
- IANNI, Otávio. ORIGENS AGRARIAS DO ESTADO BRASILEIRO. Brasiliense, SP, 1989.
- IBGE. GEOGRAFIA DO BRASIL. VOL 1, Região Centro-Oeste, RJ, 1989.
- IBGE. ASPECTOS DA EVOLUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: 1940-1980, RJ.
- IBGE. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SUDOESTE GOIANO.
- IBGE. CENSOS DEMOGRÁFICOS DE GOIÁS: 1950, 1960, 1970, 1980.
- IBGE. CENSOS AGROPECUÁRIOS DE GOIÁS: 1950, 1960, 1970, 1980 E 1985 (PRELIMINAR).
- INORA. INFORMATIVO TÉCNICO N° 2, 1975.
- INCRA. ESTATÍSTICAS CADASTRAIS: 1972, 1978 E 1986.
- KAGEYAMA, Angela (coord.). O NOVO PADRÃO AGRÍCOLA BRASILEIRO: DO COMPLEXO RURAL AOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIALIS. Cópia, 1987.
- Os maiores proprietários de terra no Brasil. REFORMA AGRÁRIA. Abr/jul, 1986.
- KAUSTKY, Karl. A QUESTÃO AGRÁRIA. Vozes, SP, 1980.
- LARANJEIRA, Raimundo. PROPEDEUTICA DO DIREITO AGRÁRIO. LTr, SP, 1981.
- LENIN, V. I. O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA RÚSSIA. Abril Cultural, SP, 1982.
- OBRAS. Ed. Albatroso, Vol. XXII.
- LINHARES, Maria Yeda. HISTÓRIA DA AGRICULTURA BRASILEIRA. Brasiliense, SP, 1981.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E CAPITALISMO NO BRASIL. Contee, SP, 1981.
- PARCERIA E CAPITALISMO. Zahar, RJ, 1977.
- LUXEMBURGO, Rosa. A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL. RJ, 32 ed., 1983.
- MARTINS, José de Souza. CAPITALISMO E TRADICIONALISMO. Pioneira, SP, 1976.

- . EXPROPRIAÇÃO E VIOLENCIA. Hucitec SP, 1982.
- MARX, Karl. CONTRIBUIÇÃO A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA. Martins Fontes, SP, 1980.
- . FORMAÇÕES ECONÔMICAS PRÉ-CAPITALISTAS. Paz e Terra, RJ, 1977.
- MESQUITA, Helena Angelica de. O ESTUDO DA MAO-DE-OBRA EM UMA UNIDADE PRODUTIVA AGROEXPORTADORA MODERNA. CÓPIA, 1990.
- MESQUITA, Olíndina Viana e SILVA, Solange Tietzmann. CADERNOS DE GEOCIÊNCIAS. A agricultura brasileira em grandes números: 1970-1985. IBGE, 07/90. RJ.
- MIRANDA, Telma Guimarães de. Capitalismo no campo e expropriação do trabalhador rural em Goiás. CADERNOS DE PESQUISA DO ICHL. Série: estudos regionais, UFG, 1990.
- NOGUEIRA, Oracy. FAMÍLIA E COMUNIDADE. Inep, RJ, 1962.
- OLIVEIRA, Francisco e REJCHITUL-HENRI, Philippe. Mudanças interregional do trabalho no Brasil. CIÉNCIA E CULTURA. SP, març/1974.
- . A ECONOMIA BRASILEIRA: CRÍTICA A RAZÃO DUALISTA. Vozes, RJ, 1987.
- PEREIRA, Liliane Patrícia Lemes Sepúlveda. OS CONFLITOS DE TERRA NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO-TOCANTINS. DÉCADA DE 1980. UFG, 1991.
- PINSKY, Jaime (org.). CAPITAL E TRABALHO NO CAMPO. Hucitec, SP, 1977.
- PRADO JR, Caio. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL. Brasiliense, SP, 1985.
- . A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL. Brasiliense, SP, 1980.
- . A REVOLUÇÃO BRASILEIRA. Brasiliense, SP, 1986.
- QUASQUES, José G. DIAGNÓSTICO DO VOLANTE EM SÃO PAULO. UNESP/POLIS, 1982.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. O CAMPESINATO BRASILEIRO. Vozes, RJ, 1973.
- SADER, Maria Regina C. de T. Ocupação de uma área de fronteira. Bico do Papagaio - Extremo norte de Goiás, Brasil. REVISTA GEOGRÁFICA. México, 1983.

- SALLES, Gilka U. F. de. REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA DAS SOCIEDADES AGRÁRIAS. Texto.
- SANTOS, Hélio Jorge dos. A mão-de-obra volante nos seus aspectos migratórios. SOCIOLOGIA. SP, vol. 30, 1980.
- SENADO FEDERAL. Em defesa da agropecuária de Goiás: por um modelo agrícola moderno e adequado. Boletim informativo do Gab. do Sen. Henrique Santillo. Temas Especiais nº 9.
- SILVA, José F., Graziano da (coord.). ESTRUTURA AGRÁRIA E PRODUÇÃO DE SUBsistência NA AGRICULTURA BRASILEIRA. FOMBB/CONTAG. SP, 1977.
- SILVA, José Gomes da (outros). A MÃO-DE-OBRA VOLANTE NA AGRICULTURA. CNPq/UNESP/POLIS, SP, 1982.
- SILVA JR, Agenor. REVISTA PRINCIPIOS, nº 20, 1991. Ed. Huila Garibaldi.
- SROUR, Robert Henry. MODOS DE PRODUÇÃO - ELEMENTOS DA PROBLEMÁTICA. Graal, RJ, 1978.
- SUDECO. A NOVA FRONTEIRA. BSB, 1981.
- TOPALOV, Christian. ESTRUTURAS AGRÁRIAS BRASILEIRAS. Francisco Alves, RJ, 1978.
- VINHAS, M. PROBLEMAS AGRÁRIOS: CAMPONESES DO BRASIL. Civilização Brasileira, RJ, 1978.
- WILKINSON, John. O ESTADO, A AGROINDUSTRIA E A PEQUENA PRODUÇÃO. Hucitec, SP, 1986.